



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Marcelo Augusto Mendonça Domingues

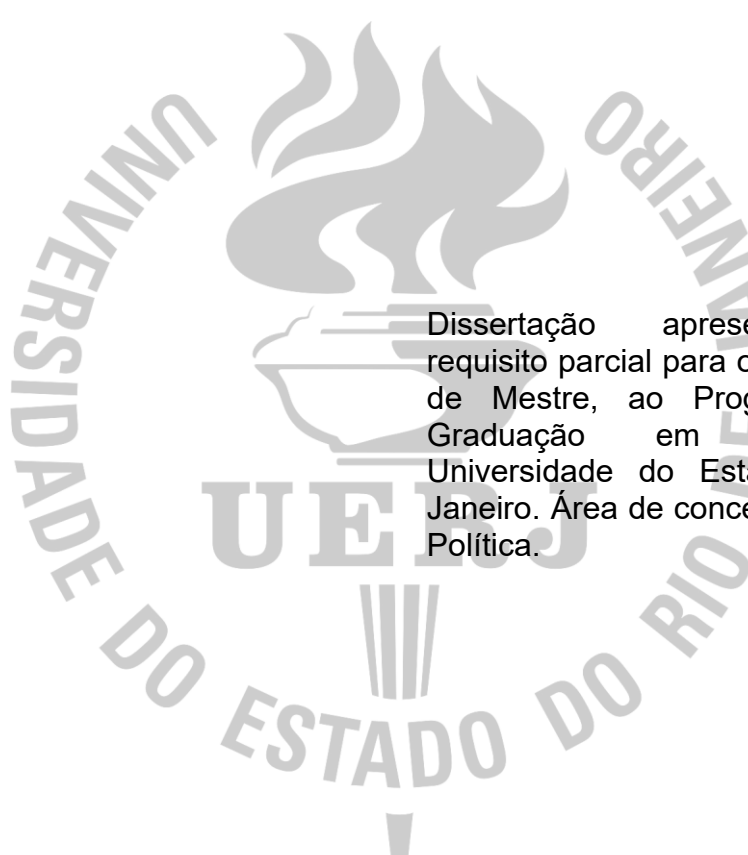
**As transformações de uma livraria para os bacharéis: a Biblioteca
do IOAB (1895–1930)**

Rio de Janeiro

2024

Marcelo Augusto Mendonça Domingues

**As transformações de uma livreria para os bacharéis: a Biblioteca do IOAB
(1895–1930)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lúcia Paschoal Guimarães

Coorientadora: Prof^a. Dra. Tania Maria Bessone da Cruz Ferreira

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

D671 Domingues, Marcelo Augusto Mendonça.
As transformações de uma livraria para os bacharéis: a Biblioteca do
IOAB (1895–1930) / Marcelo Augusto Mendonça Domingues. – 2024.
163 f.

Orientadora: Lucia Paschoal Guimarães.
Coorientadora: Tânia Maria Bessone da Cruz Ferreira.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Bibliotecas de Direito - Teses. 2. Instituto dos Advogados
Brasileiros. Biblioteca - Teses. 3. Brasil - História - República Velha,
1889-1930 - Teses. 4. Bibliotecas - Rio de Janeiro - Teses. I. Guimarães,
Lucia Paschoal. II. Ferreira, Tânia Maria Bessone da Cruz. III.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. IV. Título.

CDU 021:34(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou
parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Marcelo Augusto Mendonça Domingues

**As transformações de uma livraria para os bacharéis: a Biblioteca do IOAB
(1895–1930)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 14 de março de 2024.

Banca Examinadora:

Profª Drª Lucia Paschoal Guimarães (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Profª Drª Tânia Maria Bessone da Cruz Ferreira
(Coorientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Profª Drª Márcia Amantino
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Profª Drª Stefanie Cavalcanti Freire
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Ao Marcelo adolescente, que sonhava ser historiador.

AGRADECIMENTOS

Ao Márcio, mais que amigo, minha família. Obrigado pelo apoio de sempre.

Às professoras Lucia e Tânia por aceitarem me orientar e compartilharem seu conhecimento e experiência comigo ao longo dessa pesquisa.

À professora Stefanie que desde meu TCC me acompanhou nessa jornada e gentilmente aceitou o convite para a banca de defesa dessa dissertação.

Às Professoras Márcia e Laurinda por aceitarem o convite para a banca.

À bibliotecária Janaína, e aos funcionários do Instituto dos Advogados Brasileiros pela gentileza que sempre me receberam em minhas visitas à Casa de Montezuma.

Ao Victor, meu analista, pelos momentos de conforto, reflexão e puxão de orelha durante nossas sessões.

Aos familiares que me apoiam nos meus sonhos.

Aos amigos queridos que estão comigo em todos os momentos.

Aos professores e funcionários do PPGH/UERJ, muito obrigado.

RESUMO

DOMINGUES, Marcelo Augusto Mendonça. **As transformações de uma livraria para os bacharéis: a Biblioteca do IOAB (1895–1930).** 2024. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

O objeto de estudo desta pesquisa é a Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB, situada no Rio de Janeiro. O recorte temporal contempla o período de 1895 a 1930. A primeira data corresponde ao ano de inauguração da Biblioteca do Instituto; a segunda, marca a criação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), instituição coirmã do Instituto. Tem-se como objetivo caracterizar essa Biblioteca, de modo a demonstrar como a agremiação pensava a seu respeito dentro do período proposto. A escolha do objeto justifica-se por ela ser umas das mais antigas bibliotecas jurídicas institucionais do Brasil, tendo completado 128 anos em 2023. Observou-se, a partir da pesquisa bibliográfica que a temática história das bibliotecas jurídicas é ainda um campo a ser explorado, sobretudo quando se trata de bibliotecas jurídicas institucionais privadas. Para esta pesquisa foram utilizadas diversas fontes documentais da própria instituição, bem como alguns periódicos nacionais que registraram sua atividade ao longo dos anos. Por meio dessas fontes, pôde-se analisar a trajetória da entidade mantenedora, bem como o desenvolvimento da sua biblioteca entre os anos de 1895 e 1930 (tanto em termos de acervo e sua organização, como em relação aos seus responsáveis e seus usuários). Também se pôde refletir sobre como era a relação do Instituto e seus membros com a Biblioteca. Ao longo deste trabalho foi possível perceber que ela nasceu como proto-biblioteca, um acervo embrionário, mas que foi sendo desenvolvido ao longo dos anos por meio de doações, permutas e compras. Inaugurada no 52º aniversário da agremiação, essa biblioteca foi fruto do desejo institucional visando o uso da biblioteca para auxílio de suas atividades-fim. Ao estabelecer sua biblioteca, a Casa de Montezuma reconheceu o valor da informação jurídica no desenvolvimento de suas atividades.

Palavras-chave: Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros; Instituto dos Advogados Brasileiros; história das bibliotecas; bibliotecas no Brasil; Primeira República.

ABSTRACT

DOMINGUES, Marcelo Augusto Mendonça. **The changes of a library for law graduates**: the BLI's library (1895–1930). 2024. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

The object of study in this research is the library of the Brazilian Lawyers Institute – BLI, located in Rio de Janeiro. The time frame covers the period from 1895 to 1930. The first date corresponds to the year in which the Institute Library was inaugurated; the second marks the creation of the Brazilian Bar Association (BBA), a sister organization of the Institute. The objective is to characterize this Library, in order to demonstrate how the association thought about it within the proposed period. The choice of object is justified because it is one of the oldest institutional legal libraries in Brazil, having completed 128 years in 2023. It was observed, from bibliographical research, that the theme of the history of legal libraries is still a field to be explored, especially when it comes to private institutional legal libraries. For this research, several documentary sources from the institution itself were used, as well as some national periodicals that recorded its activity over the years. Through these sources, it was possible to analyze the trajectory of the supporting entity, as well as the development of its library between the years 1895 and 1930 (both in terms of the collection and its organization, and in relation to its managers and users). It was also possible to reflect on what the relationship between the Institute and its members was like with the Library. Throughout this work, it was possible to realize that it was born as a proto-library, an embryonic collection, but that it was developed over the years through donations, exchanges and purchases. Opened on the 52nd anniversary of the association, this library was the result of institutional desire to use the library to support its core activities. By establishing its library, the House of Montezuma recognized the value of legal information in the development of its activities.

Keywords: Library of the Brazilian Lawyers Institute. Brazilian Lawyers Institute. library's history. libraries in Brazil. Brazilian First Republic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	IOAB: Capa do Catálogo da Biblioteca. Rio de Janeiro, 1943.....	136
Figura 2 –	IOAB: Catálogo da Biblioteca. Contracapa com colofão. Rio de Janeiro, 1943.....	137
Figura 3 –	IOAB: Catálogo da Biblioteca. Página de rosto. Rio de Janeiro, 1943.....	137
Figura 4 –	IOAB: Catálogo da Biblioteca. Folha posterior à página de rosto. Rio de Janeiro, 1943.....	138
Figura 5 -	IOAB: Sumário do Catálogo da Biblioteca. Rio de Janeiro, 1943..	139

LISTA DE TABELAS

Tabela 1–	IAB: Doações (1843 – 1880).....	39
Tabela 2–	IAB: Tipologias documentais recebidas em doações.....	42
Tabela 3–	IAB: Listagem de periódicos (1843 – 1880).....	43
Tabela 4–	IAB: Relatórios (1843 - 1880).....	45
Tabela 5–	IAB: Doações (1881 – 1888).....	54
Tabela 6–	IAB: Tipologias (1892 – 1895).....	57
Tabela 7–	IOAB: Membros efetivos (1896 – 1917).....	73
Tabela 8–	Profissões no Distrito Federal segundo o censo de 1890.....	77
Tabela 9–	Profissões segundo o censo de 1906 do Distrito Federal.....	78
Tabela 10–	IOAB - Movimentação de usuários na Biblioteca (1896 – 1914)....	80
Tabela 11–	IOAB: Aquisições da Biblioteca (1898 – 1912).....	86
Tabela 12–	IOAB: Acervo da Biblioteca (1902 – 1912).....	87
Tabela 13–	IOAB: Doações (1896 – 1917).....	93
Tabela 14–	IOAB: Tipologias (1896 – 1900).....	95
Tabela 15–	IOAB: Tipologias (1901 – 1910).....	95
Tabela 16–	IOAB: Tipologias (1911 – 1917).....	95
Tabela 17–	IOAB: Listagem de periódicos (1896-1917).....	96
Tabela 18–	IOAB: Literatura cinzenta (1896-1917).....	99
Tabela 19–	IOAB: Sócios efetivos (1918 - 1930).....	115
Tabela 20–	IOAB: Doações recebidas (1918 - 1930).....	122
Tabela 21–	IOAB: Tipologias recebidas em doação (1918 – 1930).....	124
Tabela 22–	IOAB: Catálogo da Biblioteca, 1943. Distribuição temática do acervo em obras e volumes.....	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Associações de advogados ao redor do mundo e suas bibliotecas.....	35
Quadro 2-	IOAB: Valores das joias (1899 e 1910).....	75
Quadro 3-	IOAB: Responsáveis pela Biblioteca (1896-1917).....	105
Quadro 4-	IOAB: Palestras bibliográficas (1928 - 1930).....	110
Quadro 5-	IOAB: Conferências Públicas (1929).....	112
Quadro 6-	IOAB: Responsáveis pela Biblioteca (1918 - 1930).....	130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IAB	Instituto dos Advogados Brasileiros
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IOAB	Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	AMBIÇÕES BACHARELESCAS: A CRIAÇÃO DO IAB E A INTENÇÃO DE UMA BIBLIOTECA (1843 – 1895)	27
1.1	Em busca da ordem: o surgimento do Instituto dos Advogados Brasileiros	28
1.2	Bibliotecas e bacharéis	33
1.2.1	<u>Uma proto-biblioteca</u>	36
1.2.2	<u>Reflexões sobre o acervo (1843-1880)</u>	38
1.3	Novos estatutos na década de 1880	46
1.3.1	<u>Três estatutos em uma década</u>	46
1.3.2	<u>Os estatutos da década de 1880: biblioteca à vista</u>	52
1.3.3	<u>Aumentando o acervo (1881-1888)</u>	53
1.4	Década de 1890: novos estatutos e a inauguração da biblioteca	55
1.4.1	<u>A inauguração no 52º aniversário do IAB</u>	58
1.5	As discussões no Instituto e seu reflexo no acervo: exemplos	62
1.6	O Instituto e sua biblioteca no século XIX (1843-1895)	65
2	ENFIM UMA BIBLIOTECA PARA OS BACHARÉIS: INAUGURAÇÃO E PRIMEIROS ANOS (1896-1917)	70
2.1	Leitores para a Biblioteca (1895 - 1917)	72
2.1.1	<u>Os membros do IOAB: usuários internos</u>	73
2.1.2	<u>Comunidade jurídica carioca: usuários externos</u>	76
2.2	A comunidade e a biblioteca	81
2.3	O acervo no início da República (1896 - 1917)	85
2.3.1	<u>Permutas e Compras (1896 - 1917)</u>	87
2.3.2	<u>Doações (1895- 1917)</u>	93
2.3.3	<u>Organização do acervo (1896 - 1917)</u>	101
2.4	Os responsáveis pela biblioteca (1895 - 1917)	105
3	DESENVOLVENDO A BIBLIOTECA DOS BACHARÉIS: É PRECISO UM BIBLIOTECÁRIO (1918 – 1930)	108
3.1	A Biblioteca do IOAB e seus usuários (1918 – 1930)	113

3.2	Um acervo em expansão (1918 – 1930).....	120
3.3	O Instituto criou o cargo de <i>bibliotecário</i> (1918 – 1930).....	129
3.4	Os estatutos e regimentos de 1917 e 1928 e seu impacto na Biblioteca.....	131
3.5	O Catálogo da Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros (1943).....	134
3.5.1	<u>O Catálogo como documento/monumento</u>.....	143
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
	REFERÊNCIAS.....	152

INTRODUÇÃO

A vontade de conhecer a história das bibliotecas jurídicas no Rio de Janeiro teve início a partir do estágio curricular em Biblioteconomia realizado na Biblioteca Marcus Juruena Villela Souto, da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (BMJVS/PGE-RJ). Após não obter sucesso nas diversas buscas por textos e pesquisas que versassem sobre o assunto, resolvi que eu mesmo me dedicaria a elaborar algo a respeito em meu Trabalho de Conclusão de Curso para a Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (EB/UNIRIO).

Na época, cheguei à conclusão de que *bibliotecas jurídicas institucionais* começaram a surgir a partir, obviamente, da criação de instituições jurídicas no, então, Município Neutro nas primeiras décadas do século XIX. Também pude concluir que, no Rio de Janeiro, a Biblioteca do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros (IOAB)¹ foi a primeira biblioteca jurídica institucional *privada* fundada na cidade; sua inauguração no ano de 1895 foi importante para a própria agremiação e para a comunidade jurídica da época, visto que seu acesso foi franqueado ao público externo.

O trabalho apresentado à EB/UNIRIO foi intitulado *A formação da Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros (1843-1895)* e tratou dos pouco mais de cinquenta anos em que o Instituto constituiu um acervo aspirando, um dia, implantar sua biblioteca.

Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida nessa dissertação pode ser compreendida como um prosseguimento da pesquisa anterior, um prolongamento. Por ser uma continuação, o foco do recorte temporal, aqui, foi outro e tratou da biblioteca a partir de sua inauguração até o fim do período denominado de Primeira República. Portanto, compreendendo os anos entre 1895 e 1930. A escolha dos marcos temporais não é aleatória: como já comentado, a biblioteca foi inaugurada em setembro de 1895; 1930 é o ano em que, por meio do Decreto nº 19.408, de 18 de novembro, o então governo provisório de Getúlio Vargas, ao reorganizar a justiça do Distrito Federal, instituiu a Ordem dos Advogados Brasileiros (OAB). Ambas as datas corresponderam a marcos temporais importantes para a agremiação.

¹ Inicialmente denominado *Instituto dos Advogados Brasileiros*, a partir de uma reforma estatutária na década de 1880 ele passa a chamar-se *Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros*. Nesta dissertação, devido ao recorte temporal, será utilizada a última nomenclatura; na pesquisa realizada anteriormente, optou-se por usar a outra denominação.

Por outro lado, essa pesquisa também se trata de uma atualização onde foram lançados novos olhares sobre parte do conteúdo já explorado, buscando sua expansão por meio de alguns detalhamentos em relação ao acervo, aos usuários e responsáveis pela Biblioteca, e buscando novos diálogos com as referências utilizadas.

O objeto desta pesquisa é uma *biblioteca institucional*; a esta tipologia corresponde aquela biblioteca na qual seus serviços buscam atender às demandas informacionais daqueles que desenvolvem atividades em dada organização (trabalho, estudo/pesquisa, etc.). Em geral, elas nascem com o objetivo de assessorar as atividades-fim desenvolvidas por uma instituição, sendo, muitas vezes, elemento *sine qua non* para a execução das atribuições da entidade a qual vinculam-se: em uma instituição cultural-jurídica que prestava serviços ao Estado, como foi o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), uma biblioteca se mostrou de importância significativa para o estudo do Direito de modo a auxiliar na elaboração de pareceres encomendados pelo governo, ou mesmo para suas discussões internas (Domingues, 2021).

A necessidade de acesso informacional levou à formação de acervos que amparassem agremiações de advogados na execução das tarefas as quais se dedicavam. No entanto, nem sempre as bibliotecas eram formalmente estabelecidas assim que se criava uma associação profissional. Esse foi o caso de organizações como o Corpo de Advogados da Escócia que só estabeleceu uma biblioteca em 1689 (The Faculty..., [20-?]), ou do Ilustre Colégio de Advogados de Madrid que só instituiu sua biblioteca em 1852 (Ilustre..., c2009).

Situação semelhante ocorreu no Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB): fundado em 1843, a agremiação só criou uma biblioteca mais de 50 anos depois, em 1895, durante as festividades de seu aniversário de 52 anos. Assim, o objeto que o bolsista se propõe a analisar no decurso do mestrado é a *Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros*, situada no Rio de Janeiro², durante o período que vai de 1895 a 1930. A primeira data refere-se a seu estabelecimento como biblioteca; a segunda diz respeito ao ano em que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é criada. Constituir-se como Ordem dos Advogados, uma entidade que

² Na época de sua criação, a sede do IAB tomava lugar na Rua da Constituição nº 43. Em meados da década de 1910, passa a ocupar espaço no Edifício Silogeu Brasileiro. Atualmente sua sede está localizada na Av. Marechal Câmara nº 210 (a Biblioteca fica no 2º andar).

regulamentasse e fiscalizasse o exercício da profissão de advogado, era o principal objetivo do Instituto. Quando a OAB foi criada, por meio do Decreto nº 19.408, de 18 de novembro de 1930 (Brasil, 1930), ao contrário, por exemplo, do que aconteceu com a Associação dos Advogados de Lisboa, o IAB não deixa de existir para dar lugar a essa entidade reguladora da profissão, ele permanece. Ambas as datas são, portanto, marcos institucionais importantes tanto na história da biblioteca, como da própria agremiação.

Na visão de Gomes, “a biblioteca como criação social reflete a cultura que a gerou e, por sua vez, atua sobre a cultura à medida que, veiculando seus valores, crenças e padrões comportamentais, contribui para a preservação e difusão da herança cultural” (Gomes, 1983, p. 5). Logo, uma vez que há poucos trabalhos nacionais que destacam a história de bibliotecas jurídicas, a elaboração de tal pesquisa é importante para compreender qual o papel institucional essa biblioteca cumpriu dentro do período proposto. Isto é, a partir da coleção, preservação e difusão da informação jurídica, é possível entender como essa biblioteca refletiu os códigos culturais e os conjuntos de valores da época; assim como compreender qual foi sua importância para o Instituto.

Ressalta-se que, “elemento fundamental na vida de qualquer instituição cultural, a biblioteca da Casa [de Montezuma]³ foi uma grande conquista do IAB” (Fagundes, 1995, p. 126). Na verdade, talvez sua importância não tenha sido somente para o Instituto, mas para a classe dos advogados (residentes no Distrito Federal) como um todo, pois uma década após seu estabelecimento ela era considerada a mais completa do Rio de Janeiro (Brasil, 1905).

Essa tipologia de biblioteca (*biblioteca jurídica*) está diretamente relacionada à atividade-fim da instituição a qual associa-se. Isto é, ela coleta e armazena diferentes tipologias documentais que auxiliam o trabalho da comunidade jurídica que congrega no Instituto. Portanto, infere-se que importância desta biblioteca para a instituição reside em sua função como local de coleção, preservação e de disseminação de informação jurídica.

Assim, estabelecer uma biblioteca é constatar a importância da informação no amparo às ações institucionais. Neste sentido, quando uma organização da importância política do IAB, institui uma biblioteca, ele está evidenciando uma

³ Casa de Montezuma foi um apelido que a agremiação recebeu em referência ao seu primeiro presidente, Francisco Montezuma.

demanda institucional de forma que se perceba socialmente a necessidade de constituir tal espaço. Franqueá-la ao público externo, como o fez o Instituto, é assumir um compromisso social e cultural com a comunidade jurídica carioca na Primeira República.

Neste sentido, o problema de pesquisa levantado é: *como a biblioteca do IAB pode ser caracterizada entre os anos de 1895 e 1930 e qual sua relevância institucional?*

É válido observar que muito embora bibliotecas jurídicas do tipo governamental tenham sido temas de alguns estudos ao longo dos anos⁴, o ramo privado dessa categoria de biblioteca ainda precisa ser estudado como forma de fazer conhecer sua importância para as organizações e grupos sociais aos quais elas atendiam, e a relação entre elas e a instituição mantenedora. Por este motivo a história das bibliotecas jurídicas institucionais privadas no Rio de Janeiro primeiro-republicano ainda é um campo a ser explorado.

Uma dessas bibliotecas é a do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, que é uma das instituições culturais jurídicas mais antigas das Américas. Sua biblioteca, que completa 129 anos de inauguração em 2024, é provavelmente uma das bibliotecas jurídicas institucionais privadas mais antigas do Brasil. Atualmente ela é denominada *Biblioteca Daniel Aarão Reis*, e recebeu esse nome em homenagem ao centenário de nascimento do advogado. Seu acervo, de aproximadamente 40 mil itens, contém, inclusive, obras raras de inícios do século XIX (Instituto..., [202-]).

Falar sobre a história dessa biblioteca foi um modo de tentar compreender de que forma se deu sua relação com a instituição mantenedora: como o acervo era formado (compras, doações ou permutas?), que tipos de materiais o compunham, qual sua forma de organização, que lugar na estrutura organizacional ela ocupou, quem a frequentou, etc. Por outro lado, também foi uma forma de refletir historicamente que tipo de informação interessou a uma instituição como o Instituto e como ele se apropriou dela nas atividades as quais se dedicou.

Em contrapartida, executar a presente pesquisa foi uma forma de resgatar a memória de seu acervo (sua formação ao longo dos anos), dos sujeitos que estavam

⁴ Pode-se citar trabalhos como o de Adélia Leite Coelho em *Histórico da biblioteca do senado federal. Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 1, n. 2, p.233-240, jul./dez. 1973; e o da Comissão Comemorativa dos 180 anos da Biblioteca do Senado em *Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho: 180 anos de história viva: 1826-2006*.

diretamente envolvidos em seu desenvolvimento e zelaram pelos documentos ali contidos, assim como das práticas biblioteconômicas desenvolvidas. Além disso, ponderar a respeito de sua história dentro do período proposto, foi um reconhecimento do contexto no qual estava inserido o IAB, bem como a circunstância institucional que culminou com a criação da biblioteca.

Ressalta-se também que a análise sobre os usuários internos e externos da Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros, em finais do século XIX e inícios do século XX, se fez extensa, porém necessária, para que se compreendesse que uma biblioteca busca atender às demandas informacionais de sua comunidade (em princípio, interna). Uma biblioteca existe para seus leitores.

Nesse sentido, entende-se a biblioteca como uma instituição cultural que, por um lado, funcionou como uma agência social estabelecida para atender as demandas informacionais de um grupo social ou da sociedade (Gomes, 1983). Em uma organização, ela foi instaurada como instrumento de ação (Gomes, 1983): as atividades desenvolvidas pela biblioteca influenciaram diretamente naquelas que o IAB se propôs (como o estudo do Direito, e a defesa dos menos favorecidos).

Por outro lado, como instituição cultural, a biblioteca foi um espaço de sociabilidade da vida urbana. No que concerne à biblioteca do IAB, ela foi tanto uma forma de preservação da memória institucional e de acesso à informação jurídica (principalmente para seus sócios) como um meio de integração entre os membros do grupo - ela foi um local onde ocorreu parte da experiência de pertencimento ao Instituto.

Além disso, percebeu-se ao longo da pesquisa que a biblioteca do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros entre os anos de 1895 e 1930 foi fruto das ações, práticas e percepções de advogados que, por meio das ações institucionais, influenciaram (mesmo que indiretamente) as tomadas de decisões dos governos presidenciais durante a Primeira República. Uma vez que foi, em grande parte, constituída por meio de doações de diversas instituições congêneres, sócios e personalidades da época, ela também foi o reflexo dos interesses informacionais dos ofertantes ao mesmo tempo que as doações expressaram formas de manter relações entre o IAB e os doadores.

A finalidade principal desta pesquisa é caracterizar a Biblioteca do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros (IOAB) de modo a demonstrar com a agremiação pensava sua biblioteca entre os anos de 1895 e 1930. A ela somam-se: Apresentar

biograficamente, no período de 1895 a 1930, a instituição a que está vinculada a biblioteca⁵; Verificar de que forma foi constituído o acervo da biblioteca do IAB, bem como se deu sua organização; Compreender as relações entre os membros do IAB e a biblioteca; Entender de que maneira a agremiação percebia sua biblioteca, de modo a compreender sua importância institucional.

A partir disso, a hipótese central dessa pesquisa é entender que a biblioteca do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros nasceu como uma *proto-biblioteca* e se constituiu principalmente a partir de doações (de seus sócios, de personalidades da época e de instituições congêneres), com um acervo tipologicamente diverso. Compreender sua composição é uma forma de entender como esse acervo dialogou com questões debatidas dentro do próprio Instituto, ou mesmo socialmente, e como esse mesmo acervo contribuiu para as atividades-fim da agremiação.

Isto posto, vale salientar a importância das fontes utilizadas nesta dissertação. O levantamento de fontes a serem usadas na pesquisa foi realizado a partir de visitas à instituição mantenedora da biblioteca objeto desta pesquisa. Entrevistando a bibliotecária e sistematizando as fontes disponíveis no acervo e que foram consideradas importantes para a fundamentação dos objetivos dessa pesquisa.

As principais fontes localizadas para uso na pesquisa são os documentos institucionais. As atas das reuniões, informam, por exemplo, doações à biblioteca, solicitações para que os sócios fizessem doações, e demais informações sobre a biblioteca (como decisões a seu respeito). Os relatórios anuais também são de contribuição pois informam sobre a própria instituição, e eventualmente relatam sobre o estado da biblioteca (desenvolvimento do acervo, principais doações recebidas, e decisões tomadas em relação à biblioteca). Os estatutos e regimentos internos apresentam a maneira como a biblioteca se insere na organização institucional e qual seu papel para a agremiação. As instruções para o serviço da biblioteca, publicadas em 1929, ajudam a compreender como o IAB percebe a biblioteca e como ele deseja que ela funcione para atender suas demandas informacionais. Já o primeiro catálogo da biblioteca (muito embora tenha sido publicado em 1943, período além do recorte trabalhado nessa pesquisa) auxilia no

⁵ Se, como afirma Antônio Candido (1990 *apud* BESSONE, 2014) que para investigar uma biblioteca pessoal é necessário conhecer a biografia do sujeito ao qual ela pertenceu, então, para analisar uma biblioteca institucional é preciso inteirar-se sobre a organização a qual está vinculada.

entendimento da organização do acervo e o que permaneceu ao longo de sua constituição.

Uma fonte periódica importante é o *Almanak Laemmert*. Entre 1895 e 1930, serão examinados artigos referentes ao IAB. Visto que ele descreve informações sobre diversas instituições, será possível contabilizar a quantidade de membros do Instituto ao longo dos anos – e, portanto, a comunidade de usuários internos atendida pela biblioteca. Além disso, por meio dele será possível listar os nomes dos bibliotecários responsáveis pela biblioteca ao longo dos anos; a fonte traz também dados relativos ao horário de funcionamento da biblioteca.

Das fontes, é preciso destacar o catálogo da Biblioteca que, muito embora tenha sido publicado em 1943, (período além do recorte trabalhado nessa pesquisa) auxilia no entendimento da organização do acervo e o que permaneceu ao longo de sua constituição. Como instrumento, ele é essencial para entender sobre a organização de uma biblioteca, visto que desde as primeiras bibliotecas – ainda na Antiguidade - foi necessário criar um instrumento que ao mesmo tempo descrevesse um acervo, de modo a representá-lo, e auxiliasse a encontrar os itens ali arrolados (Sordet, 2019). Sendo assim, a história das bibliotecas e dos catálogos – ou da catalogação – está diretamente imbricada. Nesse sentido, percebe-se que essa ferramenta é essencial para a pesquisa que se desenvolve. Portanto, ainda que ele se encontre além do escopo cronológico da pesquisa, ele será usado como fonte devido sua importância para visualizar o acervo qualitativa e quantitativamente.

Tal catálogo não distingue categorias de assuntos, de tipologias documentais; em seu índice aparecem elencados tanto um como outro sem qualquer diferenciação. Ao todo ele contém 33 divisões e um índice alfabético de autores.

Inicialmente sua organização se dá por meio dos títulos das obras de acordo com os assuntos ou tipos de documentos. Em seguida, essas mesmas obras são arroladas sob os nomes dos seus autores correspondentes. Ao todo são 3062 obras de 1306 autores. Vale salientar que há obras em outras línguas além do português: francês, inglês, espanhol e italiano, por exemplo. Outro ponto a seu respeito: ele foi produzido pelo então bibliotecário do Instituto, Dr. Alfredo Balthazar da Silveira, que era advogado e, até onde se pôde verificar, não tinha formação na área de

Biblioteconomia⁶ – era comum que os bibliotecários do IAB fossem seus sócios, portanto advogados.

Por meio dessa fonte será possível caracterizar o acervo da biblioteca (que assuntos e autores ele compreendia, que idiomas figuravam entre as obras, as quantidades de obras e volumes presentes nesse acervo, dentre outras características), seu desenvolvimento e sua organização – de início, por exemplo, nota-se que ele compreende assuntos do Direito, mas também alguns outros, como Medicina e Psicologia; também se percebe que há uma organização alfabética de autores).

Nos demais periódicos (examinados nos períodos entre as décadas de 1890 e 1930), buscou-se reunir informações que auxiliem a pesquisa, e que a sustentem factualmente com informações diversas sobre o próprio IAB ou mesmo sobre a Biblioteca.

As fontes utilizadas para a pesquisa realizada nesta dissertação são as seguintes:

- Atas das sessões plenárias: de 1895 a 1930.
- Revista do Instituto da Ordem dos Advogados: tomos I a XX.
- Revista do Instituto da Ordem dos Advogados: 1906.
- Boletim do Instituto da Ordem dos Advogados: 1918; 1925 a 1932.
- Instruções para o serviço da biblioteca (1929).
- Estatutos: 1843, 1880, 1883, 1888, 1893, 1900, 1910, 1917, 1928, 1930.
- Regimentos Internos: 1844, 1893, 1900, 1911, 1917, 1928, 1930.
- Relatórios anuais: 1894, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900/1901, 1902/1903, 1904/1905, 1910, 1911/1912, 1913, 1921, 1925, 1927, 1928, 1929, 1930.
- Almanak Laemmert: 1895 a 1930.
- Periódicos diversos como: O Paiz, Jornal do Brasil, Gazeta de Notícias e Jornal do Comércio.

Com exceção do *Almanak Laemmert* e outros periódicos que foram acessados por meio da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, e o Boletim jurídico da Biblioteca do Instituto da Ordem dos Advogados, que foi consultado na Biblioteca Nacional, na sessão de periódicos, todas as outras fontes referentes à instituição

⁶ O primeiro curso de Biblioteconomia no Brasil foi instituído em 1911 por meio do Decreto nº 8.835, de 11 de julho, que aprovou o Regulamento da Biblioteca Nacional. A aula inaugural do curso, no entanto, ocorreu anos mais tarde, em 10 de abril de 1915. Para ingressar, além de um exame admissional, os candidatos deveriam ter concluído o curso de Humanidades (Fundação..., 2021).

foram verificadas na biblioteca do IAB.

Ressalta-se que as fontes auxiliam sobremaneira no entendimento de como o acervo evoluiu ao longo da última década do século XIX e das primeiras décadas do século XX, como o eram tratados os assuntos referentes à biblioteca, além de apresentarem dados diversos, sejam convergentes ou conflitantes. Tanto as atas como os relatórios institucionais fornecem informações preciosas para pensar sobre a trajetória da biblioteca e suas transformações, de forma que são fontes fundamentais da pesquisa. No entanto, compreende-se que são documentos elaborados a partir de uma finalidade institucional. Assim, sua análise foi feita considerando seu contexto de produção e tendo como base as referências teóricas anteriormente apresentadas.

De um modo geral, todas as fontes foram analisadas buscando informações a respeito da Biblioteca dentro do período proposto (1895 – 1930). No entanto, sabe-se que não é possível entender uma biblioteca institucional sem conhecer e compreender a organização a qual ela é vinculada. Nesse sentido, também foi necessário buscar nas fontes informações que caracterizassem a instituição e pudessem agregar ao conteúdo que se desenvolve nessa pesquisa.

As atas plenárias foram as primeiras fontes a serem analisadas, totalizando centenas de atas verificadas para esta pesquisa. Como já comentado, sua necessidade para esta pesquisa se dá porque é nas atas que ficam registrados comentários e decisões tomadas em relação à biblioteca, mas também é nelas que, muitas vezes, são elencadas as doações recebidas para o acervo. As atas encontram-se, em parte, impressas nos tomos das revistas do IAB, mas também, manuscritas ou datilografadas em livros de atas.

Os estatutos e regimentos internos do IAB encontram-se impressos em folhetos ou pequenos livros. O exame dessas fontes foi necessário para verificar como a biblioteca era pensada institucionalmente, e qual sua importância para o IAB. Por meio desses documentos verificou-se que, ao longo do tempo, a biblioteca passou de praticamente inexistente, para essencial para as atividades desenvolvidas pela agremiação.

Os relatórios anuais foram analisados tendo em conta que eles apresentam informações diversas a respeito da instituição e de sua biblioteca. Observou-se que, muito embora eles não tenham um padrão de redação ou de estrutura, eles informam sobre quantidade de membros, assuntos importantes discutidos ao longo

daquele ano (ou conjunto de anos, se for o caso), assim como trazem algumas informações a respeito do estado da biblioteca (como quantitativo de acervo, doações recebidas, organização do acervo, estágio da catalogação do acervo, frequência de usuários e obras emprestadas, etc.). Contudo, não há relatórios produzidos todos os anos pelo Instituto, ou não foram localizados relatórios referentes a alguns períodos.

As instruções para o serviço da biblioteca foram uma série de diretrizes que o IAB elaborou para informar a respeito do funcionamento de sua biblioteca. Pela análise das atas plenárias, percebeu-se que era vontade antiga do Instituto preparar tal documentos, mas ele só foi concretizado em 1929.

A investigação em diversos periódicos se fez necessária para entender que tipo de notícias eram veiculadas sobre a agremiação e sua biblioteca. Ou seja, o que interessava ao Instituto veicular publicamente? O que a Casa de Montezuma preferia que fosse veiculado? Percebeu-se que, em geral, eram publicadas notícias sobre as reuniões que aconteciam no IAB (as sessões plenárias) ou eventos que ocorriam em sua sede. Poucas foram as notícias relevantes sobre a biblioteca: em geral eram publicados encontros que aconteciam em seu espaço, mas eventualmente foram publicados alguns dados sobre ela (como sobre o acervo, e seus leitores e empréstimos). No *Almanak Laemmert*, especificamente, a intenção foi encontrar informações administrativas, visto que esse era, em suma, o foco desse periódico.

O trabalho com as fontes, é preciso ressaltar, é entender que elas não apresentam sempre as informações da maneira que se pretende encontrar; as fontes foram elaboradas de acordo com a intenção institucional, mas também de acordo com a subjetividade de seu produtor. Neste sentido, entende-se que esses documentos não são neutros uma vez que foram constituídos para atender uma determinada finalidade de um grupo; portanto, podem forjar ou legitimar ações institucionais.

Por outro lado, também se entendeu que mesmo quando as informações são apresentadas em um documento, algumas vezes elas não aparecem em sua completude; ainda que se examine fontes diversas, há possibilidade de lacunas (informações que não foram encontradas)⁷. Nesse caso, algumas vezes, utilizou-se

⁷ Nesse sentido pode-se pensar no *paradigma indiciário* proposto por Ginzburg (1999). Isto é, uma vez que as lacunas se fazem presentes no trabalho do historiador, é necessário utilizar os sinais que elas fornecem, os indícios ou vestígios. São esses vestígios que, muitas vezes, auxiliam na pesquisa,

a conjectura a partir do entrelaçamento de informações colhidas em fontes diferentes, ou mesmo a apresentação de informações conflituosas que algumas fontes mostraram.

Paralelamente ao uso das fontes, diversas foram as referências teóricas utilizadas para apoiar as argumentações propostas ao longo do trabalho. Foi realizada pesquisa bibliográfica produzida em âmbito nacional e internacional. Inicialmente, pretende-se reunir conhecimentos já publicados sobre a história de bibliotecas jurídicas institucionais. Uma vez que há carência de referências nacionais sobre este assunto, busca-se amparo em literatura estrangeira de língua inglesa para que, guardadas as devidas proporções e especificidades, possa ser realizada uma reflexão sobre o tema.

Neste sentido, leituras como *The history and nature of law libraries*, de Deborah S. Panella (2012); *Law libraries*, de S. Blair Kauffman (1994); *Law libraries and collections*, de Cameron Allen (1975), são importantes para entender o que são bibliotecas jurídicas, como e para quem elas atuam, e perceber o contexto de aparecimento e formação de bibliotecas jurídicas institucionais nos Estados Unidos. Essas referências serão analisadas tanto a fim de promover comparações com o contexto brasileiro, assim como encontrar pontos em comum.

Tendo em vista a carência de literatura brasileira sobre o contexto histórico de surgimento de bibliotecas jurídicas institucionais, o uso de referências estadunidenses a este respeito foi importante, por um lado, para compreender melhor tal conjuntura; por outro lado, possibilitou entender que bibliotecas eram essas naquele momento (constituição de seu acervo e seus usuários, por exemplo).

Por sua vez, *Bibliotecas e sociedade na primeira república brasileira: fatores sócio-culturais que atuaram na criação e instalação de bibliotecas de 1890 a 1930*, de Sônia de Conti Gomes (1983), é uma referência basilar para compreender como se deu o processo de instalação de bibliotecas em território brasileiro durante a primeira República, já que a autora faz reflexões que auxiliam no entendimento da biblioteca como uma criação cultural.

Outra referência igualmente relevante é *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*, de Tania Maria Bessone (2014). Neste trabalho a autora faz um estudo de bibliotecas pessoais de advogados

e médicos do Rio de Janeiro entre as décadas de 1870 e 1920. A pesquisa de Bessone é imprescindível para entender o valor (simbólico e monetário) dos livros para os advogados, mas também a importância da literatura jurídica no exercício dessa profissão.

Referências sobre o Instituto dos Advogados Brasileiros também foram utilizadas como forma de compreender a instituição. Assim, os volumes *História da Ordem dos Advogados do Brasil: o IAB e os advogados no Império*, *História da Ordem dos Advogados do Brasil: luta pela criação e resistência*, *História da Ordem dos Advogados do Brasil: o IOAB na Primeira República*, que contou com a autoria e pesquisa de Lucia Maria Paschoal Guimarães, Tania Maria Tavares Bessone, Aurélio Wander Bastos e Marly Silva da Motta, foram essenciais para obter um panorama institucional do Instituto a partir de sua criação, em meados do século XIX, até o período coberto por esta pesquisa (1895 a 1930).

Outras referências como *Ecos da Casa de Montezuma: o Instituto dos Advogados Brasileiros como Referência na Cultura Jurídica Nacional* de Enéa de Stutz e Almeida, e *Instituto dos Advogados Brasileiros: 150 Anos de História, 1843-1993*, de Laura Fagundes, também foram importantes para o desenvolvimento dessa pesquisa do que concerne ao conhecimento da instituição.

Ademais, o trabalho *A formação da biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros (1843-1895)*, do autor dessa dissertação, também se mostrou referência igualmente relevante. Primeiro, porque a própria dissertação trata-se de uma continuação desse trabalho; segundo, porque o capítulo inicial dessa dissertação foi elaborado pensando como uma forma de atualização das informações colhidas anteriormente, buscando-se acrescentar uma nova perspectiva de modo que se compreenda o ponto de partida da pesquisa: a ideia de que, antes de sua abertura, a biblioteca do IAB era uma *proto-biblioteca*.

O que se pretende reforçar aqui é que o uso de fontes e de referências teóricas se deu concomitantemente de modo que se complementassem e proporcionassem o desenvolvimento da pesquisa.

Esse progresso passa também, obviamente, pela redação da presente dissertação. Inicialmente, ressalta-se que a escolha do título não foi aleatória: no século XIX, quando a Biblioteca do Instituto foi inaugurada, *livraria* e *biblioteca* eram palavras sinônimas, o primeiro termo não possuía a conotação que tem atualmente. Nesse sentido optou-se por um título que pudesse fazer referência à Biblioteca

estudada sem que houvesse repetição de um mesmo termo. Por outro lado, como esta pesquisa aborda diferentes fases dessa biblioteca – e da própria instituição mantenedora – percebeu-se que ela passou por transformações ao longo dos anos. Como tratava-se de uma biblioteca institucional, logo seu escopo de atendimento priorizava seus associados: advogados bacharéis em Direito ou Ciências Jurídicas.

Portanto, essa pesquisa intitulada **As transformações de uma livraria para os bacharéis: a Biblioteca do IOAB (1895 – 1930)**, versa sobre trajetória da biblioteca da Casa de Montezuma, um importante espaço institucional e de classe para a salvaguarda e acesso informacional durante a Primeira República.

Na introdução da presente dissertação, foi feito breve comentário sobre a motivação para a pesquisa, de onde ela partiu. Aqui também se apresentou brevemente o objeto de pesquisa - mostrando alguns conceitos fundamentais da pesquisa, de modo a conceber o ponto inicial da mesma -, assim como o problema levantado para o desenvolvimento da presente dissertação. Também pretende-se explicar que a instituição e sua biblioteca são pensadas a partir de seus estatutos e regimentos internos, posto que são as diretrizes que guiam o IAB. Os capítulos desta dissertação, vale ressaltar, também foram pensados a partir dos estatutos e regimentos da agremiação, considerando que eles também informam sobre a Biblioteca e seu papel institucional.

Intitulado “Ambições bacharelescas: a criação do IAB e a intenção de uma biblioteca (1843-1895)”, a ideia do Capítulo 1 é mostrar o que era essa biblioteca antes de sua abertura. Isto é, como seu acervo se constituiu nesse período, a partir de que materiais e assuntos ele foi composto, como ele dialogou com as questões debatidas institucionalmente e qual era a visão que o Instituto possuía sobre sua biblioteca.

Para tal, o capítulo utiliza os estatutos do IAB elaborados durante o Brasil Império (a saber: 1843, 1880, 1883 e 1888), como forma de compreender como a biblioteca apareceu na organização institucional e qual foi sua relevância para a agremiação. É a partir dessas fontes que se conseguiu ponderar sobre como a agremiação concebeu sua biblioteca.

Paralelamente, utiliza-se o trabalho “A formação da biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros (1843-1895)” como referência teórica, mas também como uma forma de atualização das informações ali contidas, a partir dos estatutos do IAB.

Já no segundo capítulo, denominado “Enfim uma biblioteca para os bacharéis: inauguração e primeiros anos (1896-1917)”, foram tecidas considerações sobre a biblioteca a partir de sua inauguração, no 52º aniversário institucional, até a redação dos estatutos de 1917. A escolha desse marco temporal para a redação deste capítulo se dá, pois os referidos estatutos são aqueles em que se fala sobre o cargo de bibliotecário para a agremiação e sua biblioteca. Se em outros momentos a biblioteca ficou sob a guarda de um tesoureiro ou um secretário (este visto como bibliotecário, esmo que tal cargo não existisse na estrutura organizacional), a partir dos estatutos de 1917 é criada uma função específica de bibliotecário e que passa a integrar o quadro diretor do IOAB.

Também é intenção deste capítulo: mostrar como o acervo desenvolveu-se ao longo desses 22 anos, tanto em termos quantitativos quanto em relação às suas qualidades; pensar na comunidade de usuários da Biblioteca; refletir sobre seus responsáveis.

Por sua vez, o terceiro capítulo nomeado de “Desenvolvendo a biblioteca dos bacharéis: é preciso um bibliotecário (1918-1930)” foca no desenvolvimento da biblioteca e sua relação com a instituição a partir dos estatutos de 1917 até a criação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 1930. Tal delimitação temporal se deu, porque a partir do momento de criação da OAB o Instituto não precisa mais tentar exercer uma função reguladora da classe dos advogados; desse momento em diante ele pode dedicar-se exclusivamente ao estudo do direito e divulgação da cultura jurídica. Portanto, a fundação dessa outra organização é um marco para a história do Direito brasileiro, da classe dos advogados e do próprio IAB.

Ressalta-se que neste capítulo também foi realizada uma reflexão sobre o catálogo da biblioteca publicado em 1943, o único catálogo que se teve acesso como fonte documental para a pesquisa. Pensar sobre esse catálogo, muito embora ele exceda o recorte temporal da dissertação, é entender a organização do acervo e as tipologias documentais priorizadas pelo IAB em sua biblioteca.

Por fim, nas “Considerações Finais” da dissertação, foi feita uma reflexão sobre a importância da Biblioteca para a instituição mantenedora e qual foi seu papel ao longo do período examinado.

1 AMBICÕES BACHARELESCAS: A CRIAÇÃO DO IAB E A INTENÇÃO DE UMA BIBLIOTECA (1843 - 1895)

Após as revoltas ocorridas durante o período da Regência (1831 – 1840), o Brasil começou a entrar em um momento de paz e de estabelecimento de uma nação civilizada nos trópicos, em certa medida garantidas por um jovem monarca de linhagem portuguesa. Assim, “todo o cenário político e econômico parecia favorável a D. Pedro II (1825 – 1891), que brilhava, enquanto figuração, bem no centro do reino (Schwarcz, 1998, p.125).

A consolidação de um Império em meio aos trópicos passou também pela tentativa de criação de uma identidade nacional. Foi nas décadas de 1850 e 1860 que o romantismo ganhou força, se tornando não somente um movimento cultural, como também político, muito ligado ao nacionalismo (Schwarcz, 1998). Nesse sentido, temas nacionais como a natureza exuberante e a figura do indígena foram utilizadas para demarcar as características da jovem nação tropical.

Para que uma identidade nacional fosse construída também foi necessária a criação, ou fortalecimento, de algumas instituições que pudessem prestar tal auxílio; ao fazer parte de um projeto para o Brasil, essas entidades poderiam contribuir para preservar o regime monárquico ao mesmo tempo em que ressaltariam uma memória e cultura brasileiras (Schwarcz, 1998). Deste modo, algumas organizações foram estabelecidas ou apoiadas pelo Império, como: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), responsável por fundar uma historiografia brasileira; a Academia Imperial de Belas Artes (1826), incumbida de criar uma imagem da nação; o Colégio Pedro II (criado no século XVIII, e que a partir da década de 1830 passou a ser patrocinado pelo Imperador), encarregado de propagar a imagem erudita do monarca (Schwarcz, 1998). Essas instituições promoveram uma imagem de mecenas e intelectual do imperador D. Pedro II, ao mesmo tempo em que difundiram a identidade nacional dessa monarquia entre os trópicos.

Nesse contexto também foi criada na Côrte uma agremiação que almejava não somente congregar os advogados bacharéis, como também regulamentar e fiscalizar o exercício profissional da advocacia: o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). Apesar de, na época, a Côrte não contar com um curso superior jurídico – as faculdades de Direito estavam em São Paulo e em Olinda, depois Recife -, parte dos

bacharéis atuava na cidade, não somente como advogados, assim como parte do funcionalismo público imperial.

1.1 Em busca da Ordem: o surgimento do Instituto dos Advogados Brasileiros

Desde a criação da Associação dos Advogados de Lisboa, em 1837, Francisco Alberto Teixeira de Aragão (1788 – 1847) publicava na *Gazeta dos Tribunaes* artigos favoráveis à instalação de uma corporação semelhante em território brasileiro, colaborando para criar uma opinião pública simpatizante ao estabelecimento de tal instituição (Fagundes, 1995; História..., 2003a): “nas páginas da *Gazeta*, passou a postular a fundação de uma *Associação de Advogados* na Corte, nos moldes da instituição similar, criada em Lisboa em 1837, a cujos estatutos fez questão de dar publicidade” (História..., 2003a, p. 18). De tão entusiasta que era, Aragão, conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, convocou advogados da corte para somarem à causa, e requereu aos bacharéis Augusto Teixeira de Freitas (1816 – 1883), Luiz Fortunato de Brito Abreu e Souza Menezes (1812 - 1887) e Caetano Alberto Soares (1790 – 1867) que redigissem um estatuto para a nova entidade. O sucinto documento fundamentou a organização a qual foi batizada de *Instituto dos Advogados Brasileiros* (História..., 2003a).

Assim, por meio do Aviso de 7 de agosto de 1843, D. Pedro II anuiu ao estatuto⁸ aprovado pelo ministro da Justiça; em 21 do mesmo mês foram designados o presidente, o secretário e o tesoureiro da agremiação, Francisco Gê de Acaiaba e Montezuma (1794 – 1870), Josino Nascimento Silva (1811 – 1886) e Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite (1803 – 1867), respectivamente (História..., 2003). Um mês depois, no 21º aniversário da Independência, ocorreu no Salão Nobre do Colégio Pedro II o evento de instalação do Instituto: “no seu discurso, Montezuma deixou clara a finalidade acadêmica do Instituto, em prol do Estado e da Ciência da Jurisprudência, bem como a utilidade pública, porém, não ao povo, mas no auxílio ao governo para melhoramento da legislação e da Assembleia Geral” (Castilho, 2017, p. 84).

⁸ No decorrer do Império, o IAB ainda teve três reformas estatutárias: a primeira em 1880, a segunda em 1882 (que o coloca como uma associação científica) e, finalmente, a terceira, em 1888 (na qual seu nome é mudado para Instituto *da Ordem* dos Advogados Brasileiros) (FAGUNDES, 1995; HISTÓRIA..., 2003, grifo nosso).

O Instituto nasceu sob a proteção do Segundo Império, cujas décadas iniciais foram consideradas importantes no que concerne ao robustecimento de um reino brasileiro - especialmente a década de 1850, encarada como um decênio de paz e estabilidade financeira. Nesse período, houve uma preocupação do Império em cuidar da memória e da História da recente nação, bem como a criação de uma intelectualidade local (Schwarcz; Starling, 2018). Nesse sentido, “o Instituto dos Advogados Brasileiros integrava o rol de instituições acadêmicas que floresceram durante o Segundo Reinado, com o consentimento de D. Pedro II, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Imperial de Medicina” - Montezuma, seu primeiro presidente, participou da fundação tanto do IAB quanto do IHGB (História..., 2003a, p. 112).

Cabe ressaltar, no entanto, que esse grupo de advogados fundou sua associação profissional em um momento de transformações políticas no Brasil; era um período de centralização política na qual o governo imperial tentava reaver o poder administrativo e judicial das províncias como forma de frear as revoltas liberais (Bonelli, 2003).

Em certa medida, dado a conjuntura de fundação do IAB e sua proximidade com o governo imperial, “[...] é viável supor que a criação do Instituto dos Advogados Brasileiros esteve intimamente articulada com o projeto político de consolidação do Estado monárquico” (História..., 2003a, p. 22). De modo que se pode deduzir “[...] que numa primeira fase competia ao Instituto oferecer sustentação às instituições monárquicas, contribuindo para o ordenamento jurídico-administrativo de um Estado recém-emancipado, carente de unidade política e herdeiro de um legado colonial desagregador” (História..., 2003, p. 24). Logo, nota-se o que Montezuma quis dizer, em seu discurso de instalação do IAB, em relação à utilidade pública da agremiação: ela se propôs a auxiliar o governo imperial nas questões jurídicas e, de fato, eventualmente isso ocorreu.

Dessa maneira, pode-se pensar que o grupo fundador do IAB foi um conjunto de advogados da elite social imperial que observou na organização de uma associação profissional uma forma de influenciar o processo político em curso no Estado brasileiro (Bonelli, 1999). Aliás, “as estratégias a partir de sua criação indicam que as diretorias tinham como meta estreitar os laços e a influência da associação junto ao poder [estatal]” (Bonelli, 1999, p. 66).

O primeiro regimento interno do Instituto foi deferido em assembleia geral em novembro de 1843, homologado pela Portaria Imperial de 15 de maio do ano seguinte (História..., 2003a). Segundo esse documento, a agremiação seria comandada por um Conselho Diretor originário do quadro efetivo: presidente, secretário, tesoureiro e mais doze membros. Esse regimento inaugural também elencou três classes de sócios: efetivos, honorários e supranumerários⁹. Além disso, informou que qualquer candidato a membro da associação deveria ter probidade, conhecimentos profissionais e bons costumes (Revista..., 1862).

Desde seu primeiro estatuto, a intenção do IAB foi estabelecer uma *Ordem dos Advogados*, um órgão que regulamentasse a profissão¹⁰ - esse, aliás, era seu objetivo primordial, como consta no artigo 2º do estatuto de 1843: “O fim do Instituto é organizar a ordem dos advogados, em proveito geral da ciência da jurisprudência” (Revista..., 1862, p. 8). Sua meta, com a organização de uma entidade representativa da classe dos advogados, era regular quem e como poderia exercer a profissão, ao mesmo tempo em que puniria o exercício inadequado (Bonelli, 1999).

Ao longo dos anos diversas foram as vezes em que a agremiação debateu ou propôs a criação de uma Ordem dos Advogados. Em sessão extraordinária de 28 de fevereiro de 1850, Montezuma submeteu ao Conselho Diretor uma proposta de organização da Ordem, mas seus pares não foram favoráveis ao seu projeto (História..., 2003). Após algumas mudanças, no ano seguinte ele tramitou na Assembleia como o Projeto de Lei nº 43 (Almeida, 2003). Esta primeira tentativa em criar uma entidade normalizadora da profissão foi falha, bem como todas as outras ao longo do Império.

Cabe refletir que durante o Império, eram os poderes executivo e judiciário que regulamentavam o exercício da advocacia a não-bacharéis - fosse por meio de legislações ou de autorizações. As permissões para o exercício profissional poderiam “[...] ser concedidas tanto por presidentes de tribunais de Relação, quanto de Província. O que gerava uma série de desvios e abusos, pois no fundo a licença

⁹ Os sócios efetivos eram aqueles residentes na Côrte e que atuavam no Instituto; os honorários eram aqueles que mantinham alguma relação amistosa com a agremiação, sendo uma espécie de título de honra concedido pelo IAB; por sua vez, os supranumerários eram como membros avulsos, não residentes na Côrte, que eventualmente mantinham alguma relação com o Instituto.

¹⁰ Após a Independência há dois atos legais que, em alguma medida, regulamentam o exercício da advocacia no Brasil. O primeiro foi a Lei de 22 de setembro de 1828; posteriormente, veio o Aviso nº 151, de 7 de outubro de 1828, da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, o qual afirma que a advocacia não pode ser exercida por estrangeiros (HISTÓRIA..., 2003a).

para a prática da advocacia, inclusive na Corte, acabava se transformando em moeda de troca política (História..., 2003a, p.17).

Logo, é possível conjecturar que o Estado não queria renunciar a tal poder em favor de uma outra instituição, até mesmo porque ele arrecadava impostos. Neste caso, “[...] trata-se a questão corporativa dos advogados como um conflito político-profissional. Na verdade, o Estado resistia aos advogados como corporação política e não como corporação profissional” (História..., 2003a, p. 164). Isto é, não é que houvesse um desinteresse em criar uma Ordem dos Advogados (enquanto órgão credenciador e regulador da profissão), mas sim um temor por conta de sua significância política (Bonelli, 2003). Em outros termos, “a política centralizadora dos gabinetes imperiais, dominante durante quase todo o Segundo Reinado, não aceitaria abrir mão de certas prerrogativas do Estado, delegando a uma entidade de classe poderes para auto regulamentar o exercício da profissão” (História..., 2003a, p. 42).

Salienta-se que os advogados bacharéis no período aqui proposto pertenciam a uma elite econômica, política e intelectual: provinham das camadas sociais mais abastadas; influenciavam, direta ou indiretamente, as políticas de Estado e as decisões tomadas pelo governo; eram parte um estrato social culto, inclusive com apreço aos livros e à leitura¹¹. No entanto, “[...] no Império brasileiro, o ofício não era exercido apenas pelos egressos das faculdades de Direito. Desempenhavam-na, ainda, os *advogados provisionados* e os *solicitadores*” (História..., 2003a, p. 17). Segundo Coelho (1999), havia quatro categorias de advogados: os bacharéis¹², os solicitadores¹³, os provisionados¹⁴ e os rúbulas¹⁵.

Enquanto grupo homogêneo, depois da instituição dos cursos jurídicos no Brasil, em 1827, passou a formar-se nas faculdades de Direito de São Paulo e

¹¹ Tânia Maria Bessone (2014) fez um estudo por meio de inventários *post mortem* de advogados e médicos mostrando como era a relação dessas classes com livros e leitura entre finais do século XIX e inícios do XX.

¹² “Título que se dá aos que recebem o primeiro grau em qualquer faculdade de uma Universidade, ou escola de ensino superior, [...]” (Silva, 1890, p. 303).

¹³ “Um oficial público que requer as coisas de justiça nos tribunais, de que há número certo” (Silva, 1823, p. 695).

¹⁴ Seria o advogado sem curso superior que recebeu autorização, por meio de um ofício, para atuar. (Silva, 1823).

¹⁵ Advogado sem curso superior, muito prolixo (Silva, 1823). Silva (1823) dá a entender que essa categoria se utiliza do discurso como forma de atrapalhar um caso para ganha-lo.

Olinda/Recife (Carvalho, 2020) - posto que antes era comumente ocupado pela Universidade de Coimbra, em Portugal.

Face ao exposto, salienta-se que, mesmo quando instalados cursos superiores de Direito em território brasileiro, seus custos só poderiam ser arcados pelas famílias com mais condições financeiras, o que denota que seu ingresso estava, muitas vezes, restrito aos círculos da elite financeira oitocentista.

De modo geral, os alunos das escolas de Direito provinham de famílias de recursos. As duas escolas cobravam taxas de matrícula (que no primeiro ano de funcionamento foi de 51\$200 réis). Além disso, os alunos que não eram de São Paulo ou do Recife tinham que se deslocar para essas cidades e manter-se lá por cinco anos. Muitos, para garantir a admissão, faziam cursos preparatórios ou pagavam repetidores particulares. Esses custos eram obstáculos sérios para alunos pobres, embora alguns deles conseguissem passar pelo peneiramento (Carvalho, 2020, p. 74-75).

Mediante à Lei de 11 de agosto de 1827, D. Pedro I instituiu dois cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, um em São Paulo e outro em Olinda (que migrou para Recife em meados da década de 1850).

A implantação desses dois primeiros cursos de Direito no Brasil, [...], refletiu a exigência de uma elite, sucessora da dominação colonizadora, que buscava concretizar a independência político-cultural, recompondo, ideologicamente, a estrutura de poder e preparando nova camada burocrático-administrativa, setor que assumiria a responsabilidade de gerenciar o país. Neste sentido, os cursos jurídicos surgiram, concomitantemente, com o processo de independência e a construção do Estado nacional (Wolkmer, 2015, p. 94).

Esses cursos originários subsidiaram a formação de uma intelectualidade jurídica no Brasil (Wolkmer, 2015), mas não somente isto, ambas as faculdades brasileiras foram grandes “celeiros” da burocracia imperial (História..., 2003a). Pode-se dizer que foi com a fundação dessas duas faculdades de Direito que teve início o processo de profissionalização do Direito Brasileiro - que passa pela fundação do IAB e culmina com a criação da OAB (Bonelli, 2003).

Após a formação das primeiras turmas em terras brasileiras, aos poucos começou a emergir uma demanda por uma agremiação profissional que pudesse congrega o conjunto de bacharéis e que, ao mesmo tempo, defendesse os interesses do grupo. Considerando que o estabelecimento de tais cursos foi o início da composição de uma classe de advogados no Brasil (Fagundes, 1995), pode-se pensar que a criação do IAB foi como um desdobramento dos cursos de Direito aqui instalados (História..., 2003a). Além disso, também pode-se ter em conta que a

fundação de uma instituição como o IAB serviu para reunir tanto os bacharéis em Direito, como a elite dirigente do Brasil Império (Almeida, 2003).

Outra influência para a criação do Instituto foi a gênese de organização semelhante na antiga metrópole, em 1837. Nesse sentido, observa-se que “a organização da advocacia no Brasil após a independência seguiu muito de perto a da portuguesa” (Coelho, 1999, p.167). Deste modo, percebe-se que a criação de associação que organizasse e fiscalizasse o exercício profissional era uma demanda não somente dos advogados brasileiros.

1.2 Bibliotecas e bacharéis

O Direito exige de seus praticantes acesso a informações e documentações diversas para o exercício de seu ofício: advogados, juízes, promotores, desembargadores, todos eles precisam acessar leis, jurisprudência e doutrinas jurídicas, por exemplo, tanto como forma de estudo como para criarem suas argumentações. Em certa medida, isso impulsionou a produção, seleção e a salvaguarda de documentos em um determinado local, de forma que quando esses profissionais constituíram para si coleções de materiais jurídicos, denominou-se tal acervo de *biblioteca jurídica*.

Logo, uma biblioteca jurídica pode ser definida como aquela constituída por um acervo especializado em Direito - muito embora possa abarcar outros assuntos como História, Sociologia, Filosofia, etc. - procurando atender comunidades jurídicas (advogados, juízes, procuradores, promotores, professores ou mesmo estudantes de Direito) e parlamentares (vereadores, deputados, senadores). Usualmente essas coleções são formadas por livros de referência legal, jurisprudência, tratados, arquivos judiciais, relatórios de casos, pareceres, conjuntos de legislações, periódicos jurídicos, e, mais recentemente, bases de dados jurídicas (Reitz, c2020).

Nesta perspectiva, desde a Antiguidade a necessidade de os profissionais do Direito terem acesso a diferentes materiais jurídicos têm promovido a criação de bibliotecas jurídicas ao longo do tempo (Kauffman, 1994). Salienta-se que no continente americano uma das primeiras bibliotecas jurídicas institucionais - se não a primeira - foi a Biblioteca Jurídica da Companhia da Cidade da Filadélfia, fundada em 1802 nos Estados Unidos da América (Lerner, 1998).

No caso estadunidense, bibliotecas jurídicas existiam desde a época da colônia na forma de bibliotecas pessoais (Panella, 2012). Ao ponderar sobre o caso brasileiro, é possível inferir realidade semelhante. Em estudo realizado por Bessone (2014) sobre bibliotecas pessoais de médicos e advogados entre as décadas de 1870 e 1920, a autora esclarece que tais profissionais costumavam colecionar materiais que os auxiliassem profissionalmente: “esse segmento adquiria obras e formava acervos domésticos, que em muitos casos eram contabilizados entre os bens deixados em inventários, testamentos e verbas testamentárias (Bessone, 2014, p. 43). A autora conclui também que “[...] os profissionais pareciam dar preferência aos livros que lhes servissem para atualização técnica, uma vez que suas bibliotecas se compunham, na maior parte, de obras voltadas para utilização do exercício de suas atividades” (Bessone, 2014, p. 49).

Assim, percebe-se que a necessidade de acesso informacional levou à formação de acervos que amparassem advogados no exercício profissional. Em inícios dos oitocentos, bibliotecas da Ordem e de associações começaram a aparecer como forma de proporcionar acesso à lei de maneira mais econômica (Kauffman, 2013). Porém, nem sempre essas bibliotecas eram formalmente estabelecidas assim que se criava uma associação profissional. Esse foi o caso de diversas agremiações, como o do IAB que embora tenha sido fundado em 1843, só inaugurou sua biblioteca em 1895.

Alguns exemplos de associações profissionais de advogados que criaram suas bibliotecas após sua fundação podem ser observados no quadro a seguir:

Quadro 1 - Associações de advogados ao redor do mundo e suas bibliotecas

Associação	Fundação da Associação	Fundação da Biblioteca
The Faculty of Advocates (Escócia)	1532	1689
King's Inns (Irlanda)	1541	1788
Ilustre Colegio de Abogados de Madrid (Espanha)	1596	1852
Ilustre Colegio de Abogados de Valencia (Espanha)	1759	1847
Law Society of Ontario (Canadá)	1797	1827
Barreaux de Bruxelles (Bélgica)	1811	1842
Ordem dos Advogados (Portugal)	1838/1926	1842
Colegio de Abogados de Arequipa (Peru)	1911	1916

Fonte: Domingues (2021).

À vista disso, o que se pretende reforçar é que tais corporações possuíam acervos compostos por variadas tipologias documentais, mesmo antes de formalizar uma biblioteca. Como já mencionado, a prática advocatícia ampara-se na literatura da área, na legislação de um país ou região, etc., então, conjectura-se que associações profissionais ou culturais jurídicas costumavam colecionar um conjunto documental formado não somente por monografias¹⁶ e periódicos, mas também por literatura cinzenta¹⁷ e de materiais de referência¹⁸.

Isso foi o que ocorreu no IAB: em estudo realizado sobre a formação desse acervo, Domingues (2021) constatou que ao longo de cinco décadas a agremiação formou um acervo - primordialmente oriundo de doações dos associados e instituições congêneres - constituído de anais, catálogos, coleções de leis e pareceres, folhetos, literatura cinzenta, livros, materiais de referência, periódicos, dentre outros. Nesta mesma análise também ficou observado que somente a partir

¹⁶ Considera-se monografia a publicação não periódica que versa sobre determinado assunto (Cunha; Cavalcanti, 2008). Nesta pesquisa são considerados monografias: livros, folhetos, opúsculos.

¹⁷ Literatura não-convencional e que não tem como objetivo a circulação comercial, produzida, geralmente, para circulação dentro das instituições (sejam elas administrativas, científicas, etc.) (FARIA; PERICÃO, 2008).

¹⁸ Também chamado de material de consulta, Faria e Pericão (2008, p. 487) conceituam como “conjunto de publicações e outros meios onde recolhe-se informação para a elaboração de trabalhos escritos ou outros, como dicionários, glossários, enciclopédias, repertórios bibliográficos, etc.”.

da redação de novos estatutos em 1880 é que foi especificado um membro da diretoria do IAB para responsabilizar-se por tal acerto, o tesoureiro.

É válido ressaltar que o Rio de Janeiro, ao longo do século XIX, contemplou o nascimento e o desenvolvimento de algumas instituições jurídicas, parlamentares e governamentais, que estabeleceram bibliotecas tentando suprir suas demandas informacionais. Domingues (2022) explica que na cidade, ainda no Império, havia bibliotecas jurídicas ligadas ao poder público, como a da Câmara dos Deputados, a do Senado a do Ministério da Justiça, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; nos primeiros anos da República surgiram a do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União.

Esse conjunto de bibliotecas, infere-se, foi fundado objetivando atender às demandas informacionais de suas instituições mantenedoras, de modo que seu público-alvo, seus leitores, seriam os funcionários dessas organizações. Não se sabe ao certo se alguma delas era franqueada ao público. Nesse sentido, pode-se conjecturar que urgia a necessidade de uma biblioteca jurídica que fosse aberta ao público, proporcionando acesso gratuito à literatura jurídica – ainda mais considerando que comprar livros era algo bastante custoso nos oitocentos.

1.2.1 Uma proto-biblioteca

Composto por oito artigos, o primeiro estatuto da agremiação, redigido em 1843, não trouxe qualquer menção à uma biblioteca na agremiação. Seu regimento interno, do ano seguinte, muito embora não referenciasse diretamente que o IAB teria uma biblioteca e quem seria seu responsável, apontou, em dois de seus cinquenta e seis artigos, formas pelas quais o Instituto poderia angariar obras para sua biblioteca. O artigo 15 informou que “Aquele membro que faltar a três conferências sucessivas, sem participação ou sem causa legítima, será condenado a dar para a *livraria*¹⁹ do Instituto uma obra de jurisprudência que nela não exista, sendo a obra de sua eleição” (Revista..., 1862, p. 14, grifo nosso) - dada a baixa assiduidade às sessões, é provável que tal mecanismo punitivo não tenha sido levado ao pé da letra (História..., 2003a). Já em seu artigo 27, o mesmo regimento esclareceu que uma

¹⁹ Na época, biblioteca e livraria funcionavam, em alguns casos, como sinônimos.

das comissões que compunham o Instituto, a de jurisprudência, também era responsável por indicar livros para aquisição (Revista..., 1862).

Somente na sessão de 4 de outubro de 1849 “a comissão de estatutos (relator o Sr. Carvalho Moreira) oferece[u] um projeto sobre a criação da Biblioteca do Instituto, e de uma Revista de Jurisprudência” (Revista..., 1862, p. 138). A discussão a respeito dessa proposta foi finalizada somente em 25 do mesmo mês, onde o IAB decidiu pela criação da Biblioteca, indicou que os membros doassem obras de seu agrado e que a agremiação tomasse as providências para a compra de outras obras necessárias (Revista..., 1862).

Esse é um dado importante para pensar sobre a formação do acervo dessa biblioteca. Domingues (2021) esclarece que ao longo dos pouco mais de 50 anos entre a criação do Instituto e a inauguração de sua biblioteca, a coleção foi constituída primordialmente por doações - fossem elas dos próprios associados, de personalidades da época, ou mesmo de instituições congêneres.

As doações, que eram registradas em ata²⁰, começaram a acontecer a partir de 1847 e ocorriam de forma não muito frequente - nem todas as sessões contaram com doações, nem todos os membros contribuíram com ofertas para a biblioteca (Domingues, 2021). Cabe ressaltar, porém, que “no período compreendido entre 1843 e 1847 há poucos registros detalhados sobre as atividades do IAB [...]” (História..., 2003a, p. 29) - o que leva a pensar que os anos iniciais do Instituto não contaram com muitas atividades.

De acordo com Domingues (2021), até que a biblioteca do Instituto fosse inaugurada, no aniversário de 52 anos da agremiação, o acervo de documentos colecionado pelo Instituto pode ser compreendido como uma *proto-biblioteca*: esse acervo era eventualmente aumentado, mas não havia qualquer menção à sua utilização pelos sócios - ou por quaisquer outros possíveis usuários; além disso, ele estava em processo de formação. Neste sentido, à visão de Milanesi (2013, p. 14), na qual ele acredita que “o que define a condição de biblioteca é a existência de alguma forma de organização que permita encontrar o que se deseja [...]”,

²⁰ Como tanto na fase anterior à inauguração (1843 – 1895) como na fase posterior à abertura da biblioteca (1895 – 1930), não há qualquer documento institucional que relate sobre o acervo da biblioteca com detalhes (como um livro de tombo, um inventário, ou mesmo um catálogo), as atas das sessões do Instituto são a documentação que contém informações a este respeito, muito embora os dados não apareçam com frequência, nem apontem para o real estado da coleção.

acrescenta-se outro fator a aquilo que define uma biblioteca: usuários²¹. Diferentemente de outras coleções, o colecionismo documental pressupõe o uso, seja a nível pessoal ou coletivo.

Logo, tal afirmação sugere que bibliotecas são estabelecidas para serem utilizadas como local de consulta aos diversos materiais que as constituem. Sob perspectiva, é possível indagar: há, de fato, uma biblioteca sem que haja usuários e, como sugere Milanesi (2013), organização do conhecimento? Uma coleção documental, por si só, compõe uma biblioteca? Seguindo a proposição de Domingues (2021), trabalha-se aqui com a hipótese que para haver uma biblioteca deve haver, também, usuários. Ou seja, “o papel da biblioteca é determinado pelo uso feito da informação registrada e pela importância desta na vida das pessoas” (Muller, 1984, p. 25).

Com isso, não se ignora que o conceito de biblioteca sofreu alterações ao longo do tempo, que ele evoluiu, mas se entende que desde as primeiras bibliotecas, na Antiguidade, houve uma preocupação que a coleção documental tivesse como função primordial atender as necessidades informacionais das pessoas. Isto é, desde seu aparecimento, uma biblioteca existe para atender aqueles que buscam por algum tipo de conhecimento; ela existe em função de seus usuários.

1.2.2 Reflexões sobre o acervo (1843-1880)

Entre os anos de 1843 e 1880, constaram em seu acervo aproximadamente 263 obras - que constituíam cerca de 285 materiais/itens - doadas²² à agremiação por membros, por personalidades da época e outras instituições (Domingues, 2021). Sua distribuição ao longo das décadas ficou assim:

²¹ Também chamados de leitores, ou consulentes. Neste trabalho, será utilizada a nomenclatura *usuário(s)*.

²² Como apontado por Domingues (2021), nesse período o acervo do Instituto foi constituído, essencialmente, por doações. Por este motivo, optou-se, neste trabalho, dar continuidade a essa hipótese.

Tabela 1 – IAB: Doações (1843 – 1880)

Década	Itens	Obras
1840	18	12
1850	58	45
1860	137	135
1870	72	71
Total:	285	263

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da leitura das atas das sessões plenárias do IAB.

Entre 1847, ano da primeira oferta, e 1880, 77 foram aqueles que doaram alguma obra ao IAB - entre indivíduos e organizações -, além daqueles que não foram identificados; houve 3 ofertantes na década de 1840, 15 na de 1850, 47 na de 1860 e 45 na de 1870. Eles podem dividir-se em: membros do Instituto, personalidades da época, instituições congêneres e instituições governamentais. Pelo levantamento realizado por Domingues (2021) entre 1843 e 1880 diversos foram os ofertantes²³ para a Biblioteca do Instituto, mas somente dois presidentes da associação fizeram doações durante seus mandatos: Perdigão Malheiro e Nabuco de Araújo. O primeiro ofertou seis obras para o IAB, sendo 4 durante sua presidência; já o segundo doou duas obras, ambas durante sua gestão (Domingues, 2021).

Pensar nas ofertas dos presidentes do Instituto é interessante, pois leva ao entendimento que, devido sua posição de destaque, eles foram exemplos para os demais membros. Por outro lado, há que se ponderar a importância que as gestões diretoras do IAB deram à constituição de uma biblioteca institucional. Isto é, se a própria diretoria não estimulou ofertas ao acervo, por meio de exemplo, como esperar que os demais sócios se sentissem estimulados a fazê-lo?

Como se observa na Tabela 1, a década com a maior quantidade de itens e obras doadas foi a de 1860; o ano com o maior número de doações foi 1866, com 48 itens doados.

As doações institucionais poderiam ser enunciadas de duas maneiras: a partir da pessoa que fez a oferta, acrescentando-se, junto ao anúncio da doação, sua

²³ Para a listagem completa ver DOMINGUES, Marcelo Augusto Mendonça. **A formação da biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros (1843 – 1895)**. 2021. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

função na instituição doadora: “[...] [ofício] do Presidente da Província do Rio de Janeiro, dr. Policarpo Lopes de Leão, remetendo 2 exemplares do relatório com que abriu a assembleia legislativa Provincial neste ano [de 1863]” (Revista..., 1870, p. 171); ou por meio da própria instituição ou do departamento que efetuou a oferta: “Pelo Ministério da Marinha é enviado o Relatório que o respectivo ministro apresentou na sessão deste ano [de 1866] ao corpo legislativo” (Revista..., 1871, p. 137). Já as ofertas feitas pelos membros do Instituto ou personalidades da época eram, obviamente, apresentadas nominalmente: “o secretário [do Instituto] apresenta a oferta feita pelo dr. Carlos Tejedor, catedrático da Universidade de Buenos Aires, da sua obra com o título de Curso de Derecho Criminal” (Revista..., 1868, p. 328).

Durante a vigência do primeiro estatuto da Casa, entre 1843 e 1880, vinte e um de seus membros fizeram ofertas ao Instituto; doações que somaram, ao todo, 110 obras. Quase metade dos membros que realizaram doações ofertaram 1 obra cada (cerca de 10 sócios). O maior doador foi Manoel de Oliveira Fausto que ofertou 42 volumes da Revista de Legislação e Jurisprudência de Wallousky. Em seguida figuraram nomes como Leite Velho (com 13 obras), Josino do Nascimento Silva (com 11 obras), Teixeira de Freitas e Alvares de Azevedo (com 9 obras cada), Perdigão Malheiro (com 6 obras); outros membros ofertaram em menor quantidade de obras (Domingues, 2021). Desses membros ofertantes, cabe destacar, quatro eram honorários e dezessete deles eram efetivos.

Nesse mesmo período, algumas pessoas de vulto da época também contribuíram com o acervo do IAB – cerca de 34 pessoas, que doaram 42 obras. Dentre eles, podem ser citados nomes como, por exemplo, J. J. de Andrade Pinto (que ofertou três brochuras), Innocêncio de Souza Duarte (que doou algumas obras de sua autoria) e o Reverendo Francisco Veríssimo Bandeira (que doou um discurso). Em geral, as personalidades que fizeram alguma doação ao IAB, ofertaram uma obra cada.

Diversas instituições (tanto congêneres como governamentais) também doaram materiais variados ao IAB – cerca de 75 itens. Em relação às instituições congêneres a maior ofertante foi o IHGB, que costumava doar números de sua Revista (ao todo foram, aproximadamente, 28 volumes, além de mais duas obras). Por sua vez, das instituições governamentais, aquela que mais contribuiu com doações foi o Ministério da Justiça que enviou 9 obras ao Instituto; outras organizações, como o Tribunal/Corte de Apelação (que doou 5 obras), a Província

do Rio de Janeiro (que ofertou 6 obras) e até a Biblioteca Nacional (que doou duas obras) contribuíram para a coleção. Em geral, as instituições doavam periódicos de sua própria produção, relatórios institucionais ou anais.

Não se pode esquecer que as doações com origem não especificada somam cerca de 36 obras.

Entre as décadas de 1840 e 1870 há relatado nas atas somente uma compra realizada pelo Instituto para a biblioteca, informada na sessão de 30 de agosto de 1860:

O sr. tesoureiro apresenta também diversas obras compradas por conta do Instituto, exceto as obras completas de Almeida e Souza, que não comprou pelas razões que ponderou e que por isso consultava o Instituto. Este resolveu que se comprasse, visto haver fundo disponível (Revista..., 1868, p. 321).

Todavia, em nenhum outro momento a compra foi confirmada ou comentada nas atas posteriores a essa data.

Em relação às qualidades desse acervo, isto é, os assuntos, as tipologias documentais e os idiomas ali presentes, ele era bastante diverso. Sobre a classificação de assunto, não se pode afirmar como tal questão aparecia no acervo, visto que não há documentação institucional nesse sentido. Ainda assim, é possível que duas das possibilidades fossem aquelas fornecidas por Panizzi ou por Brunet - sobretudo esta última, em vista da influência francesa que predominava o país na época (Pedrão, 2020). Ainda deve-se levar em conta que “[...] no Brasil houve uma predisposição a organizações mais simples e básicas. Talvez isso tenha ocorrido porque antes desses catálogos, havia apenas listas e inventários, e demorou muito para se dar a devida importância aos acervos propriamente catalogados” (Pedrão, 2020, p. 28). Por outro lado, considerando que “no processo de organização das bibliotecas, agregam-se ideias que expressam formas de organização da própria sociedade, reais ou projetadas” (DeNipoti, 2002, p. 96), também é provável que a organização do acervo considerasse as particularidades do Direito como campo de estudo - divisões que hoje faríamos, por exemplo, entre Direito Administrativo, Direito de Família, História do Direito, e assim por diante.

Tipologicamente falando, no decorrer desse período o IAB formou um acervo composto²⁴ por periódicos diversos (122), monografias (79), literatura cinzenta (37), materiais de referência (10), discursos (4), coleções de leis (2), coleção de pareceres

²⁴ Foram contabilizadas obras, não itens/volumes.

(1), além de materiais cujos formatos não foram identificados (8) - totalizando 263 obras (Domingues, 2021). Ao subdividir essas tipologias pode-se perceber uma coleção formada por discursos, folhetos, livros, opúsculos, revistas, jornais, anais, relatórios, dicionários, manuais, indicadores, coleções de leis e decretos, coleções de pareceres e atlas. É uma riqueza documental bastante interessante.

Essa variedade documental é interessante para refletir que o Instituto não considerava que somente livros e periódicos deveriam figurar em sua biblioteca. Sua distribuição no decorrer das décadas pode ser visualizada da seguinte forma:

Tabela 2 – IAB: Tipologias documentais recebidas em doações (1847 – 1880)

Tipologia	Décadas			
	1840	1850	1860	1870
Col. de Pareceres	-	-	1	-
Col. de Leis	-	-	2	-
Discursos	-	-	3	1
Literatura Cinzenta	-	1	20	15
Materiais de Referência	2	1	6	1
Monografias	10	25	24	21
Periódicos	-	16	75	31
Não identificado	-	2	4	2
Total:	12	45	135	71

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do disposto nas atas das sessões do Instituto.

A diversidade tipológica também pode ser entendida por meio das relações que o IAB estabeleceu. Por exemplo: o instituto recebeu algumas dezenas de relatórios - literatura cinzenta - de outras organizações; pensando nesse viés, a troca de documentação não confidencial entre instituições pode ser uma maneira de fomentar as relações interinstitucionais. Receber um documento de outra instituição ou oferecer um documento não era simplesmente uma troca, mas uma manutenção da relação, um modo de demonstrar apreço e respeito. Essa mesma lógica vale para as outras ofertas recebidas - como comentado por Domingues (2021).

Em relação aos assuntos presentes no acervo de monografias, a maioria era referente ao Direito (cerca de 31 obras), mas também havia obras sobre legislação (5), memória (5), escravidão (4), economia política (1), arquitetura (1) e medicina (1),

além das obras classificadas como “outros” (15) e daquelas que não foram identificados os assuntos (26).

Alguns ofertantes, como o Dr. Franklin Dória (Barão de Loreto) e Innocêncio de Souza Duarte, doaram obras de sua própria autoria; outros, ofereceram obras de autores renomados - tanto em português, como em outras línguas.

Entre os periódicos foram identificados os seguintes assuntos: Legislação e Jurisprudência (42), História (28), Direito (28), Jurisprudência (4) e Medicina (2), além daqueles que podem ser classificados como “miscelânea” 18) - aqui foram incluídos os periódicos não relacionados ao direito e aqueles que não se pôde identificar o assunto. Por meio dessa classificação, percebe-se que as temáticas do direito (74) estavam numerosamente superiores às outras temáticas (48), muito embora estas estivessem em número expressivo para um acervo que se pretendia jurídico. Em meio a essa coleção, puderam ser encontrados os seguintes periódicos:

Tabela 3 – IAB: Listagem de periódicos (1843 – 1880)

Periódico	Quantidade
Arquivos do Museu Nacional	1
Crônica do Fôro	13
Defensa	1
O Direito	9
IHGB	28
Imprensa Evangélica	2
Instrução Pública	4
Mãe de Família	2
Revista da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional	2
Revista de Jurisprudência	4
Revista de Legislação e Jurisprudência de Wallousky	42
Revista do Instituto Científico de São Paulo	2
Revista Mensal de Decisões da Côrte	5
Revista Mensal da Sociedade Médica do Rio de Janeiro	2
Vigário de Cristo	1
Jornais não especificados	4
Total:	122

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da leitura das atas das sessões plenárias do IAB.

Há que ser observado a presença de periódicos institucionais, como o do IHGB, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, do Instituto Científico de São Paulo, da Côrte de Apelação e da Sociedade Médica do Rio de Janeiro. A própria produção de tais periódicos mostra uma intenção dessas organizações de que sua produção intelectual ou mesmo suas discussões internas fossem conhecidas do público. Nota-se também a existência de periódicos ligados a uma religião, um voltado para a mulher e alguns jornais.

Constituir um acervo de periódicos foi interessante, pois eles podem ser a forma mais rápida de atualização de um conhecimento ou divulgação de uma informação (como no caso dos jornais, por exemplo, que, geralmente, atualizam-se diariamente). Nesse sentido, qualquer biblioteca deveria desenvolver seu acervo de periódicos.

Os materiais de referência foram contabilizados em: abecedário (1), atlas (1), dicionário (1), indicador (2), manual (3), repertório (1) e vocabulário (1).

No que concerne à literatura cinzenta, o acervo era constituído por: anais (5), projetos (3), tese (1), dissertação (1) e, em maior número, relatórios diversos (26). A coleção de relatórios recebidos merece destaque. Entre os variados tipos, prevaleceram os ministeriais e os provinciais²⁵, como observa-se:

²⁵ Preferiu-se, aqui, elencar os relatórios pelo tipo e entender tipo e assunto como sendo a mesma categoria. Porém, é possível entender os relatórios como pertencentes tanto à categoria de miscelânea (eles tratam de diversos assuntos), como entender que o assunto é a organização que remeteu. Por exemplo: o relatório do Ministério da Justiça trata sobre o próprio ministério, assim como o relatório da província do Sergipe informa sobre a própria província.

Tabela 4 – IAB: Relatórios (1843 - 1880)

Relatórios	Origem	Quantidades
Exposição	Exposição Internacional de 1862	1
Institucional	Instituto dos Bacharéis e Letras	1
	Santa Casa de Misericórdia de Nazareth	1
Legislativo	Câmara dos Deputados	1
Ministerial	Justiça	9
	Marinha	4
	Obras Públicas	1
Provincial	Paraná	1
	Rio de Janeiro	4
	Sergipe	1
Tribunal	Tribunal do Comércio	1
Outros	Sócio do IAB	1
Total:		26

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da leitura das atas das sessões plenárias do IAB.

Considerando que um relatório organizacional é uma produção de formalidade que pretende explicitar determinadas informações, a troca de relatórios entre instituições pode ser compreendida não somente como uma forma de explanar as atividades desenvolvidas, mas também como uma maneira de manter relações. Isto é, na medida em que as trocas ocorreram - do suporte (relatório) e das informações - houve uma abertura para o diálogo entre as organizações de modo que os laços entre elas puderam ser estreitados.

Por meio das tipologias apresentadas acima fica evidente a diversidade documental do acervo colecionado pelo IAB. A salvaguarda dessas tipologias, como bem apontou Domingues (2021), revela que, possivelmente, a agremiação percebeu a importância de custodiar esses suportes em seu acervo, assim como a compreensão de que uma biblioteca não se constituía somente com livros.

No que diz respeito aos idiomas, entre 1843 e 1880 é possível perceber houve variedade, porém, a diversidade idiomática só se fez presente entre monografias e materiais de referência: nas primeiras, a presença mais marcante é

do português (62), seguida pelo francês (9), latim (1) e inglês (1), além daquelas que não se pôde identificar o idioma (16); entre as segundas, o português também é dominante (8), seguido pelo francês (1) e tupi (1). Entre periódicos e literatura cinzenta só havia itens em português.

1.3 Novos estatutos na década de 1880

Circundando o mecanismo estatal monárquico havia organizações que, embora não tivessem força deliberativa ou função decisória, assistiam ao poder imperial; uma delas foi o IAB (Almeida, 2003). Todavia, este nunca foi o objetivo que o Instituto designou para si. Sua intenção inicial era - como já mencionado - criar uma entidade de classe com a finalidade de regular o exercício profissional. Seu desejo era que o controle de quem pudesse ou não exercer a advocacia passasse das mãos do Estado para as do próprio grupo.

Ao longo do tempo, como será mostrado adiante, a este objetivo primário, constante em seu primeiro estatuto, foram acrescentados outros, até que, em dado momento, ele deixasse de ser explicitado em seus estatutos e passasse a figurar em seu próprio nome.

1.3.1 Três estatutos em uma década

Em 1873 Joaquim Saldanha Marinho assumiu como o oitavo presidente da agremiação, cargo que exerceu por quase 20 anos, entre 1873 e 1892. Cabe ressaltar, que “embora tenha priorizado as causas sociais do liberalismo político durante a administração de Saldanha Marinho, O IAB manteve-se uma associação de elite que se considerava cosmopolita e capaz de desenvolver um projeto civilizador de superação da barbárie” (Bonelli, 2003, p. 1055). Em certa medida, isso significou utilizar-se da advocacia/do Direito como projeto político – haja vista a relação de proximidade que mantinham com o Estado Imperial. Sob a presidência de Marinho o IAB redigiu três novos estatutos: um em 1880, um em 1883 e outro em 1888.

O estatuto de 1880 foi “mais específico e detalhado que o de 1843, com oito artigos, este tinha trinta e quatro, explicitando inclusive que a finalidade do IAB continuava a mesma: ...*organizar a Ordem dos Advogados...*” (História..., 2003a, p. 145). Apesar da redação datar de 1877, sua aprovação veio somente em 1880, regulamentada pelo Decreto nº 7.836 de 28 de setembro de 1880 (Brasil, 1880) - as discussões para a implementação de um novo estatuto na Casa vinham desde 1874, com a formação de uma comissão em 1876 (Fagundes, 1995). Observa-se, por conta do tempo dispendido entre as discussões, a redação e aprovação de novos estatutos para a agremiação, suas atividades, mesmo quando voltadas à própria organização eram meio lentas e que o Instituto se colocava, de certo modo, sob a guarda do Império, na medida em que pediu a aprovação deste para seus assuntos internos - como a redação de documentação que regimento suas finalidades e estrutura.

Nesse novo estatuto, além de seu objetivo principal, foi acrescentada a essa finalidade “[...] o estudo do direito e jurisprudência em geral” (Revista..., 1883, p. 591). Essas eram atividades que, de certo modo, o Instituto já desenvolvia, visto que ele costumava elaborar pareceres para diversas questões do Direito e legislação nacionais - alguns, inclusive, encomendados pelo governo imperial.

Ainda no ano de 1880 a agremiação apresentou à Câmara dos Deputados um projeto de criação da Ordem. O projeto de nº 95 contou com 42 artigos e tratou mais de uma regulamentação da profissão. Tal projeto versou, inicialmente, da distinção entre os papéis de advogado e de solicitador - esclarecimento que ocorre entre os artigos 1º e 5º -, do que necessariamente estabelecer uma organização que regulamentasse e fiscalizasse o exercício profissional. Isto é, ele previu primeiro uma regulamentação profissional para só depois pensar sobre a criação de uma organização que resguardasse o exercício profissional (História..., 2003a). Nota-se, portanto, certa cautela do Instituto em buscar atingir seu objetivo primordial; é como se, por meio do projeto nº 95, ele tentasse preparar o terreno para que, posteriormente, desse prosseguimento à sua verdadeira intenção desde sua fundação: criar uma entidade de classe que regulasse a profissão.

Algo interessante a se pensar a respeito desse projeto é que ele apontou para uma certa descentralização, ao estabelecer que “Art. 13. Haverá no districto de cada relação um instituto com o título *Instituto da Ordem dos Advogados*, com assento na capital onde estiver colocada a relação” (História..., 2003, p. 149). O que denota

uma intenção de expansão/ampliação da atuação dessa entidade de classe que se pretendeu criar.

Também é interessante notar como esse projeto pensou na advocacia como algo de interesse social (História..., 2003): ao colocá-la como *múnus público*, o projeto dispôs sobre a importância dessa profissão para a sociedade brasileira; foi um modo de se posicionar politicamente. Ao afirmar o valor social da profissão, o Instituto demandou também pelo reconhecimento e respeito dessa sociedade.

Ademais, esse projeto também indicou uma fusão com essa nova organização: ao se colocar como *Instituto da Ordem* ele não negou sua origem e salientou seu futuro, ressaltando que à primeira agremiação seria acrescida uma nova função. Além disso, ao elaborar sobre os institutos de cada relação, o artigo 40 desse projeto informou que era de responsabilidade de cada instituto a criação de uma biblioteca. Isso denotou que o próprio IAB, percebeu a importância da coleção e organização documental jurídica para o exercício das atividades institucionais das filiais e também da profissão. Isto é, ao elencar nesse projeto sobre a criação de bibliotecas em cada instituto, ele reconheceu a importância que a documentação jurídica possuía para os advogados e que ela era essencial para o funcionamento da organização.

Poucos anos mais tarde, em 1883, um terceiro estatuto foi redigido. Nele, o IAB se apresentou como “[...] uma associação científica de advogados brasileiros, graduados em direito pelas faculdades nacionais e estrangeiras” (Revista..., 1884, p. 233). Divergindo dos estatutos anteriores que sugeriam o estudo da ciência do Direito, neste o Instituto foi colocado como uma associação científica (História..., 2003a). Houve, portanto, uma modificação em sua natureza organizacional: como *associação científica* suas preocupações eram outras. Em termos práticos, nota-se que, cada vez mais, como instituição, o IAB apontou para a necessidade de fundar uma biblioteca para si - visto que nessa categoria institucional, suas necessidades apontavam para o Direito (como disciplina e campo de estudo) e menos para a classe dos advogados (como exercício profissional).

Também foram elencados três propósitos: “1) O estudo do direito na sua História, no seu mais amplo desenvolvimento, nas suas aplicações práticas e comparação com diversos ramos da legislação estrangeira; 2) a defesa dos réus desvalidos; 3) a organização da ordem dos advogados brasileiros” (Revista..., 1884, p.233-234). Nota-se que o desejo de criar uma organização de classe persistiu, mas,

acima dele, apareceram outros objetivos que deram um novo rosto institucional ao IAB: as motivações da Casa de Montezuma, se tornaram outras, desenhando-se pelo viés cultural e educacional, mas também pelo exercício advocatício voltado ao social (no caso do segundo propósito).

Nesse estatuto de 1883 percebeu-se uma alteração no desígnio do Instituto: se outrora essa associação almejou essencialmente criar a ordem dos advogados, e depois ela incluiu o estudo do Direito, pela redação apresentada, houve uma inversão em relação ao seu principal objetivo - organizar uma ordem dos advogados tornou-se seu “último” propósito. Essa reforma estatutária, que o colocou como uma associação científica, “[...] demonstr[ou] seu engajamento no universo das novas ideias da época, tão influenciada pela visão de mundo cientificista” (Fagundes, 1995, p. 70).

Muito embora as três finalidades elencadas no estatuto de 1883 pudessem ser desenvolvidas concomitantemente, simbolicamente, foi como se o Instituto admitisse a si mesmo que a criação da tão sonhada Ordem dos Advogados dependesse mais de forças externas - o governo imperial, por exemplo - do que de seus próprios esforços. Nesse sentido, é compreensível que ele tentasse tomar para si outras funções como forma de manutenção de sua existência institucional enquanto a ordem não era organizada. Um exemplo é a questão da defesa dos réus desvalidos que, inclusive, “[...] é muito importante para a História da advocacia, pois, ao que parece, é um documento pioneiro no comprometimento dos advogados na defesa dos direitos dos desamparados e oprimidos” (História..., 2003, p.166). Assim, ao tentar entender de outra forma, é possível perceber que essa reforma estatutária “[...] deixou o Instituto com um papel menos centrado no interesse em regulamentar a profissão, para incluir preocupações com a produção de conhecimento e de serviços para a sociedade” (Bonelli, 1999, p. 69). Infere-se que tal mudança de seus propósitos, pode ter sido uma maneira do Instituto tentar conquistar aprovação das instituições imperiais, assim como da sociedade; era quase como se ele tentasse construir para si uma determinada imagem a fim de fortalecer-se por meio dela para que, assim, pudesse alcançar seu objetivo primário.

A década de 1880 ainda contou com mais um estatuto, o quarto da agremiação, redigido no ano de 1888. Em relação ao anterior, não houve muita diferença na no que dizia respeito ao objeto do Instituto, mas foi bastante significativa: permaneceram o estudo do Direito, acrescentou-se a assistência

judiciária - em substituição à defesa dos réus desvalidos. O ponto muito importante a ser observado agora é que ele não menciona a criação/organização de uma Ordem dos Advogados (Revista..., 1888).

De certo modo, a ausência de seu principal objetivo ao ser fundado, razão primeira de sua existência, deu o tom institucional a partir de então: “ao contrário de Nabuco de Araújo [presidente anterior do Instituto], para o qual o IAB só se realizaria plenamente quando criasse a Ordem dos Advogados, Saldanha Marinho pleiteou para o próprio Instituto a função de regulador da classe [...]” (Fagundes, 1995, p. 69). Conjectura-se que esse foi o motivo pelo qual nos dois primeiros estatutos da década de 1880 outros objetivos tenham sido acrescentados ao Instituto e no último, dessa mesma década, a criação uma Ordem dos Advogados não aparece.

No entanto, ainda que tal hipótese seja plausível, não se pode deixar de presumir que: primeiro o, então, IAB tenha perdido força em relação à demanda por uma outra organização que regulasse e fiscalizasse o exercício profissional; segundo, “a natureza do IAB foi alterada com esta mudança estatutária [de 1888], porque, de certa maneira, o IAB não mais precisava criar a Ordem porquanto ele mesmo havia se transformado no objeto de sua criação: agora ele era o *Instituto da Ordem*” (Almeida, 2003, p. 136).

Essa última reforma estatutária durante o Império trouxe consigo uma modificação na nomenclatura da agremiação, que passou a chamar-se Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. A Casa de Montezuma agregou ao seu nome a função que tanto almejou para si desde sua fundação. Ainda assim, o Instituto respondia somente por seus sócios. Muito embora ele se colocasse como *Instituto da Ordem*, como se representasse a classe dos advogados como um todo, ele falava apenas por aqueles advogados que congregavam em seu seio, de modo que, na prática, ele não era uma entidade de classe de fato.

No decurso do reinado de D. Pedro II, as maiores preocupações do Instituto foram relativas ao estudo da jurisprudência e do Direito de modo que pudesse auxiliar nas tomadas de decisão no Império Brasileiro. A partir daquele momento, o IOAB, portanto, era uma organização que coadjuvava o mecanismo estatal monárquico e que, embora não tivesse força deliberativa ou mesmo função decisória, assistia ao poder imperial (Almeida, 2003).

Nessa primeira fase do IAB, ainda sob o signo do Império, foi significativa a contribuição do Instituto para a construção de um ordenamento jurídico

pátrio. Era praticamente sua função precípua elaborar e ordenar sobre o ordenamento jurídico brasileiro. Tanto é que dois podem ser os exemplos: a elaboração do Código Civil [...] e a legislação sobre o casamento civil que incluía os debates quanto à relação Estado-Igreja (Almeida, 2003, p. 116).

Não obstante a inconstância, os conselhos pedidos ao Instituto e a solicitação de seus pareceres sobre os mais diversos temas do Direito eram uma prática do governo imperial: “ainda que não tivessem caráter oficial, tais consultas conferiam ao IAB autoridade e competência nos assuntos jurídicos” (Fagundes, 1995, p. 32). Na Revista do Instituto foi possível encontrar um exemplo da assistência que a agremiação prestava ao mecanismo do Estado imperial: na ata da sessão de 8 de maio de 1851 consta que “o Sr. Caetano Alberto lê o parecer da comissão nomeada, sobre a inteligência do art. 12 do Código do Comércio, a respeito do qual fora consultado o Instituto pelo Tribunal do Comércio da Corte” (Revista..., 1851, p. 11).

Então, uma vez que

[...] os membros do Instituto dos Advogados Brasileiros identificavam-se com a elite política, que assumiu o comando da nação, através da formação intelectual e dos projetos nacionais. [...], o IAB incumbiu-se da missão específica de auxiliar o governo na organização legislativa e judiciária do país, colocando-se como órgão de estudos e debates da jurisprudência (Fagundes, 1995, p. 19).

Ao posicionar-se de tal forma, por consequência, a Casa se afastava do seu objetivo basilar: constituir uma Ordem dos Advogados.

Isso se refletiu em seu último estatuto durante o período imperial, que sequer fez menção à regulamentação do exercício advocatício. Ao denominar-se, a partir de então, como Instituto *da Ordem* dos Advogados Brasileiros, ele deixa de lado suas ambições iniciais (História..., 2003a, grifo nosso).

Pensar nessa modificação em sua nomenclatura é entender a complexidade da questão: não se tratou de um simples acréscimo, foi uma remodelação de seu propósito, pois o Instituto, ao fazê-lo, reconheceu que “[...] não conseguira quebrar os poderes imperiais para provisionar profissionais para exercerem a advocacia” (História..., 2003a, p. 163). Essa alteração de denominação, em certa medida, foi como se o IOAB encarasse o Estado Imperial e proclamasse para si a função que lhe foi negada; foi uma forma de pleitear tal papel, mas também de dizer que como agremiação, ele sobrevivia e resistia.

Uma mudança de denominação, para o Instituto, implicou, portanto, em uma reestruturação de seus propósitos, de sua finalidade precípua. Em vias práticas,

essa alteração significou que a agremiação poderia explorar outros caminhos com maior liberdade, buscar outros objetivos, se dedicar a outras atividades - como de fato aparece na descrição estatutária de seu escopo.

A esta altura o Império já se encontrava em declínio e as forças que em outra conjuntura foram tidas como aliadas tornaram-se uma força em desacordo com a monarquia brasileira. Foi um momento de bastante agitação política, principalmente na Côrte, mas que o IOAB não se envolveu muito.

Ressalta-se, no entanto, que a Casa, ao longo do reinado de D. Pedro II, tornou-se um lugar célebre pelas discussões de cunho jurídico, bem como de formação da cultura jurídica do Brasil. Os debates intelectuais sobre os mais variados temas do Direito representaram transformações sociais no decorrer dos oitocentos (História..., 2003a).

1.3.2 Os estatutos da década de 1880: biblioteca à vista

A mudança de finalidade institucional foi uma importante diferença observada entre os estatutos de 1843 e o de 1880 no IAB, pois o estudo de qualquer disciplina implica diretamente no acesso à informação. Neste sentido, nota-se que não há classe profissional tão dependente de acesso a livros como os advogados (Gilbert, 1908). Em outras palavras, Lerner (1999, p. 117) informa que

de todas as instituições humanas, a lei é a que mais depende de documentos escritos. Desde que Hamurabi proclamou as leis da Babilônia, legisladores têm preparado códigos estabelecendo todos os regulamentos que governam pessoas e propriedades, e suas relações uns com os outros e com a sociedade em geral.

Conforme supracitado anteriormente, Bessone (2014) aponta que advogados costumavam possuir bibliotecas pessoais, cujos acervos eram constituídos, em grande parte, de materiais de apoio profissional. Inclusive, juristas estão entre as categorias socioprofissionais com maiores quantidades de livros em inventários *post mortem*²⁶ (Ayres, 2018).

Logo, ao acrescentar o estudo do direito como sua finalidade, esperava-se que o Instituto, eventualmente, constituísse para si uma biblioteca. Assim, ao

²⁶ Outras categorias são: proprietários, profissionais liberais, comerciantes, eclesiásticos, funcionários públicos e militares (Ayres, 2018).

apresentar as funções do tesoureiro da Casa, um dos integrantes de sua diretoria, o estatuto de 1880 informou que era sua responsabilidade ter sob sua guarda e inventariar a biblioteca da agremiação (Revista..., 1883, p. 594). Infelizmente foi a única vez que a biblioteca foi mencionada nesse documento. Entretanto, infere-se que o IOAB já tivesse ciência que sua coleção documental estava em expansão e necessitava de cuidado, que pode pressupor, inclusive, a organização da coleção.

Como apontado anteriormente, o acervo documental do IOAB era constituído, primordialmente, por meio de doações (Domingues, 2021), que muito embora não fossem tão constantes assim - muito menos tão numerosas -, foram, até a redação do estatuto de 1880, quantidade suficiente para que a agremiação compreendesse que ele aumentaria ao longo dos anos.

Em se tratando de sua biblioteca, foi trabalho do tesoureiro da Casa, dentre outras incumbências, “1) ter sob sua guarda os bens do Instituto, velando pelo aumento da biblioteca” (Revista..., 1884, p. 236). Essa redação tem dois pontos a serem examinados: primeiro, nota-se como a questão da biblioteca foi colocada juntamente com a questão dos bens da agremiação, quase como se o Instituto colocasse os documentos que colecionava como *bens*; segundo, no rastro desse raciocínio, é curioso como a função de aumentar a biblioteca - ou mesmo cuidar dela - foi posta sob as asas da tesouraria, de modo que, simbolicamente, foi como se os documentos fossem mesmo bens importantes.

Ainda que não houvesse a figura de um bibliotecário na agremiação, o tesoureiro, então, assumiu esse papel de salvaguarda documental institucional - não há registros documentais de que esse diretor resguardasse para si a função de inventariador/catalogador, mas é possível que houvesse algum trabalho nesse sentido. Durante a década de 1880, a Casa de Montezuma contou com somente um tesoureiro, Luiz Alvares de Azevedo Macedo, que exerceu a função de 1880 a 1888 - não há dados entre os anos de 1889 e 1890.

1.3.3 Aumentando o acervo (1881-1888)

Durante a década de 1880 não foi encontrada nenhuma compra de obras para a biblioteca. Todavia, no seu decurso, o acervo do Instituto continuou recebendo doações diversas, ainda que em pouca quantidade. Muito embora os

estatutos da década de 1880 explicitassem a respeito de uma biblioteca na agremiação, ainda assim sua utilização pelos sócios não possuiu qualquer registro, de modo que se mantém, aqui, a hipótese de uma *proto-biblioteca*.

As doações recebidas pelo Instituto podem ser visualizadas da seguinte forma:

Tabela 5 – IAB: Doações (1881 – 1888)

Anos	Obras	Volumes
1881	2	2
1882	14	14
1883	9	11
1887	1	1
1888	4	4
Total:	30	32

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da leitura das atas das sessões do IAB.

A Tabela 5 indica uma ausência: a falta de registros das atividades da agremiação durante os anos de 1884 a 1886, e entre 1889 e 1890 - consequentemente não há registros sobre as doações nesses anos. As atas de ambos os momentos não foram localizadas entre as documentações institucionais, de modo que esses períodos foram excluídos da análise feita na presente pesquisa.

Na década de 1880 foram doados: monografias (10 obras em 12 volumes; sendo 10 livros e 1 folheto), periódicos (5 números em 6 exemplares)²⁷, literatura cinzenta (5 anais, 3 relatórios, e 3 projetos de lei), materiais de referência (duas obras: *Manual do Código Penal Brasileiro* e *Ortografia Positiva*), e um catálogo da Livraria Garnier (Domingues, 2021). Percebe-se que esse acervo continuou a formar-se a partir de diversos tipos de documentos.

Em relação aos assuntos, os periódicos foram todos classificados como miscelânea, visto que, ainda que tratem de temáticas específicas, eles abordam diferentes vieses desses temas. Por sua vez, nas monografias foram encontrados assuntos como: Direito (5), memoriais (2), seguros (1), sociedades anônimas (1) e

²⁷ O Direito, Monitor Católico, Revista do Clube de Engenharia e Revista do IHGB foram os periódicos ofertados nesse período.

língua portuguesa (1) - além daqueles assuntos que não puderam ser identificados ou extraídos do documento (2).

No que diz respeito aos idiomas, quase todas as obras recebidas em doação, nesse período (1881 a 1888) foram em português; a exceção é o livro *Étude sur la representation proportionnelle au Brésil*, única obra ofertada no ano de 1887, que, pelo título, deduz-se ser em francês.

As doações foram feitas por instituições (Secretarias do Senado, Câmara dos Deputados, Ministério da Justiça, IHGB, Club de Engenharia e a Livraria Garnier), por membros do IAB (como João Baptista Pereira e Fernando Mendes de Almeida), notáveis da época (como Barão d'Ourém), mas algumas não foram especificados os ofertantes (cerca de 9 doações que contabilizam 10 obras) (Domingues, 2021).

1.4 Década de 1890: novos estatutos e a inauguração da biblioteca

Os eventos da Proclamação da República e seus desdobramentos afetaram o funcionamento do Instituto entre os anos de 1889 e 1891. Foi quando Torres Neto assumiu a presidência da agremiação, em 1892, que aos poucos o Instituto tentou voltar com suas atividades (Almeida, 2003). Contudo, durante as reuniões após a retomada de suas operações, nenhum dos assuntos abordados retratou a inquietação política da época, tampouco a vulnerabilidade das entidades republicanas recém-criadas (História..., 2003a).

Aprovados nas sessões de 25 de maio e 2 de junho de 1893, os primeiros estatutos republicanos da agremiação²⁸ não diferiram muito em relação aos anteriores no que dizia respeito à natureza do Instituto e seu fim. Ele continuou sendo “uma associação de advogados graduados em direito” cujos objetivos eram o estudo do Direito e a assistência judiciária. O que foi acrescentado, segundo seu artigo 3º, foi que para realizar tais atividades o Instituto deveria manter uma biblioteca - que, diferente dos estatutos anteriores, passou a ser responsabilidade do secretário do IOAB (Instituto..., 1893, p. 3-4).

²⁸ Aqui cabe uma ressalva: utilizou-se o ano de 1893, pois esse foi o ano dos estatutos publicados em um livreto no ano de 1894, e onde consta uma observação sobre as datas mencionadas da aprovação de sua redação. No entanto, as atas do ano de 1892, relatam que entre 30 de março e 20 de abril, houve discussão e aprovação de estatutos. Porém esses estatutos não se acham publicados na Revista (como os de 1880), ou em outra forma de publicação.

Essa foi a constatação definitiva de que o Instituto precisava de uma biblioteca para auxiliar suas tarefas. A partir desses estatutos, a biblioteca ganhou o reconhecimento de que não mais era uma coleção eventualmente aumentada, ela passou a ser entendida como vital para que o Instituto promovesse, por exemplo, o estudo do Direito. Isso também se esclareceu por meio da mudança de sua guarda: se antes seu cuidado era incumbência do tesoureiro da Casa, quase que numa posição de *bem* do Instituto, agora ela era responsabilidade do secretário, ressaltando que ela era parte do *funcionamento* da agremiação.

Por um lado, essa posição do acervo como um *bem*, infere-se, poderia significar sua percepção como mero objeto. Sob esta ótica, tal visão vai ao encontro da concepção de uma proto-biblioteca, esse acervo não era utilizado, ele simplesmente existia. Por outro lado, saber que a secretaria da agremiação assumiu a função de cuidar de sua biblioteca é entender que, como seção do IOAB encarregada de fazer com que ele funcionasse, foi uma afirmação daquilo descrito no artigo 3º dos novos estatutos, a agremiação precisava de uma biblioteca para que executasse suas atividades. Ressalta-se que o acervo pode ter continuado a ser concebido como um *bem*, mas a partir do momento em que a secretaria assumiu a responsabilidade de salvaguarda, era um *bem* a serviço da agremiação, e não apenas um objeto a ser guardado. A secretaria ficou sob os desígnios do Dr. Manoel Álvaro de Souza Sá Vianna (1860 – 1923) por quase 10 anos, entre 1892 e 1901.

Pelas atas da década de 1890 é possível observar que os próprios sócios vão percebendo que a biblioteca deveria ser desenvolvida. Em 8 de junho de 1892, por exemplo, o Dr. Ubaldino do Amaral atentou para a necessidade de desenvolvimento da biblioteca do Instituto; logo em seguida, o dr. Sá Vianna, então 1º secretário, deu explicações sobre a biblioteca - que não foram expostas em ata - e solicitou aos membros que fizessem ofertas a ela. O dr. Sá Vianna voltou, na sessão de 27 de outubro, último encontro dos sócios no ano de 1892, a fazer tal apelo: “O Dr. Sá Vianna lembrou a conveniência de enviarem os sócios para a Biblioteca algumas obras, concorrendo assim para o desenvolvimento desta e concluiu fazendo um apelo que disse esperar que fosse inteiramente correspondido” (Revista..., 1893, p. 303). Logo, percebe-se que os próprios associados viam a importância de uma biblioteca institucional.

Entre 1892 e 1895 a biblioteca do Instituto recebeu cerca de 110 doações: em 1892 foram doadas 30 obras, em 1893²⁹, 26, em 1894³⁰, 10³¹ e em 1895, 38. A tipologias oferecidas podem ser visualizadas (em quantidades de volumes) da seguinte forma:

Tabela 6 – IAB: Tipologias (1892 – 1895)

Tipologia Documental	1892	1893	1894	1895
Catálogos	1	-	-	2
Leis	-	1	-	-
Literatura cinzenta	5	5	-	7
Materiais de Referência	1	-	-	-
Monografias	10	26	8	22
Periódicos	6	8	-	7
Não especificada a tipologia	7	3	2	3
Outro	-	-	1	-
Total:	30	43	11	41

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da leitura das atas das sessões do IAB.

É possível perceber que as monografias foram a tipologia de maior predominância (66), mais uma vez, seguida por periódicos (21) e materiais de literatura cinzenta (17) - como anais e relatórios; o material classificado como “outro” foi uma medalha de prata ofertada pelo dr. Thomaz Alves. Os doadores continuaram sendo os próprios membros, personalidades da época e instituições amigas.

O regimento interno de 1893 da agremiação, em seu artigo 57, quando tratou da Revista publicada pelo Instituto, informou que que uma das sessões desse periódico seria a *Bibliografia*, “[...] contendo a notícia e estudo crítico de obras nacionais e estrangeiras relativas ao direito, à jurisprudência e à legislação” (Instituto..., 1894, p. 46). Nesse mesmo ano de 1893 o periódico do IOAB foi

²⁹ Devido à *Revolta da Armada*, o IOAB paralisou suas atividades após a data de 24 de agosto de 1893, provavelmente retornando somente no ano seguinte. Por este motivo, as doações encontradas em atas correspondem até a referida data.

³⁰ O ano de 1894 apresentou uma deficiência de atas. Poucas foram aquelas encontradas e, ainda assim, não estavam em bom estado de conservação, o que dificultou sua leitura e a identificação dos materiais doados. Apesar disso, foram lidas 8 atas entre 29 de outubro e 27 de dezembro, de modo que se conseguiu recuperar alguns dos materiais ofertados.

³¹ Em 22 de novembro e 20 de dezembro de 1894 houve doações que não puderam ser recuperadas por conta do estado de legibilidade das atas em questão.

publicado em três tomos - XIII, XIV e XV - contendo a atividade do Instituto no decorrer do ano citado. De fato, a sessão *Bibliografia* apareceu e trouxe comentários sobre obras, mas também comunicou ao leitor sobre doações recebidas.

O *Tomo XIII* trouxe na referida sessão comentários ou notícias sobre o programa da disciplina de Direito Romano do curso de Ciências Jurídicas da faculdade Livre do Rio de Janeiro, dois periódicos (a “Revista da Faculdade Livre de Direito da Bahia” e a “Gazeta Jurídica” - tendo o IOAB recebido, respectivamente, 1 e 4 números de cada periódico) e 27 monografia (16 delas tendo sido doadas pelo embaixador chileno Maximo Lyra e duas delas tendo sido relatadas na ata do dia 16 de março de 1893: “A noção de status em Direito Romano” e “O momento da formação dos contratos por correspondência”).

Por sua vez, o *Tomo XIV* apresentou na seção *Bibliografia* seis monografias (sendo “Festas nacionais” ofertada na sessão de 27 de abril de 1893), oito periódicos (sendo uma coleção de “O Direito” ofertada para a *Exposição de Trabalhos Jurídicos* que o Instituto planejava para aquele ano e que tinha destino final a biblioteca da agremiação) e um relatório. Já o *Tomo XV* não contou com a supracitada seção.

Ao todo foram apresentados 45 materiais na sessão *Bibliografia*, dos quais 42 foram relatados exclusivamente nessa parte da Revista do IAB. Dos materiais doados estritamente pela Revista, 30 foram monografias, 10 foram periódicos e 2 eram materiais de literatura cinzenta. Esses documentos, como sugere a própria publicação, foram para a biblioteca do Instituto.

1.4.1 A inauguração no 52º aniversário do IAB

Anteriormente à sua inauguração, a biblioteca do Instituto recebeu doações que não apareceram nas atas de reuniões. Em 1892, por exemplo, o conselheiro Thomaz Alves ofereceu sua coleção pessoal, cerca de 182 volumes, ao Instituto. O Ministério da Justiça, por sua vez, em 1895, “[...] cedeu 517 volumes para formar o acervo da Biblioteca e ainda pediu as Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife que remetessem, com direito a permuta, coleções de suas Revistas Acadêmicas, teses e dissertações” (Malta, 2002, p. 87).

Deve-se contar, ainda, com as doações recebidas por meio da *Exposição de Trabalhos Jurídicos*, realizada em 1894. Tal evento, pensado originalmente para integrar as comemorações do cinquentenário do IOAB, foi idealizado para expor impressos e manuscritos cujo tema principal seria o Direito. No entanto, precisou ser adiado duas vezes: a primeira vez pela dificuldade em localizar um espaço que fosse adequado para sua realização, já que não seria possível realizá-lo em sua sede por questões de espaço³²; posteriormente, por conta dos acontecimentos relacionados à Revolta da Armada, mais uma vez a *Exposição* precisou ser adiada. Por fim, o evento aconteceu em 7 de setembro de 1894, no quinquagésimo primeiro aniversário do Instituto (Santos, 1895).

Ao todo a *Exposição* recebeu 1.605 trabalhos, sendo 2.252 volumes e 1.460 folhetos. Sua importância para o acervo do Instituto se deu, pois diversos trabalhos expostos foram doados à biblioteca do IOAB após a realização da exposição - doação que deveria vir informada na ficha de inscrição. Ainda que não se saiba a exata quantidade de trabalhos doados por meio desse evento, supõe-se que, salvas algumas exceções, boa parte foi incorporado ao que viria a ser a biblioteca do Instituto, inaugurada no ano subsequente.

No dia da abertura da *Exposição* a *Gazeta de Notícias* informou que tal evento ocorreria no segundo andar do Cassino Fluminense, comentando que eventos como esse haviam sido realizados poucas vezes no Brasil - o jornal citou as exposições de História e geografia da Biblioteca Nacional, de bibliografia de medicina e cirurgia da Faculdade de Medicina e uma outra de antropologia. O periódico ressaltou ainda os esforços empreendidos pelo responsável do evento, Deodato Cesino Villela Santos (Instituto..., 1894).

Por meio dos expositores - autores, editores, faculdades de direito, governos estaduais, institutos científicos, a biblioteca da faculdade de medicina, o próprio IOAB, bem como governos de outros países -, conjectura-se que os materiais recebidos formassem uma coleção de variados gêneros textuais (monografias, teses/dissertações, ensaios, etc.), como também por diferentes tipologias documentais (relatórios, livros, Revistas, legislações, dentre outras). Consequentemente, pode-se supor a respeito do crescimento do acervo já existente no IOAB, fosse em quantidade de itens, ou em tipos de documentos e no idioma em

³² À época, situada à Rua São José, nº 80 (Almanak..., 1893).

que eles foram escritos. O que, cada vez mais, levava a uma necessidade espacial maior, visto que, como explica Ranganathan (1931), “uma biblioteca é um organismo em crescimento”.

Cabe ressaltar que, de acordo com o relatório anual referente ao ano de 1894, a biblioteca já estava em funcionamento. Essa informação, no entanto, diverge daquela encontrada na ata de 8 de agosto de 1895: nesse dia, durante o expediente, o Dr. Sá Vianna, então primeiro secretário da agremiação, pede a palavra para comunicar que a biblioteca já está pronta para funcionar, mas depende do auxílio dos sócios, pois as despesas ordinárias do Instituto não permitiam a contratação de um funcionário para atuar na biblioteca. Ele ainda deu a ideia de inaugurá-la durante as festividades do 52º aniversário do IOAB. Duas semanas mais tarde, ele redigiu um ofício comunicando a organização da biblioteca (Instituto..., 1895). Contribuindo para esse dissenso, no dia 18 de agosto a *Gazeta de Notícias* comunica que o Instituto foi visitado pelo então vice-presidente, Manuel Victorino pereira, e pelos senadores João Pedro Belfort Vieira e Coelho Rodrigues, que estiveram também na biblioteca da agremiação (Gazeta..., 1895).

À vista dessa desarmonia em relação ao funcionamento ou não da biblioteca anteriormente à sua inauguração, pode-se conjecturar, então, que ela estivesse funcionando (talvez não plenamente), mas que a agremiação escolheu inaugurá-la, isto é, formalizar sua existência, em uma comemoração de seu aniversário. Não se pode esquecer que constituir uma biblioteca também era uma forma de prestígio, e inaugurá-la em um evento ressaltaria sua importância.

No dia da solenidade de 52 anos do Instituto, 7 de setembro de 1895, o *Jornal do Brasil* comunicou tal efeméride como algo relevante, uma vez que o IOAB esteve à beira do desaparecimento. A notícia informou que, instalada no segundo andar de sua sede - situada na Rua da Constituição, nº 43 -, juntamente à uma sala de leitura, seria inaugurada a biblioteca da agremiação:

Com a inauguração, pois da biblioteca, torna o Instituto assinalado o dia de seu 52º aniversário e essa inauguração parece ser salientada porque é mais uma prova do interesse e dos atuais sócios do Instituto para colocá-lo e mantê-lo na posição que hoje ocupa.

A biblioteca que se vai inaugurar conta já cerca de 2.000 livros, entre os quais de autores conhecidos e modernos dos países europeus, sobre diferentes ramos do direito, encadernados, alguns especialmente para serem oferecidos ao Instituto, Revistas estrangeiras e nacionais.

Enfim, se a biblioteca não se pode considerar rica pelo grande número de obras e especialidade delas, contudo já constitui um excelente princípio,

tanto mais quanto entre os livros que contém, muitos se encontram de autores notáveis e últimas edições.
Para os juízes dessa capital e para os advogados virá ela, não há dúvida, prestar incontestável serviço (Instituto..., 1895, p. 2).

A citação é longa, mas se faz necessária para entender que a instalação dessa biblioteca foi não somente algo relevante para parte da comunidade jurídica carioca - pelo relato do jornal, se esperava que ela atendesse a demandas informacionais de juízes e advogados -, como foi uma forma de revigoração do IOAB que, poucos anos antes, estivera perto de encerrar suas atividades. Além de parte de seus membros terem se envolvido com os eventos relacionados à Proclamação da República, conjectura-se que houvesse certa insegurança institucional em relação ao novo regime e uma possível relação entre a Casa e o governo republicano – vale lembrar que durante o Segundo Império o IOAB foi órgão consultor não oficial, prestando atividades de assessoria.

Por outro lado, esse relato forneceu um panorama geral da biblioteca naquele momento: informou sobre o quantitativo de acervo existente e os tipos de materiais que nele poderiam ser acessados; comunicou também que tanto advogados como juízes poderiam frequentá-la.

Assim, nas comemorações de 52 anos do Instituto, teve-se a abertura da biblioteca. Dr. Sá Viana, primeiro-secretário, a inaugurou entregando as chaves ao presidente do IOAB, Manuel Nascimento Machado Portella (1833 - 1895), que, por sua vez, agradece os serviços de Sá Viana como bibliotecário. Este, passou a chave ao Conselheiro Olegário Herculano de Aquino (1828 - 1906), presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), para que ele fizesse as honras da abertura da biblioteca (Instituto..., 1895). Nela, encontravam-se “[...] raros exemplares de obras antigas e outras mais modernas publicadas em todos os países, legislação da União, dos Estados e quase todas as nações da América e Europa [...]” (Brasil, 1898, p. 383-384). Desde sua abertura, vale ressaltar, ela foi franqueada ao público externo, além dos sócios do instituto (Instituto..., 1895).

Cabe uma reflexão: alguns periódicos, ao noticiarem sobre a inauguração da biblioteca do Instituto, referem-se a Sá Vianna como 1º secretário e *bibliotecário* do IOAB. Esse é um ponto para prestar atenção, pois bibliotecário era, portanto, naquele contexto histórico, aquele que tinha como função cuidar de uma biblioteca. Vale lembrar que não havia nem dez anos da instituição, no continente americano, do primeiro curso superior para tal profissão - criado na Universidade de Columbia,

em 1887, por Melvil Dewey - e haveria cerca de vinte anos até que o curso da Biblioteca Nacional entrasse em funcionamento.

É interessante pensar que ele fosse chamado de bibliotecário mesmo que, pelos estatutos vigentes, tal função *ainda* não existisse no quadro do IOAB. Isso expõe a visão sobre a figura do bibliotecário naquele período: uma pessoa que zelava pela biblioteca. Vale lembrar que tradicionalmente ele era - ou ao menos ele era visto como - esse cuidador e curador de coleções de documentos e que administrava o acesso dos usuários ao acervo (Feather; Sturges, 2003).

Em contrapartida, pensar nessa figura é ter em mente que “toda biblioteca é uma escolha: ao fazer essa escolha, o bibliotecário é o primeiro autor de sua biblioteca. Tem a responsabilidade de sua composição [...]” (Melot, 2019, p. 22). Ou seja, é o bibliotecário que dá forma ao acervo (seja por meio dos materiais que compunham a biblioteca, por meio dos assuntos, da organização do acervo, etc). Não somente isso: ele foi, nesse momento, o intermediário entre o usuário e sua necessidade informacional.

1.5 As discussões no Instituto e seu reflexo no acervo: exemplos

Ao longo de sua História diversas foram as temáticas que tomaram lugar nas conferências do Instituto: “de modo geral, as questões apresentadas nas reuniões do Instituto dos Advogados refletiam as transformações que se operaram nos diversos setores da vida nacional, no decorrer do Segundo Império (História..., 2003a, p. 199). Como exemplo de assuntos tratados pelo Instituto, pode-se citar a escravidão e a separação entre Igreja e Estado.

Ao longo do século XIX, tencionando atender as exigências inglesas, o Brasil criou leis paliativas para a escravidão, como a Lei Eusébio de Queirós (Brasil, 1850), a Lei do Ventre Livre (Brasil, 1871) e a Lei do Sexagenário (Brasil, 1885).

Essa temática da escravidão foi carregada de tensão no Instituto, tanto que Teixeira de Freitas renunciou ao cargo de presidente após três meses na função, alegando “divergências de interpretação jurídica de sentido doutrinário de uma questão relativa à escravidão [...]” (Fagundes, 1995, p. 34). Em uma das discussões sobre o assunto, Caetano Alberto Soares questionou seus pares de forma muito capciosa: em caso de morte do dono de uma escrava e que ela ficasse designada,

em testamento, de herança para outra pessoa tendo que servir este novo dono até a morte do mesmo (após isso ganhando liberdade); se porventura ela tiver filhos durante este período, estes serão livres ou escravos? Se forem livres, serão obrigados a prestar serviços ao senhor de sua mãe? O questionamento proposto levou o Instituto a tomar posição contrária à escravidão. Por este ângulo, pode-se conjecturar que Teixeira de Freitas tenha renunciado por encontrar-se no centro de um impasse, não querendo que seu nome fosse vinculado a qualquer pronunciamento da agremiação sobre o assunto³³. Assim,

Este renuncia em longa carta, na qual conclui, de maneira um tanto rude, oferecendo ao Instituto a pequena quantia de 1:000\$000 para ser aplicada na fundação de sua Biblioteca³⁴ 'e recomendando-os sobretudo, que a enriqueçais logo com o *Corpus Juris*, que deve ser a fonte vital, onde devemos beber sempre e sem descanso' (Meira, 1983, p. 80).

O Instituto, segundo Meira (1983), não aceitou a doação acima relatada, mas aceitou a dispensa do cargo solicitada pelo jurisconsulto.

Um outro exemplo de como tal temática foi discutida pelos membros da agremiação ocorreu em 7 de setembro de 1862, aniversário de 19 anos da Casa, quando seu então presidente, Perdigão Malheiro, “chamou a atenção para a necessidade do estudo e melhoramento das leis sobre a escravidão, apresentando as suas posições emancipacionistas, dentre elas a defesa de providências no sentido de melhorar o estado da população escrava” (Fagundes, 1995, p. 37-38). Posteriormente, sancionada a Lei Áurea (Brasil, 1888), a ideia de que os ex-donos de escravos deveriam ser indenizados foi difundida socialmente (Schwarcz; Starling, 2018). Então, os membros do Instituto se propuseram a discutir o assunto (Fagundes, 1995, p. 101), ao que foi deliberado que não cabia tal coisa.

Pensando no acervo que a agremiação desenvolvia, esse assunto aparece primeiramente em uma doação realizada por Luiz Francisco da Camara Leal, que em junho de 1866 doou ao Instituto a obra “Considerações e projeto de lei para a emancipação dos escravos”. Em outros momentos, a obra “A escravidão no Brasil”, constituída de três partes, foi ofertada ao Instituto: a primeira, por Nabuco de Araújo (quando presidente do IAB) em outubro de 1866; a segunda e a terceira, por

³³ As consequências da renúncia de Teixeira de Freitas não foram relatadas em quaisquer atas de reuniões do IAB (Almeida, 2003).

³⁴ Aqui percebe-se que naquele ano de 1857 a biblioteca do IOAB ainda não havia sido fundada, o que ajuda a alicerçar a hipótese da proto-biblioteca.

Perdigão Malheiro em março e setembro do ano seguinte, 1867. Anos mais tarde, em 1871, Nabuco de Araújo ofertou ao IAB um discurso a respeito da reforma do estado servil (Domingues, 2021).

Outra questão debatida no IAB durante o Império foi a separação entre Igreja e Estado. Durante muito tempo a Igreja teve domínio sobre o nascimento, a educação, o casamento e a morte da população; seu poder social era muito grande. Quando o Estado instituiu o casamento civil, por exemplo, e Roma determinou que os maçons fossem expulsos das irmandades católicas, a relação entre o Estado brasileiro e Igreja estremeceu. Chamada de “Questão Religiosa”, a temática da separação entre Igreja e Estado, no Instituto, também foi bastante discutida em suas reuniões. Cabe lembrar ainda que tal debate também ocorreu por meio de conversas sobre o casamento civil e o celibato clerical (Fagundes, 1995).

Em relação a este assunto, não há quaisquer obras que constam entre aquelas que figuravam na coleção do Instituto (Domingues, 2021).

Cabe questionar: uma vez que discussões de grande apelo social e jurídico foram debatidas nas sessões do Instituto, porque há poucas obras - ou nenhuma, em se tratando da *Questão Religiosa* - em seu acervo? A coleção do Instituto era formada essencialmente por doações (Domingues, 2021), portanto não havia controle do que era ofertado (tipologias documentais, ou assuntos, por exemplo), na medida em que se tratava de um movimento espontâneo. Isto é, quando se pensa no que hoje é denominado como *formação e desenvolvimento de coleções*, é claro que doações entram como aquisições para um acervo. No entanto, são as aquisições por meio de compras que poderiam refletir os anseios institucionais em relação ao acesso às informações desejadas. Em outras palavras, caso fosse de interesse do Instituto que tais temáticas figurassem em seu acervo documental para serem acessadas por seus sócios (e demais usuários da biblioteca), era por meio da compra que elas apareceriam - como se sabe, o Instituto, antes da inauguração de sua biblioteca, designou pouquíssima verba para compra de acervo (Domingues, 2021).

Deste modo, é provável que o acesso a obras em relação a essas duas temáticas tenha se dado por meio de bibliotecas pessoais dos próprios membros. Vale lembrar que não há qualquer registro entre 1843 e 1895 (antes de sua inauguração) de que a biblioteca do Instituto fosse, de fato utilizada pelos sócios.

1.6 O Instituto e sua biblioteca no século XIX (1843-1895)

A existência de bibliotecas jurídicas, obviamente, pressupõe a existência de instituições jurídicas e, conseqüentemente, a produção de informação jurídica a ser utilizada pelos potenciais usuários (livros e periódicos, em geral, e literatura cinzenta institucional ou acadêmica, por exemplo). Em outras palavras, toda biblioteca é criada com a finalidade de atender uma determinada comunidade de usuários e, para tal, coleciona um conjunto documental que será acessado por essa comunidade.

Contudo, nem sempre quando uma instituição era fundada se prezava pela imediata constituição ou designação de uma biblioteca. Isso, no entanto, não as impedia de colecionar tipologias documentais diversas aspirando, futuramente, criar uma biblioteca. Por conta desse desejo colecionista, depreende-se a respeito da importância que as organizações davam às informações contidas em materiais jurídicos: a custódia documental expunha a demanda pelo acondicionamento da produção documental sempre crescente nas próprias entidades. Presume-se, também, que as coleções de livros e periódicos - suportes costumeiramente associados às bibliotecas - fossem ínfimas, ao ponto de não necessitar de um profissional exclusivo para seu cuidado, de modo que não compensaria criar uma biblioteca para um pequeno acervo (o que significaria mais gastos com verbas institucionais).

Em relação à biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros, como várias outras bibliotecas de associações de advogados ao redor do mundo, ela começou a ser formada antes mesmo de poder receber espaço próprio. Muito embora uma coleção de documentos tenha começado a ser desenvolvida desde as origens das associações, uma biblioteca só era oficializada tempos mais tarde.

Deste modo, estabelecer uma biblioteca expunha uma necessidade de salvaguarda documental e de acesso informacional. Em se tratando de uma biblioteca institucional, as coleções documentais tinham como finalidade dar suporte às atividades desenvolvidas. No caso do Instituto, pode-se dizer, inclusive, que se tratava, de certa maneira, de uma biblioteca profissional, dada a natureza do acervo: uma variedade interessante de tipologias documentais que iam dos livros e periódicos, passavam pelos materiais de referência e iam até os itens de literatura

cinzenta e que, por esse motivo, poderia auxiliar um advogado; além de constituir-se de uma temática voltada para o Direito.

Desde sua gênese o Instituto preocupou-se com a salvaguarda documental a fim de formar uma biblioteca. Ainda que tal desejo não tenha se concretizado de imediato, isso demonstrou a consciência institucional a respeito da importância da informação jurídica como fonte consultiva e decisória. No entanto, a agremiação demorou consideravelmente a oficializar sua biblioteca, de modo que ela só o foi mais de 50 anos após a fundação da Casa. Nesse sentido, percebe-se que a relação da agremiação com sua biblioteca teve início como um anseio colecionista, uma vontade de constituir uma biblioteca: começou como uma *proto-biblioteca*.

Qual o motivo? Uma hipótese pode ser a falta de coesão e força da classe de advogados. Uma vez que o Instituto se pretendia como órgão regulador da profissão, mas foi frustrado inúmeras vezes a este respeito, esse pode ter sido um fator que contribuiu para sua falta de força social enquanto grupo profissional. Isso, por sua vez, influenciou diretamente tanto na frequência com que seus encontros eram realizados como na seriedade que, de fato, seus membros viam a entidade. Em relação a este último ponto, é interessante observar a lista de presença dos membros nas atas das sessões, onde na maioria das vezes eram esvaziadas, poucos eram aqueles sócios que frequentavam as reuniões com constância - as exceções costumavam ser as sessões de eleição para a direção da Casa. Em outras palavras, se houve um momento institucional que nem seus próprios sócios percebiam a importância da agremiação, como esperar que esses mesmos sócios entendessem a necessidade de uma biblioteca e fossem motivados a tal?

Outro elemento contribuinte foi que muitos membros do IAB estavam envolvidos politicamente, de forma que em alguns momentos a Casa pausa suas atividades, pois seus membros estavam implicados em tais eventos - como ocorreu na transição entre o Império e a República, onde o IAB ficou aproximadamente 3 anos, entre 1889 e 1891, sem atividades. Em 1890, por exemplo, não houve sessões na agremiação; seu presidente na época, Joaquim Saldanha Marinho, inclusive fez parte da Constituinte daquele ano (Almeida, 2003). Foi a partir da eleição de Antônio José Rodrigues Torres Neto, em 1892, que o Instituto pareceu começar a retomar suas atividades, inclusive debatendo sobre a organização da justiça do Distrito Federal (Almeida, 2003).

Desta forma, pode-se ponderar que essa falta de coesão e força institucionais refletiram na própria constituição da biblioteca e sua inauguração. Isto é, na medida em que o Instituto se ocupou com outras demandas, sobrou pouco tempo – ou mesmo iniciativa - para que sua biblioteca fosse formalizada/inaugurada.

Assim, nota-se uma ausência de comprometimento com a organização independentemente do que ocorria no campo social. Isto é, parece que era comum os interesses particulares sobressaíssem aos institucionais. Por sua vez, essa questão influenciava na força institucional e no não alcance daquele objetivo primordial de meados dos oitocentos: criar uma *Ordem dos Advogados*. Com os sócios sempre privilegiando seus próprios interesses, quando os objetivos do Instituto seriam perseguidos?

Houve também outro motivo: a falta de uma sede própria. Foram várias décadas de funcionamento do IAB em lugares emprestados, ou mesmo casas de membros do próprio Instituto, como ocorrera no início de suas atividades. Somente com a inauguração do edifício *Silogeu Brasileiro*³⁵ foi que o Instituto passou a ter um espaço próprio - juntamente com outras instituições de cunho intelectual e cultural da época. Ainda que a biblioteca tenha sido instalada antes de tal localização, percebe-se nas atas um desejo para que ela fosse criada quando o Instituto tivesse um lugar apropriado. Percebe-se, também, a questão monetária da organização: havia, portanto, a consciência de que a manutenção de uma biblioteca custaria parte da verba arrecadada pelo Instituto.

Apesar desse “atraso” em formalizar sua Biblioteca, observa-se, ao longo do tempo, a intenção do Instituto em fazê-lo, bem como a preocupação de parte de seus associados em avolumar o acervo existente. Evidencia-se, assim, a compreensão de que a entidade sabia da importância de ter consigo um acervo jurídico que respaldasse suas discussões e a elaboração dos pareceres encomendados por outrem.

Isto posto, a despeito de seu desejo em constituir uma biblioteca para si, observa-se a dificuldade institucional em fazê-lo. Primeiro, porque, pela análise feita,

³⁵ O palacete do *Silogeu Brasileiro*, situado à Praia da Lapa nº 4, foi construído para abrigar as quatro instituições de maior renome intelectual no Distrito Federal naquela época: a *Academia Brasileira de Letras*, a *Academia Nacional de Medicina*, o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e o *Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros*. Ele foi batizado com esse nome, *Silogeu Brasileiro*, por Ramiz Galvão, ex-diretor da *Biblioteca Nacional* - foi ele quem cunhou a expressão “*Silogeu*” dando o significado de “[...] casa onde se reúnem sociedades dedicadas às letras e à ciência” (História..., 2003, p. 56).

o Instituto não costumava dispor de recursos financeiros para que adquirisse materiais sempre que desejasse (como comprar livros e assinar periódicos) - sua própria Revista tem sua publicação interrompida algumas vezes, possivelmente, por esse mesmo fator. Segundo, porque, por esse motivo, a agremiação ficou à mercê das benesses de seus sócios, e outros tipos de ofertantes - autores, personalidades e instituições parceiras -, de modo que acervo era primordialmente constituído por doações.

Mesmo que as ofertas fossem um ato interessante, é preciso atentar que: a doação de uma obra para a biblioteca, mais do que acrescentar algo ao acervo, foi uma forma de se fazer notado (muitas doações eram notificadas em ata pelo nome ou função do doador, havia uma identificação que distinguia o ofertante, lhe dava prestígio institucional, ainda que ele não congregasse naquele meio); por outro lado, um acervo que se constituía desta forma era direcionado por ela (menos as necessidades informacionais da agremiação eram atendidas pela coleção que se formava, mais essa mesma coleção se avolumava a partir das doações que a compunham; uma biblioteca feita de doações moldava-se a partir de quem realizou as ofertas). Em outras palavras, as doações foram uma maneira do ofertante ganhar prestígio e, ao mesmo tempo, mesmo que não intencionalmente, direcionar a constituição da coleção.

Nesse sentido, talvez a relação que o IOAB estabeleceu com sua biblioteca, nessa fase de sua História, tenha sido dúbia: ao mesmo tempo em que ele desejava estabelecê-la, tal tarefa fica a encargo de outrem - ainda que de maneira indireta. Ou seja, havia um interesse institucional, mas, ao que parece, a agremiação elegeu outras prioridades, até que percebe que uma biblioteca lhe era essencial - inclusive para lhe conferir prestígio institucional e social.

Ressalta-se a importância que a biblioteca do Instituto possuiu na época de sua constituição, tanto em termos de acervo (como já comentado em outra oportunidade) quanto como espaço de sociabilidade - já que, pelas fontes analisadas, seu espaço serviu inúmeras vezes de local de reunião e encontros para organizações diversas.

Estabelecer uma biblioteca institucional foi reconhecer, portanto, o valor da informação para o desenvolvimento das atividades às quais a entidade se dedicou. Deixá-la aberta ao público externo, como o fez o IOAB, foi assumir um compromisso social e cultural com aqueles que não podiam arcar com os custos de uma biblioteca

pessoal; foi, também, perceber que o conhecimento jurídico deveria ser disseminado socialmente.

2 ENFIM UMA BIBLIOTECA PARA OS BACHARÉIS: INAUGURAÇÃO E PRIMEIROS ANOS (1896-1917)

Institucionalmente, as atividades desenvolvidas pelo IOAB deram ânimo à agremiação, de modo que a partir do governo de Prudente de Moraes (1841 - 1902), entre os anos de 1894 e 1898, o Instituto recuperou seu antigo prestígio, conquistando os novos donos do poder (História..., 2003c). Esse primeiro governo civil republicano preocupou-se “[...] em executar uma política de pacificação do país, garantir os interesses da elite cafeicultora de São Paulo e realizar a transição da República jacobina para a República oligárquica” (Schwarcz; Starling, 2018, p. 321). Cabe ressaltar que, advogado formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, mais tarde Prudente de Moraes integrou o quadro de associados do Instituto.

Logo no primeiro decênio do novo regime político o IOAB retomou sua atividade de assistência judiciária aos pobres. Assim, o governo republicano o encarregou de preparar um projeto com a intenção de regulamentar este serviço - o que, posteriormente, aconteceu por meio do Decreto nº 2.457 de 8 de fevereiro de 1897 (Fagundes, 1995). Além disso, várias foram os auxílios que os órgãos do governo solicitaram à Casa (História..., 2003). Um exemplo de solicitação que o novo regime fazia ao Instituto apareceu em nota na *Gazeta de Notícias* de 11 de junho de 1896: “A Câmara dos Deputados acaba de convidar o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros a colaborar com a sua comissão especial no projeto de organização judiciária do Distrito Federal”.

Deve-se observar que em alguns momentos o Instituto se absteve de tomar parte em confraternizações a que fora convidado, posto que de acordo com seus estatutos de 1893, ele deveria manter neutralidade político-partidária. Na ata da sessão de 1 de setembro de 1898, por exemplo, consta que o IOAB foi convidado para um jantar organizado pelo Partido Republicano para Campos Salles. Contudo, o presidente da Casa deliberou que a associação não participaria, pois não tomava partido em manifestações políticas. Em outro momento, lê-se na ata de 21 de junho de 1900 que um político convidou o Instituto para uma comemoração, mas o presidente da agremiação não designou comissão de membros por conta dos estatutos. Ainda assim, ele libera para que os membros participem individualmente. Vale salientar que é a partir do governo de Campos Salles (1841 - 1913), entre 1898 e 1902 que a República liberal-oligárquica se consolida (Fausto, 2021).

Mesmo tentando manter-se neutro em relação às questões políticas republicanas, o Instituto mantinha boa relação com o governo. Prova disso, foi que este cedeu ao IAB um espaço para sua sede própria. O palacete do *Silogeu Brasileiro*, situado à Praia da Lapa nº 4, foi construído para abrigar as quatro instituições de maior renome intelectual no Distrito Federal daquela época: a *Academia Brasileira de Letras*, a *Academia Nacional de Medicina*, o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e o *Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros*. O edifício foi batizado com esse nome, *Silogeu Brasileiro*, por Ramiz Galvão, ex-diretor da Biblioteca Nacional - foi Galvão quem cunhou a expressão “Silogeus” dando o significado de “[...] casa onde se reúnem sociedades dedicadas às letras e à ciência” (História..., 2003, p. 56)³⁶.

Assim como ocorrera durante o Império, na República, a Casa de Montezuma também se dispôs a criar a Ordem dos Advogados, porém todas as tentativas foram frustradas. Durante a história da agremiação percebe-se que seus membros somente priorizaram o fortalecimento do Instituto e intensificam a luta pela criação de um órgão de classe quando não estão participando ativamente da vida política brasileira (Bonelli, 1999). Isto é, as demandas institucionais ficam sempre em segundo plano.

Ademais, é importante refletir que o estabelecimento de uma organização de classe relaciona-se fundamentalmente ao pleito por liberdade no exercício da profissão, bem como seus contornos (História..., 2003). Neste sentido, criar uma Ordem dos Advogados aspirava, inclusive, salvaguardar os limites de atuação advocatícia, bem como seus interesses profissionais.

Nesse início do regime republicano, muito embora tenha se proposto, em alguns momentos, a se pensar como órgão regulador do exercício da advocacia, o IOAB existe enquanto fomentador da cultura jurídica nacional. A Casa de Montezuma é uma entidade cujas ações atravessam o estudo do Direito e a promoção da cultura jurídica - isso fica evidente quando notamos que tanto durante o Império como na Primeira República o Instituto é um órgão consultor não-oficial do governo.

³⁶ Na edição do *Jornal do Commercio* do dia 8 de setembro de 1904, lê-se que na véspera, por ocasião do 61º aniversário do IOAB, foram inauguradas suas instalações no prédio. A cerimônia contou, inclusive, com a presença do então presidente da república, Rodrigues Alves.

Por outro lado, há que se refletir sobre o fato de que a agremiação se colocou como espaço de sociabilidade que reunia a elite dos advogados do Distrito Federal: “nos seus quadros [de membros] percebemos a presença de vultos de primeira grandeza da política nacional” (História..., 2003, p. 133).

2.1 Leitores para a Biblioteca (1895 - 1917)

Toda biblioteca tem seus frequentadores, seus *usuários*. Eles podem ser *internos* (aqueles que integram a comunidade que uma biblioteca pretende atender) ou *externos* (aqueles que, mesmo não fazendo parte da comunidade que a biblioteca pretende atender, vêm até ela buscando seus serviços). Em se tratando da biblioteca do IOAB, o primeiro tipo correspondia aos membros do Instituto, sobretudo os membros efetivos. Pelo estatuto de 1893 havia 5 classes de membros: efetivos, correspondentes, honorários, beneméritos e avulsos. O estatuto de 1899 apontou para as 5 classes existentes e acrescenta uma sexta: estagiários. Já o estatuto de 1910 informou a respeito de 4 classes: efetivos, correspondentes, honorários, beneméritos. Por sua vez, a reforma estatutária de 1917 manteve as classes do estatuto anterior. Ao segundo tipo, correspondia a outros juristas e estudiosos do Direito que não eram seus associados.

Ainda deve-se pensar em outras duas categorias: os *usuários reais*, (aqueles que, de fato, utilizaram a biblioteca e seus serviços), e os *usuários potenciais*, (aqueles que estavam dentro de um espectro de usuários que poderiam buscar atendimento na biblioteca). Pela ausência de fontes que possibilitem a verificação dos usuários reais da Biblioteca do Instituto, a análise que se prossegue será realizada pensando nos usuários internos³⁷ e nos usuários externos³⁸.

³⁷ Pessoa que pertença a uma dada organização e, portanto, pode utilizar sua biblioteca.

³⁸ De acordo com Cunha e Cavalcanti (2008, p. 373): “pessoa[s] que, embora não pertencendo a determinada instituição, t[ê]m autorização para utilizar os produtos e serviços de sua biblioteca”.

2.1.1 Os membros do IOAB: usuários internos

Ao longo dos anos, a quantidade de membros efetivos do Instituto sofreu algumas variações³⁹, mas entre 1896 e 1917 não chegou a alcançar duas centenas de associados efetivos, tal como está na tabela:

Tabela 7 - IOAB: Membros efetivos (1896 – 1917)

Ano	Efetivos
1896	104
1897	104
1898	123
1899	129
1900	139
1901	
1902	138
1903	
1904	133
1905	
1909	121
1910	187
1912	175
1913	113
1914	165
1915	160
1916	160

Fonte: Elaborado pelo autor com indicadores dos Relatórios e informações do Almanak Laemmert.

Muito embora a quantidade de membros efetivos tenha se aproximado das duas centenas a partir do final da década de 1900, a participação desses sócios em sessões ordinárias não era muito frequente em comparação com o total de membros inscritos no Instituto - até mesmo as sessões que elegiam a diretoria não contavam

³⁹ No século XIX, a média de membros do Instituto foi de cerca de 50 associados (História..., 2003a).

com o comparecimento de todos os membros, muitas vezes nem perto da totalidade. Em geral, de acordo com as atas das sessões, eram sempre os mesmos membros que compareciam às reuniões.

Ainda assim, pensar na comunidade de usuários internos da biblioteca do IOAB é pressupor sua totalidade de membros - mesmo sabendo que, possivelmente, alguns ou muitos deles possuíam bibliotecas pessoais em suas residências e talvez nunca tenham pisado na biblioteca da agremiação. Tal ponderação é necessária para entender o perfil desse grupo.

O primeiro ponto de destaque é relativo ao gênero dos membros: eram, essencialmente, homens. A primeira mulher advogada a ser admitida no IOAB só o foi em 1906. Myrthes Gomes de Campos, a primeira mulher brasileira advogada a exercer a profissão, bacharelou-se em Direito em 1898 (Schueler; Rizzini, 2021). No ano seguinte, 1899, tentou ingressar no Instituto como membro estagiário, mas ainda que sua requisição tenha obtido parecer favorável da Comissão de Justiça, Legislação e Jurisprudência, ela foi negada (História..., 2003). Somente sete anos depois, em 1906⁴⁰, a primeira advogada brasileira teve sua inscrição aceita no Instituto; foi o início da recepção feminina em seus quadros de associados (Fagundes, 1995).

O segundo ponto concerne à formação dos membros. Não importa qual fosse a classe em que estava alocado, durante a vigência dos estatutos de 1893, 1899 e 1910, todos os membros deveriam ser graduados em Direito/Ciências Jurídicas. Essa exigência não é mera coincidência, visto que a demanda pelo estabelecimento de uma Ordem dos Advogados para que a própria classe obtivesse controle sobre o exercício da profissão passava pela formação acadêmica. Isso identifica esses usuários como *especializados* - o que reflete na tipologia dessa biblioteca como *especializada* -, pois eles não somente possuíam conhecimento sobre uma área específica, o Direito, como integravam uma agremiação que se propunha ao estudo e à prática desse campo do conhecimento.

Há que se pensar, ainda, que a formação acadêmica não propiciava uniformidade de pensamento entre os sócios. No entanto, a homogeneidade da formação propiciou certa harmonia ao fazer um recorte classista, que era reforçado pelo valor das joias a serem pagas para ingressar no Instituto:

⁴⁰ De acordo com as atas, sua posse aconteceu em 19 de julho de 1906.

Quadro 2 – Valores das joias (1899 e 1910)

Classes de Membros	1899	1910
Efetivos	30\$000	30\$000
Correspondentes	50\$000	50\$000
Honorários	—	—
Beneméritos	2:000\$000	2:000\$000
Avulsos	—	---
Estagiários	15\$000	---

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do disposto nos Estatutos do Instituto.

Ao valor das joias, que era pago quando o membro tomava posse, acrescentava-se o valor das mensalidades para os membros efetivos e os estagiários. Os primeiros pagavam 10\$000, os segundos pagavam 5\$000. Observa-se a partir desses valores que não somente a participação no IOAB era condicionada ao pagamento de taxas (que eram fixadas nos estatutos), como, em certa medida, a contribuição dessas taxas revela sobre o estrato social ao qual pertenciam esses advogados.

De certa forma, por conta da contribuição financeira despendida pelos membros, pode-se ponderar, inclusive, sobre a não participação de todos os bacharéis cariocas na Casa de Montezuma: é possível que muitos deles não tivessem condições financeiras de manter suas contribuições mensais ou mesmo arcar com o valor das joias. Os próprios membros, muitas vezes deixavam de efetuar o pagamento das mensalidades: a ata de 10 de maio de 1917, por exemplo, informa que o tesoureiro recebeu autorização para cobrar aqueles membros em atraso com suas mensalidades.

Sob esta ótica, pode-se ponderar em relação às sociabilidades cultivadas no seio da Casa. Isto é, possivelmente tratava-se de indivíduos que se conheciam por frequentarem os mesmos ambientes sociais e que levavam para o Instituto essas relações estabelecidas em seu exterior.

Portanto, pensar em uma comunidade interna de usuários para a biblioteca é ter em mente que tal recorte pode ser pensado por meio de gênero, formação e estrato social. São fatores que permeiam os membros do Instituto no início do período republicano.

2.1.2 Comunidade jurídica carioca: usuários externos

Como informado em outra oportunidade, desde sua abertura a biblioteca do IOAB foi franqueada ao público, portanto estava aberta aos usuários que não fossem membros da Casa. Isso abre espaço para pensar que, virtualmente, toda a comunidade jurídica carioca poderia ter acesso a qualquer material existente no acervo da biblioteca da Casa. Desta forma, advogados, juristas, juízes, procuradores, desembargadores, professores e estudantes de Direito poderiam ser incluídos nessa comunidade de *usuários externos*.

Para pensar sobre essa comunidade de usuários externos há duas estatísticas a serem utilizadas e que podem apresentar um panorama a esse respeito: os recenseamentos de 1890, o de 1906 - este último realizado no Distrito Federal por conta de dados deficientes no recenseamento de 1900 (Brasil, 1905). Essas estatísticas oficiais trazem dados interessantes para analisar a comunidade jurídica carioca que, em tese, compunha o grupo de usuários externos na Biblioteca do Instituto.

No *Recenseamento Geral do Brasil* realizado em 1890, o primeiro republicano, ao separar as categorias profissionais, houve uma preocupação em elencar os *Títulos Científicos, Literários e Artísticos*. Nesse sentido, Engenharia, Medicina e Direito são elencados como grandes áreas do conhecimento (e subdivididas), ao passo que outras profissões são pontuadas sem uma subordinação a tal - como acontece com os Clérigos, os Bacharéis em Letras, os Professores.

Numericamente, eram: 799 profissionais de Engenharia, 1.609 de Medicina, 17 Doutores em Cânones, 16 Doutores em Ciências, 206 Clérigos, 181 Bacharéis em Letras, 971 Professores, 207 com outros títulos e 999 de Direito. Assim, dentro do Direito, são apresentadas 88 pessoas com o título de *Doutor* e outras 911 com o de *Bacharéis* distribuídos pelas diversas Paróquias da cidade. Isto é, diplomados em Direito representavam 19,96% em relação ao total listado por esse censo, e 0,19% em relação à população da cidade⁴¹.

Posteriormente são enumeradas as *Profissões* de acordo com grandes categorias:

⁴¹ Cabe ressaltar que a população total da cidade do Rio de Janeiro, na época, era de 522.651 habitantes (Brasil, 1895). Nesse sentido, os profissionais da cidade correspondiam a 0,95% do total populacional da cidade.

Tabela 8 - Profissões no Distrito Federal segundo o censo de 1890

Profissão	Quantitativo
Sacerdócio	230
Magistério	2062
Juristas	1173
Médicos e classes acessórias	1741
Funcionalismo	17314
Profissões técnicas	2885
Escritores e Jornalistas	265
Banqueiros	44
Capitalistas	2783
Classes inativas	868
Pessoal das indústrias	201315
Sem profissão declarada	48100
Total:	278780

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do censo de 1890.

Pelos dados elencados, verifica-se que os 1.173 profissionais juristas correspondiam a 0,5% do total de profissionais. Nota-se, ainda algumas especificações das profissões ligadas ao ramo do Direito: eram 178 juízes, 761 advogados, 234 *avoués* (170 nacionais e 64 estrangeiros).

Em relação à população flutuante, foram contabilizados: 7 sacerdotes, 30 professores e lentes, 10 magistrados, 53 advogados, 5 procuradores, 27 médicos, 13 farmacêuticos, 46 empregados públicos, 92 militares, 140 marítimos, 19 engenheiros, 2 guarda-livros, 24 proprietários, 17 pensionados, 307 profissionais das indústrias, 1.301 sem profissão declarada, 595 mulheres sem profissão, 45 menores masculinos de 10 anos - totalizando 792 pessoas com alguma profissão declarada, 1.301 sem profissão declarada e 640 sem profissão. Entre essa parte da população, os 68 profissionais ligados ao ramo do direito correspondiam a 8,58% da população flutuante na cidade.

Embora os dados apresentados pelo recenseamento de 1890 sejam anteriores à abertura da Biblioteca do Instituto, é possível vislumbrar o panorama da comunidade jurídica do então Distrito Federal: uma ínfima parte da população com

algum tipo de profissão, com educação superior, formada majoritariamente por homens (muito possivelmente, em sua esmagadora maioria, brancos). De qualquer modo, percebe-se que neste censo faltam dados sobre os estudantes e professores de Direito, que também integravam a comunidade jurídica da época.

Já no *Recenseamento do Distrito Federal*, realizado em 1906, é possível examinar as profissões a partir de conjuntos: produção de matéria-prima, transformação e emprego da matéria-prima, administrações públicas e profissões liberais e outras. Observe-se:

Tabela 9 - Profissões segundo o censo de 1906 do Distrito Federal

Grupo	Profissão	Quantitativo
Produção de matéria-prima	Exploração da superfície do solo e extração de materiais minerais	25.575
Transformação e emprego da matéria-prima	Indústrias, transporte e comércio	201.361
Administrações públicas e profissões liberais	Força e segurança públicas, funcionalismo, profissões liberais e pessoas que vivem principalmente de suas rendas	44.493
Outras	serviço doméstico, jornaleiros, trabalhadores braçais, etc., e as profissões mal especificadas	154.432
	classes improdutivas	27.888
	profissões desconhecidas	65.492
	sem profissão declarada	292.202
Total:		811.443

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do censo de 1906.

Segundo os dados apresentados, 425.861 pessoas têm algum tipo de profissão e outras 385.582 foram elencadas sem alguma profissão. Para prosseguimento na análise deste trabalho, será utilizado o primeiro total, o do grupo de pessoas com algum tipo de profissão relacionada (ou reconhecida) pelo censo.

Dentro do grupo de profissionais liberais (12.050 profissionais que representavam 27,08% dos trabalhadores do conjunto de *administrações públicas e profissões liberais*, e 2,82% do total de trabalhadores) existia o subgrupo de profissões *judiciárias*. Esses trabalhadores, cerca de 3.784, equivaliam a 31,4% dos profissionais liberais, 8,5% do seu conjunto de profissionais e 0,88% de todos os

profissionais da Capital Federal. Mais uma vez, as estatísticas oficiais evidenciaram que a possível comunidade de usuários externos da Biblioteca do Instituto era pequena, se comparada com outros grupos profissionais (ou com o todo), mas ainda assim era um público a ser considerado como possível frequentador da Biblioteca. Salienta-se que dentro do grupo de profissionais elencados como *juristas* (1.173 pessoas, excetuando os estudantes e professores de Direito que não são elencados nos dados), havia aqueles que possuíam algum título relacionado ao Direito (contabilizando 999 doutores ou bacharéis).

Além disso, quando ambos os censos elencaram o *funcionalismo* como profissão, mesmo que não ficasse explícito, é possível que alguns cargos envolvessem questões relacionadas ao Direito ou mesmo que parte desses funcionários públicos fosse bacharel e gostasse de se atualizar a respeito de assuntos jurídicos. Com isso se pretende ponderar sobre o quantitativo potencial de usuários externos que a biblioteca poderia receber para usar os diversos materiais disponíveis em seu acervo.

Os dados apresentados tanto pelo recenseamento geral de 1890 quanto pelo do Distrito Federal no ano de 1906 apresentam uma comunidade jurídica muitas vezes maior que o número de sócios efetivos do IOAB (sobretudo este último estudo). Ou seja, havia uma possível comunidade de usuários externos bastante superior numericamente à comunidade de usuários internos. No entanto, esse número não se refletia em *usuários reais*⁴² para a biblioteca. Em outras palavras, por mais que a comunidade jurídica distrital correspondesse a alguns milhares de profissionais, não necessariamente eles se dirigiam à Biblioteca do Instituto, ou somente a ela, para fazerem suas leituras e/ou pesquisas, para acessarem documentos diversos. Isso fica evidente quando se observa os números abaixo:

⁴² Pode-se conceituar essa categoria de usuário como aquele “[...] com o qual a unidade de informação já estabeleceu contato por meio de seus produtos e/ou serviços informacionais; usuário ativo” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 373).

Tabela 10 – IOAB - Movimentação de usuários na Biblioteca (1896 – 1914)

Ano	Usuários	Obras	Volumes
1896	528	656	691
1897	541	681	704
1904/1905	628	652	901
1911	567	555	547
1912	602	572	643
1913 (outubro)	41	40	45
1913 (novembro)	44	48	52
1913 (dezembro)	60	59	64
1914 (janeiro)	34	34	39
1914 (fevereiro)	30	30	37
1914 (março)	35	38	40

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de indicadores dos Relatórios e de informações do *Jornal do Commercio*.

Esses dados, retirados dos relatórios anuais do IOAB de 1896, 1897 e 1904/1905 e da divulgação da frequência em sua biblioteca entre outubro de 1913 e março de 1914, confirmam que havia demanda pelos documentos custodiados pela Biblioteca; eles registraram o uso da biblioteca, mesmo que não tenham feito distinção entre usuários internos e externos. Por outro lado, deve-se considerar que a frequência não era tão expressiva, infere-se, por conta da existência de outras bibliotecas jurídicas abertas ao público, bem como de bibliotecas pessoais.

Desde o início dos oitocentos, o Rio de Janeiro observou o desenvolvimento de algumas bibliotecas jurídicas, de modo que durante o Império quatro bibliotecas nasceram (biblioteca da Câmara dos Deputados, do Senado, do Ministério da Justiça e do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro) e, já em inícios da República, outras duas (do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União) também surgiram (Domingues, 2022)⁴³. Isto é, o aparecimento de bibliotecas (no caso aqui trabalhado, bibliotecas jurídicas) evidencia tanto uma demanda por custodiar documentos diversos como por dar acesso a esses documentos.

Outro ponto que é necessário notar, trata-se da abertura dessa biblioteca ao público externo é uma ação que deve ser louvada, visto que manter uma biblioteca

⁴³ Cabe esclarecer que estas são bibliotecas jurídicas institucionais governamentais. É provável que outras instituições mantivessem bibliotecas jurídicas.

peçoal era algo custoso entre finais dos oitocentos e inícios dos novecentos. Não somente livros, mas também os periódicos eram objetos caros. No caso desta última tipologia documental como exemplo, os periódicos, deve-se considerar que, como suporte de informação eles sofrem atualizações. Em se tratando de uma profissão cujo acesso à informação é essencial para seu exercício, essas atualizações são de suma importância, e muitos profissionais jurídicos, provavelmente, não conseguiam atualizar suas coleções com a frequência que gostariam. Com isso, pretende-se afirmar o importante papel desempenhado pela Biblioteca do Instituto (mas também por todas as outras) em fornecer acesso gratuito a diversos materiais para a comunidade jurídica do Distrito Federal.

2.2 A comunidade e a biblioteca

Em 1908, Frank B. Gilbert, bibliotecário jurídico estadunidense, elencou cinco classes de bibliotecas jurídicas: a governamental, a do tribunal, a universitária, a privada e a de associações. Gilbert explicou ainda que cada uma delas, muito embora possa ter comunidades de usuários distintas⁴⁴, não difere em relação à constituição de seu acervo: todas elas vão lidar com a lei - de forma direta (a lei propriamente dita), ou indireta (os materiais que analisam, explicam ou tecem comentários sobre as leis).

Um ano mais tarde, outro bibliotecário jurídico, James De Witt Andrews, corroborou o pensamento de Gilbert afirmando que “bibliotecas jurídicas são repositórios da lei que foi expressa por meio da escrita [...]” (Andrews, 1909, p. 9). Essa declaração é fundamental para que se entenda a materialidade da salvaguarda documental feita pela biblioteca. Como repositório, a função da Biblioteca do IOAB residia no cuidado com os diversos materiais que compunham seu acervo, alicerçando a visão da biblioteca como espaço custodial de documentos.

No entanto, para além disso, essa mesma materialidade é o que garantia que o conteúdo jurídico fosse acessado. Nesse sentido, pode-se pensar que “a utilidade de uma biblioteca jurídica depende da acessibilidade do material que ela contém” (Andrews, 1909, p. 11).

⁴⁴ A universitária se preocupa em atender alunos e professores, por exemplo, enquanto a do tribunal busca atender aos juízes e magistrados que ali trabalham.

Na passagem do século XIX para o XX, nos primeiros anos do regime republicano brasileiro, o Instituto conscientizou-se mais a respeito de sua biblioteca e da importância que ela tinha para as atividades que ele se propunha a realizar. Prova disso, como apontado anteriormente, é que essa mudança aparece inclusive em seus estatutos - desde a reforma estatutária de 1893 a agremiação deixa claro que para atingir seus objetivos, na época dessa revisão, estudo do Direito e assistência judiciária, deveria manter uma biblioteca.

Um evento institucional que reforça essa nova concepção que o IOAB teve sobre a biblioteca foi sua inauguração, em 1895. Ponderar sobre a abertura de uma biblioteca institucional que vinha sendo cultivada ao longo de 52 anos da história do Instituto, era notar que ela deixou de ser uma *proto-biblioteca* - onde só havia a função de repositório -, para ser, de fato, uma *biblioteca* - onde custódia e acesso documentais são funções interligadas, uma pressupõe a outra.

Desta forma, reforça-se o pensamento introduzido anteriormente de que a biblioteca não é mera coleção de documentos, ela não é um depósito; ela é um acervo que prevê a utilização dos materiais ali acondicionados. Em outras palavras, uma biblioteca só exerce sua função primordial quando tem *usuários*. Estes podem ser definidos como “pessoa[s] que utiliza[m] os serviços da biblioteca no próprio local ou por meio da retirada de documentos por empréstimo, ou pela solicitação, entre outros serviços, de buscas bibliográficas sobre temas especializados” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 373).

Roger Chartier (1998, p.11) afirma que “[...] um texto só existe se houver um leitor para lhe dar significado”. Essa ponderação do historiador francês é importante para que se perceba a relevância que uma comunidade de usuários - seus leitores - tem para o entendimento do que é biblioteca e de suas funções. Como comentado no capítulo anterior, uma biblioteca *precisa* de usuários, são eles que lhe dão vida e a fazem ser o que é; ela existe, porque existem leitores.

A análise sobre os usuários internos e externos da Biblioteca do Instituto, em finais do século XIX e inícios do século XX, feita no início deste capítulo se fez extensa, porém necessária, para que se compreendesse que uma biblioteca busca atender às demandas informacionais de sua comunidade (em princípio, interna). Em outros termos, tomando emprestado o pensamento de Chartier (1998), os materiais informacionais contidos em uma biblioteca (seu acervo) fazem sentido a partir de seus usuários, afinal é para eles que uma coleção é composta.

Todavia, sabe-se que, naquele momento, não havia tal compreensão - de que a biblioteca deve atender às necessidades de informação da sua comunidade -, e não é intenção desta pesquisa cometer anacronismos. Ainda assim, para a análise que se desenvolve aqui, entender quem eram os usuários da biblioteca (fossem eles internos ou externos) é essencial para que o perfil dessa biblioteca seja traçado, para que se compreenda que biblioteca foi essa, e a quem ela serviu (ou não serviu).

Pensar nos usuários de uma biblioteca jurídica é ter em mente que é uma biblioteca especializada para usuários especializados. Diferente de outros tipos de bibliotecas, essa se preocupa em salvaguardar e proporcionar acesso a materiais de uma dada área do conhecimento (na Biblioteca objeto desta pesquisa, trata-se do campo do Direito).

Milanesi (2013) afirma que os usuários especializados sabem exatamente o que querem; por conhecerem o campo, eles conseguem distinguir o que lhes interessa daquilo que lhes é irrelevante, de modo que isso lhes proporciona *autonomia*. É possível que esse tenha sido o caso da Biblioteca do IOAB: usuários que, por dominarem a lei e conhecerem seus estudiosos - alguns deles pesquisadores da lei - sabiam exatamente o que lhes importava ou não.

Talvez por esse motivo Landheer (1957) comente que bibliotecas especializadas não devem ser julgadas de acordo com a circulação de seus acervos. Isto é, diferentemente de outras bibliotecas, nas especializadas, os usuários procuram acessar aquilo que buscam⁴⁵, eles são objetivos; enquanto em outras bibliotecas, o usuário pode acessar alguns materiais que não lhe interessem até encontrar aquele que vá lhe servir.

Landheer (1957) ainda sugere que a leitura realizada em bibliotecas que não as públicas (como as especializadas) é motivada por fatores outros que não o prazer. Ao considerar tal hipótese, presume-se que a leitura feita por advogados em bibliotecas jurídicas é estimulada por conta de sua profissão. Assim, uma comunidade jurídica busca uma biblioteca especializada em Direito considerando que vai encontrar o que precisa, motivada por seus afazeres profissionais.

Ao comparar o quantitativo da comunidade jurídica do Distrito Federal nos primeiros anos da República com a frequência à Biblioteca do Instituto, deve-se considerar que não necessariamente a Biblioteca conseguiu atender a todos que a

⁴⁵ Chartier (2009) comenta que em bibliotecas especializadas só se encontram os materiais que são procurados.

procuraram. Inclusive, é preciso ter em conta que por ser uma biblioteca institucional, a prioridade era atender às demandas do IOAB e seus membros, de modo que o acervo colecionado deveria, prioritariamente, condizer com as atividades desenvolvidas pelo Instituto.

Por outro lado, é preciso ponderar que, justamente pelo motivo apresentado acima, a frequência à Biblioteca não fosse aquela esperada. Em outras palavras, é provável que seu acervo não conseguisse dar conta de atender aos potenciais usuários fosse por seu porte, por sua atualidade, ou mesmo pelo conjunto de seus materiais. Esses fatores, no entanto, não diminuem sua importância como biblioteca. Pelo contrário, eles a especificam ainda mais; eles mostram que seu público era restrito - em comparação ao todo da comunidade jurídica -, mas ainda assim ela era utilizada; como mostram os dados apresentados, há um crescimento no número de leitores e obras/volumes consultados ao longo dos anos. De alguma maneira a coleção salvaguardada pela Biblioteca tinha interesse para o próprio Instituto e seus membros (os usuários internos) e também para outros juristas (os usuários externos).

Discorrer sobre a comunidade de usuários de uma biblioteca é tentar compreender qual é o elemento que lhes dá unidade. Em se tratando de uma biblioteca especializada, essa unidade ocorre por meio do ramo do conhecimento no qual a biblioteca priorizou. No que concerne à biblioteca do IOAB, foi o Direito que, de certo modo, unificou esses usuários e os tornou uma comunidade a ser atendida pela Biblioteca⁴⁶.

Analisar a biblioteca e sua comunidade é, portanto, perceber que como local de salvaguarda documental e disseminação da informação ela tem uma potencialidade. Entretanto, ainda sob tal perspectiva, ela tem uma realidade: ainda que ela esteja disponível para auxiliar os leitores, ela não consegue atender a todos, visto que seu acervo possui uma limitação.

⁴⁶ Ao ponderar exclusivamente sobre a comunidade interna da biblioteca, a associação ao Instituto também pode ser considerado fator unificador.

2.3 O acervo no início da República (1896 - 1917)

Nos estatutos de 1893, já sob a vigência do regime republicano, o IOAB reconheceu que para atingir seus objetivos como agremiação - a saber: o estudo do Direito e a assistência judiciária⁴⁷ - deveria manter uma biblioteca. É, certamente, possível que esses propósitos tenham impulsionado sua inauguração e abertura cerca de dois anos mais tarde.

Apesar de ter tomado ciência da relevância de uma biblioteca para a execução de suas atividades-fim, nem esse estatuto ou o regimento interno desse mesmo ano informaram ou traçaram diretrizes sobre o funcionamento e manutenção de sua biblioteca⁴⁸. Ainda assim, entre os anos de 1896 e 1917 a Biblioteca continua se desenvolvendo. As fontes examinadas revelam que, ao longo dos anos, três foram as formas de crescimento do acervo da Biblioteca: permuta, doações e compras⁴⁹. Sabe-se que as doações ocorriam com certa frequência; já as outras duas atividades, infere-se que elas acontecessem desde que a coleção começou a ser constituída, ainda na década de 1840, mas não há muitos relatos sobre elas.

É válido salientar que essas três atividades (doações, permutas e compras) constituíam tarefas administrativas da biblioteca, no que tangia ao desenvolvimento de sua coleção. Em outras palavras, a execução dessas tarefas foi um modo de exercer uma *curadoria da biblioteca*: as formas pelas quais a biblioteca foi mantida e tratada (Beffa; Barbuy, 2021). Essas foram as maneiras que os responsáveis da biblioteca tiveram para obter materiais para compor o acervo.

Também é necessário elucidar o que se entende como aquisição para bibliotecas: “Processo de identificação, seleção e obtenção de documentos. A obtenção é feita por compra, doação, permuta ou intercâmbio. [...]. A aquisição objetiva aumentar, completar ou atualizar as coleções ou acervos de bibliotecas [...]” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 20). Com isso, se pretende esclarecer que doação, permuta e compra são diferentes formas de aquisição. Porém, cabe destacar que

⁴⁷ Em nenhum momento essa reforma estatutária menciona a prática do direito, ou o exercício profissional.

⁴⁸ Como o acervo seria aumentado? De onde viriam os recursos? Como os recursos seriam empregados? O que seria prioridade para aquisição? Perguntas que, hoje, podem ser encaradas como pertencentes a uma *Política de Desenvolvimento de Coleções*.

⁴⁹ As atas plenárias e relatórios administrativos informam, eventualmente, sobre permutas, doações e compras, muito embora não deem muitos detalhes a respeito.

somente uma das fontes analisadas faz esta distinção, em outras há referência à aquisição como um processo englobante dessas três atividades⁵⁰. Para evitar confusão com os termos, a partir desse momento será utilizado o termo *compra* sempre que necessário, intentando distinguir esta das outras tarefas de aquisição.

Pelos relatórios administrativos verificados, encontram-se os seguintes quantitativos de aquisições:

Tabela 11 – IOAB: Aquisições da Biblioteca (1898 – 1912)

Ano	Obras	Volumes
1898	112	446
1902/1903	135	237
1904/1905	152	205
1911	37	51
1912	23	31

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de indicadores dos Relatórios Institucionais.

É provável que estas não tenham sido as únicas aquisições entre os anos de 1896 a 1917, mas os dados⁵¹ apresentados na tabela acima permitem vislumbrar que elas ocorriam e que eram, em algum momento, computadas. Elas também indicam que o acervo foi expandido ao longo dos anos e que era uma preocupação do IOAB que isso ocorresse.

É interessante pensar que o aviso das aquisições em relatórios institucionais anuais pode ter denotado uma vontade do IOAB de mostrar que se importava com sua biblioteca e estava fazendo o possível para que ela fosse aumentada. Isto é, relatar sobre aquisições pode ter sido uma maneira pela qual o Instituto, comunicava que sua biblioteca estava em plena atividade (funcionava regularmente), assim como ela estava em expansão - afinal, é sobre isso que se tratam as aquisições.

O acervo se desenvolveu independentemente da forma como foi adquirido um determinado documento.

⁵⁰ O relatório do ano de 1899, por exemplo, informa que a Biblioteca “[...] tem adquirido importantes obras de direito e história, principalmente de origem americana” (Instituto..., 1900, p. 13). Não há qualquer distinção sobre o modo de aquisição, apenas a comunicação de que ela ocorreu.

⁵¹ Essas são informações que aparecem nos relatórios explicitamente denominadas como *aquisições*.

Falar de acervo e das formas pelas quais ele se desenvolveu ao longo do tempo é também perceber outra atividade: o descarte. Ele pode ser efetuado na forma de *desbaste* (isto é, a retirada das estantes para algum tipo de reserva técnica), ou na forma de *descarte* mesmo (a retirada do acervo). Essa atividade pode ocorrer por vários motivos, mas os principais podem ser: os materiais que estão no acervo têm pouco ou nenhum uso; os materiais não se encontram em condições de uso (degradação do documento); os materiais não atendem mais às necessidades da biblioteca e sua comunidade (os documentos podem estar desatualizados).

Observe-se o desenvolvimento do acervo ao longo dos anos:

Tabela 12 – IOAB: Acervo da Biblioteca (1902 – 1912)

Ano	Acervo
1902/1903	4086 obras 6500 volumes
1094/1905	4064 obras 6424 volumes
1911/1912	3925 obras 6225 volumes

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de indicadores dos Relatórios Institucionais.

Como nota-se na tabela acima, houve uma diminuição no quantitativo de obras e volumes ao longo dos anos. Contudo, isso não significa que o acervo não tenha se desenvolvido. Nesse sentido, *desenvolver um acervo* significa a execução de atividades diversas, tanto aquelas ligadas à aquisição quanto as relacionadas ao descarte. Por outro lado, isso também indica que a biblioteca estava em *funcionamento* e que tentava atender às necessidades informacionais da instituição, e também de seus usuários.

2.3.1 Permutas e Compras (1896 - 1917)

Eventualmente, conforme os acervos de bibliotecas se desenvolvem, algumas obras têm seus exemplares multiplicados. Em alguns casos, isso se torna um excesso: essas obras multiplicadas podem não ter muitos acessos, ocupando,

algumas vezes, o lugar de outras obras necessárias, mas sem espaço físico para integrarem um acervo. Deste modo, a prática da permuta se tornou comum entre bibliotecas. Na Biblioteca do IOAB não foi diferente.

Os relatórios administrativos de 1896 e 1897 indicam um acordo de permutas entre a Biblioteca do IOAB e outras bibliotecas para obras em duplicata: Manoel Álvaro de Souza Sá Vianna (1860 – 1923), então secretário da Casa e responsável pela biblioteca, informa em 1896 que já havia recebido respostas das Bibliotecas Nacionais do Brasil, Argentina e Uruguai. Pelo relatório do ano seguinte, 1897, Sá Vianna indica que a Biblioteca dá prosseguimento nesse programa que ele denomina como *seção* de permutas. No relatório referente ao biênio 1902/1903 é informado que as permutas continuam acontecendo de modo que possa ser inferido que tal prática tenha se tornado hábito na Biblioteca, e não uma ação pontual.

Pensar em um programa de permutas entre a Biblioteca do Instituto e algumas outras é, primeiro, entender a teia de relações institucionais que a Casa de Montezuma teceu ao longo dos anos. Isto é, foram os vínculos amigáveis com outras instituições congêneres (nacionais e internacionais), construídos ao longo do tempo, que permitiram que o Instituto propusesse a outras bibliotecas trocarem obras que tivessem em duplicata. Com isso, conjectura-se que as trocas tenham acontecido entre bibliotecas institucionais conhecidas do próprio IOAB ou de seus membros.

A ata da sessão de 15 de julho de 1898, por exemplo, informa que houve permutas. O ministro do Interior deu ao Instituto seis exemplares do “Projeto de Código Civil” (redigido pelo dr. A. Carvalho) e 35 volumes de “Consultas do Conselho de Estado sobre assuntos do Ministério do Império”. Infelizmente, não há qualquer informação a respeito dos itens que o IOAB teria oferecido em troca. Mesmo que o Instituto não tenha retribuído com a mesma quantidade de materiais, essa troca sinalizou uma relação entre essas instituições, mostrando que havia cordialidade e parceria entre elas. Uma permuta entre bibliotecas também poderia sinalizar uma relação amistosa entre suas instituições mantenedoras.

Em segundo lugar, é preciso levar em conta que esse tipo de aquisição de materiais também pode ter evidenciado a necessidade de expansão de um acervo em uma instituição que não tinha muitos recursos para compra de livros, periódicos e outros materiais para sua biblioteca. Em certa medida, foi uma maneira do IOAB reconhecer suas limitações financeiras no que diz respeito às despesas com a

Biblioteca, mas ainda assim tentar aumentar seu acervo de modo que continuasse atendendo à agremiação e seus sócios.

Em terceiro lugar, sabe-se que o acervo continha duplicatas de obras diversas pode indicar que o IOAB estava tentando organizar sua biblioteca. Isto é, partindo do pressuposto que a organização de um acervo levava ao conhecimento dos itens que ele continha - na organização de uma biblioteca também ocorria sua arrumação, onde as obras eram acondicionadas em uma ordem e juntamente daquelas que tinham alguma relação⁵² -, pode ter sido por meio da organização que se conseguiu ter uma noção daquilo que se possuía ou não (inclusive em relação aos itens com vários exemplares que talvez não tivessem tanto uso).

Muito embora as permutas tenham sido assinaladas somente nos relatórios de 1896, 1897 e 1902/1903⁵³, é possível que essa tenha sido uma prática bastante utilizada pelo Instituto - não necessariamente com obras em duplicata, mas também com publicações suas – como suas revistas ou mesmo seus relatórios institucionais. Em 13 de outubro de 1898 consta na ata do dia que o diretor da biblioteca de Aracaju (SE) solicitou algumas publicações do Instituto. Dois anos mais tarde, vê-se outro exemplo: na ata de 25 de outubro de 1900 constam ofícios do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, do presidente do Tribunal da Relação do Espírito Santo e do presidente do Tribunal de Apelação da Bahia agradecendo as obras que receberam do Instituto.

Os exemplos citados também podem indicar, por um lado, que nem sempre essas permutas eram realizadas de imediato – haja vista o sistema vagaroso dos Correios na virada do século XIX para o XX; por outro lado, poderiam expressar acordos tácitos entre as instituições - em um momento uma fazia doações ao Instituto, em outra oportunidade, este agraciava a instituição parceira com doações também.

No que diz respeito às compras, o Instituto também não costumava relatar sobre aquelas realizadas para a biblioteca, mas é possível encontrar algumas poucas notas a esse respeito em alguns relatórios administrativos.

⁵² Na organização de um acervo as obras de mesmo assunto, mesma autoria, etc. ficam próximas. No caso da duplicata, as obras de mesmo autor, edição e ano ficariam juntos, por isso consegue-se perceber que há mais obras iguais.

⁵³ Dentro do período que trata este capítulo.

A título de exemplo, o relatório do biênio 1900/1901 comunica que “[...] a Biblioteca tem adquirido por compra muitas obras de grande merecimento [...]” (Instituto, 1902, p. 13). Já no de 1903 é informado que foram compradas 11 obras em 43 volumes (Instituto, 1904). No entanto, não são informados quais títulos foram comprados nem quais foram os fornecedores.

Ponderar sobre compras de materiais para a biblioteca é, evidentemente, reconhecer que se trata de uma despesa, visto que toda compra se refere a um custo. Sabe-se que a receita do Instituto era proveniente das joias e das mensalidades pagas pelos sócios, porém, algumas vezes, elas não eram o suficiente para arcar com os compromissos financeiros do IOAB, fazendo com que a Casa passasse por momentos de contas enxutas.

Pouco tempo depois da inauguração da Biblioteca, mais precisamente na sessão de 28 de novembro de 1895, o dr. Deodato Cesino Villela dos Santos, tesoureiro do Instituto, comenta que a situação financeira da agremiação não era das melhores. A receita proveniente das joias e mensalidades não foram o bastante. Ele propõe, então, aumentar o valor das mensalidades (para que, assim, o Instituto conseguisse pôr suas contas em dia). Portanto, ainda que os sócios pagassem as respectivas contribuições o Instituto, algumas vezes, passou por situações financeiras nada favoráveis.

Pelo informado nos balanços anuais de 1897 e 1898, a má situação econômica do Instituto se prolongou por algum tempo. Em ambos os relatórios o tesoureiro comentou sobre o auxílio que lhe foi concedido pelo governo. Em 1897 é comunicado o recebimento de 4:000\$000, pagos pelo Ministério da Justiça por conta dos serviços de Assistência Judiciária prestados pelo IOAB. Villela dos Santos relatou que

Este auxílio, devido exclusivamente à boa vontade do Exmo. Dr. Amaro Cavalcanti, atual Ministro dos Negócios da Justiça, é mais um serviço que S. Ex. presta ao Instituto dos Advogados, aumentando desse modo o reconhecimento de que já é credor.

Se não fora ele, aumentadas como foram as responsabilidades do Instituto com o custeio do serviço da Assistência Judiciária, impossível teria sido encerrar o ano financeiro sem *déficit*, pois a receita ordinária excedeu à orçada por mim em 1897 apenas 415\$000, tendo sido inferior à de 1896 (Instituto..., [1898], p. sem página).

No balanço de 1898, o tesoureiro voltou a registrar o auxílio obtido do Ministério da Justiça, por conta dos serviços da Assistência Judiciária, no valor de 4:000\$000. Ele comunicou também que o Congresso votou um subsídio ao Instituto

no valor de 6:000\$000 para o ano de 1899, porém ele acreditava que ainda assim não seria o suficiente para arcar com os compromissos financeiros da Casa (Instituto..., [1898]).

Nesse sentido é importante ponderar que a carência financeira do Instituto refletiu sobre uma possível compra de materiais para sua biblioteca. No balanço sobre o ano de 1898, Sá Vianna, 1º secretário, relata: “sinto dizer que a falta de verba tem privado essa importante seção do Instituto [a Biblioteca] de adquirir obras que lhe são muito necessárias” (Instituto..., [1898], sem página).

Muito embora a situação financeira do IOAB não fosse favorável, vale destacar que manter uma biblioteca gera custos para qualquer organização. Ao elaborar seu balanço financeiro a respeito do ano de 1897 e fixar as despesas para próximo exercício (1898), Villela dos Santos, tesoureiro, previu um gasto de 1:000\$000 com encadernações para o ano de 1898 (de um total de despesas de 12:685\$000). Ele justificou a quantia esclarecendo que “a biblioteca tem muitos volumes que precisam ser encadernados para não se inutilizarem”, completando que só no ano de 1897, com uma única oficina, gastou o equivalente a 750\$000⁵⁴ (Instituto..., [1897], sem página). Villela dos Santos também comunicou que, em 1898, o sr. L. Larose [sic], de Paris, é o único credor restante do IOAB. Tratava-se, provavelmente, do editor francês Hollier-Larousse.

No balanço referente ao ano de 1898 é possível localizar, dentre as diversas despesas⁵⁵ do Instituto naquele ano, gastos com encadernações (no valor de 1:650\$000) e gastos com livros (no valor de 699\$760); há, ainda, uma despesa elencada como “prêmio do seguro dos móveis e livros” (no valor de 84\$200). Conjecturando que se tratam de despesas anuais (também⁵⁶) com a biblioteca do Instituto, somadas elas chegam ao valor de 2:433\$960, que corresponde a aproximadamente 15,8% do total das despesas (avaliadas em 15:399\$580) (Instituto..., [1898]). Esse era um valor considerável e mostra não somente os custos

⁵⁴ Na verdade, pelo recibo apresentado para justificar essa despesa o total da dívida era de 792\$500, pela encadernação de 253 volumes (que custaram, cada, 2\$500) e mais outros 40 volumes (que custaram 4\$000 cada).

⁵⁵ A título de curiosidade, e pensando sobre gastos que uma biblioteca possui: Villela dos Santos anexou como comprovante de despesa no ano de 1898 um certificado no valor de 5\$000 referentes aos custos com a correspondência da biblioteca naquele ano.

⁵⁶ É possível que os gastos com encadernações sejam não somente com livros que precisavam de tais reparos, como também com a encadernação de atas e outros documentos do Instituto; nos gastos com livros devem entrar também os livros de atas e livros caixa, por exemplo.

com a manutenção que uma instituição do porte do IOAB tinha anualmente, como também revelam a respeito dos custos para manter uma biblioteca. Para o ano de 1899, o tesoureiro reserva o valor de 1:000\$000 para as encadernações - a julgar pelo que foi gasto no ano anterior, talvez este valor não tenha sido o bastante para suprir as necessidades do Instituto.

Analisar as compras de materiais para a biblioteca, é ter em mente que mesmo que o Instituto não estivesse muito bem financeiramente, eventualmente algumas obras eram compradas. Entre os comprovantes de despesas do ano de 1897 é possível encontrar 4 recibos de compras realizadas em 6 de novembro de 1897, um no valor de 150 francos e outros três no valor de 100 francos cada um. Pelo que consta nesses recibos, o pagamento ocorreu em 1898. No relatório de 1902/1903 Sá Vianna informa: “Embora não sejam grandes os nossos recursos, o Instituto tem adquirido obras não só as de mais frequente procura como as mais modernas, de modo a satisfazer da melhor maneira possível os seus fins” (Instituto..., 1904, p. 5). O relatório de 1902/1903 também menciona despesas com encadernações.

Examinar as compras e permutas é ter em mente que não somente elas são uma forma de aumentar o acervo de uma biblioteca, como são maneiras de controlar de que modo essa coleção cresce. Diferentemente das doações (que não se escolhe o que recebe, nem a quantidade), nas compras e trocas têm-se duas formas de controle: inicialmente, daquilo que constitui o acervo e daquilo que se deseja que integre esse acervo; a partir disso, a permuta, e, sobretudo, a compra, são uma forma de manifestar o desejo da própria instituição e de seus usuários, adquirindo as obras que são mais consultadas ou aquelas que a biblioteca ainda não possui, mas que almeja ter.

Ademais, cabe aqui fazer uma ponderação: muito embora não tenham sido encontradas fontes semelhantes a um livro de tombo, catálogo ou listas de inventários dentro do período ao qual a pesquisa desta dissertação corresponde (1895 - 1930), infere-se que tais instrumentos fossem utilizados na Biblioteca do Instituto. Esta hipótese fundamenta-se ao entender que para fazer aquisição por meio de compras ou realizar permutas era necessária uma listagem do que se tinha na biblioteca; conhecer o acervo era fundamental para não comprar itens em duplicata (a menos que fosse necessário).

2.3.2 Doações (1895- 1917)

No Relatório Anual de 1896, Sá Vianna, 1º secretário da Casa, comunica que “autores e editores nacionais e estrangeiros continuam a remeter obras que publicam à nossa Biblioteca” (Instituto..., 1897, p. 12). No relatório do ano seguinte, 1897, ele informa que, a princípio, a biblioteca se desenvolveu a partir de doações. Em relatórios dos anos posteriores, as menções a doações continuam, de modo que se pode inferir que essa era a principal fonte de aquisição para o acervo da Biblioteca.

É interessante notar como o próprio responsável pela Biblioteca entendeu a importância das doações para a constituição do acervo. Em uma instituição sem verbas suficientes para aquisição por meio de compras, as ofertas feitas foram fundamentais para o desenvolvimento da Biblioteca ou, até mesmo, para sua própria existência.

Após a inauguração formal da Biblioteca, as doações podem ser, quantitativamente, visualizadas da seguinte maneira:

Tabela 13 – IOAB – Doações (1896 – 1917)

Ano	Volumes	Obras
1896	62	61
1897	46	42
1898	199	115
1899	254	233
1900	26	22
1901	94	60
1902	17	16
1906	33	28
1907	92	91
1908	7	7
1909	2	2
1910	34	13
1911	2	2
1912	7	7

1913	6	6
1914	4	4
1915	1	1
1916	7	6
1917	3	3
Total:	896	719

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos indicadores das atas das sessões do IOAB.

Os dados apresentados na tabela acima mostram que não havia regularidade no movimento de doações para o acervo, sob o ponto de vista das ofertas - há anos com muitas doações e outros com poucas. Eles também informam que no período relatado o ano com maior número de doações registradas nas atas das sessões foi o de 1899 (com 233 obras, em 254 volumes) e aquele com o menor quantitativo doado foi o ano de 1915 (com 1 obra, em 1 volume). É necessário ter em mente que uma vez que uma doação é, também, um ato de benevolência - mas não somente isso -, ela ocorre de acordo com o desejo do doador, e não conforme a vontade do recebedor (no caso, o Instituto).

Ainda que os registros de doações nas atas das reuniões tenham diminuído, isso não significou que as ofertas o foram. No ano de 1897, por exemplo, foram doados, pela Secretaria do Ministério da Justiça e pelas Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo, 517 volumes; o dr. Bento Coelho de Almeida, no mesmo ano, fez uma doação de 136 volumes do *Journal des Économistes* (Instituto..., 1898). Isto é, não há uniformidade no registro das doações recebidas; ora elas são mencionadas nas atas das sessões, ora nos relatórios (ou mesmo em ambos).

No que concerne às tipologias documentais doadas, elas continuam as mesmas, exceto por uma pequena diferença: foram doados alguns objetos. Em 1897 foram doados quadros para a Biblioteca, e em 1916 uma foto de Teixeira de Freitas também foi doada. Essas ofertas podem denotar que, para além da salvaguarda de documentos comuns (livros, periódicos, relatórios, etc.), a Biblioteca também foi escolhida como um local de exposição. De certa maneira, a biblioteca seria uma *vitrine institucional*⁵⁷. Ambientar objetos na biblioteca e pensá-la como vitrine é entendê-la também como espaço de sociabilidade.

⁵⁷ Inclusive, alguns eventos e reuniões eram realizados em seu salão.

A seguir, podem ser verificadas as doações ao longo dos anos:

Tabela 14 – IOAB: Tipologias (1896 – 1900)

Tipologias	1896	1897	1898	1899	1900
Col. de Leis	---	1	---	39	---
Discursos	3	---	6	7	---
Literatura Cinzenta	6	29	20	104	---
Materiais de Referência	1	---	2	---	---
Monografias	41	5	58	39	15
Periódicos	8	4	12	32	2
Não identificados	5	1	17	10	5
Objetos	---	2	---	---	---
Total anual:	64	42	115	231	22

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos indicadores das atas das sessões do IOAB.

Tabela 15 – IOAB: Tipologias (1901 – 1910)

Tipologias	1901	1902	1906	1907	1908	1909	1910
Col. de Leis	7	---	---	---	---	---	8
Literatura Cinzenta	16	2	1	12	2	2	1
Monografias	30	7	17	17	3	---	4
Periódicos	7	1	4	55	---	---	---
Não identificados	---	6	6	5	---	---	---
Total anual:	60	16	28	84	5	2	13

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos indicadores das atas das sessões do IOAB.

Tabela 16 - IOAB: Tipologias (1911 – 1917)

Tipologias	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917
Col. de Leis	---	---	---	---	---	---	1
Literatura Cinzenta	---	2	3	2	1	1	1
Monografias	2	3	1	2	---	2	---
Periódicos	---	---	2	---	---	1	1
Não identificados	---	---	---	---	---	1	---
Objetos	---	---	---	---	---	1	---
Total anual:	2	5	6	4	1	6	3

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos indicadores das atas das sessões do IOAB.

De acordo com as fontes analisadas⁵⁸, a década de 1890 (após a inauguração da Biblioteca, entre 1896 e 1900) corresponde ao período que recebeu o maior número de doações registradas em atas (totalizando 474 obras), seguida pela década de 1900 (com 278) e a década de 1910 (com 27). Em relação à diminuição no registro das doações em atas, deve ser observado que nesse mesmo período (entre 1896 e 1917) não houve qualquer convocação (durante as reuniões) para que os membros contribuíssem para a bibliotecas com doações, como acontecera em outras oportunidades - o que torna ainda mais espontânea a oferta de materiais para compor o acervo.

É possível que os membros mais assíduos estivessem a par da situação financeira do Instituto, e os frequentadores da Biblioteca conhecessem minimamente a situação de seu acervo. Ainda assim, as doações relatadas em atas diminuíram ao longo dos anos.

Em relação às tipologias doadas, monografias (livros e folhetos), periódicos e literatura cinzenta seguiram como os documentos em maior quantidade ofertada - assim como ocorreu durante o Império. Pela ausência de catálogo dessa época, é difícil classificar a temática das monografias doadas para o acervo. Todavia, nota-se que elas aparecem em português (150), espanhol (41), francês (14), italiano (5), inglês (4), e em algumas delas o idioma não foi identificado⁵⁹ (21).

No que concerne aos periódicos, a maioria deles era em português (89), mas também havia alguns em espanhol (26) e italiano (2). Em termos quantitativos, eles podem ser visualizados assim:

Tabela 17 – IOAB: Listagem de periódicos (1896-1917)

Periódico	Quantidade
Revista do Instituto dos Advogados do Ceará	3
Revista do Instituto Médico Legal	1
Revista do Inst. Hist. e Geo. de São Paulo	6
Revista da Sociedade Antropológica Criminal	1
Gazeta Postal	1

⁵⁸ Não foram localizados livros de atas referentes aos anos de 1903, 1904 e 1905. Por este motivo, esses anos não entraram na contabilização do acervo doado.

⁵⁹ Nas monografias cujos idiomas não foram identificados, isso se deu pela forma como seu registro aparece em ata - "obra(s) do autor x", "livro(s)", "folheto(s)", dentre outras formas.

Relação da Autoridade	2
Revista dos Tribunais (Bahia)	2
Revista de Jurisprudência (Rio)	1
Revista da Sociedade de Medicina e Cirurgia	3
Semis (Venezuela)	1
Revista Trimestral do Inst. Hist. e Geo. da Bahia	5
A Lavoura: boletim da Sociedade Nacional de Agricultura Brasileira	2
Revista dos Advogados de São Paulo	1
El Derecho	3
Revista de los Tribunales	1
Gazeta dos Advogados de Lisboa	1
Revista Mensal das decisões proferidas pela Relação da Corte	5
Boletim Estenográfico	2
Revista de Polícia	1
Revista internacional	1
Semana Médica	1
Revista Judicial	1
Revista de Direito Internacional (Madrid)	1
Direito, História e Literatura	4
Revista dos Tribunais	2
Revista Universale de Giurisprudenza e Dottrina	2
Revista dos Tribunais do Chile	2
Revista de Doutrina e Jurisprudência	1
Revista Jurídica	1
Gazeta Jurídica (São Paulo)	4
Fórum (Minas Gerais)	1
Almanaque da Paraíba do Norte	1
Brasil Moderno	2
La Mujer	2
Brasil Médico	1
Diário Judicial (Peru)	3
Boletim da Intendência Municipal.	9

A Escola	1
Revista Geral dos Trabalhos	1
Revistas de Direito e Jurisprudência do Chile	2
Revista de Direito (Lisboa)	5
Revista de Tribunales (Chile)	1
La Revista de Derecho, Jurisprudencia y Administracion (Montevideo)	6
Revista Universitaria - Organo de La Universidad S. Marcos (Lima)	1
Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife	1
Boletim mensal de estatística demográfica sanitária do Rio de Janeiro	6
O direito	2
Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina da Bahia	1
Revista Forense (Belo Horizonte)	2
Boletim de Propriedade Industrial - Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas	6
Boletim Policial	2
A juridicidade (revista de direito)	1
Revista médico-cirúrgica do Brasil	3
Revista di Diritto Commerciale Italiana"	1
Boletim Industrial	1
Revista de la Universidad de Lima	1
S. Paulo Judiciário - Revista do Tribunal de Justiça: doutrina e jurisprudência	1
Revista Médico-Cirúrgica de São Paulo	2
Diário Oficial do Amazonas	2
Revista de Derecho y Legislación [Venezuela]	1
Revista Inter-americana	1
Total:	132

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos indicadores das atas das sessões do IOAB.

A maior parte dos periódicos pode ser classificada como *periódicos temáticos* (87), há também os *periódicos de agremiações ou instituições* (30), *periódicos de tribunais e decisões* (14), *periódicos universitários* (4) - metade deles de universidades brasileiras, outra metade de universidades peruanas -, *periódicos da*

classe dos advogados (2) - um brasileiro e outro português - e aqueles *periódicos gerais* (15).

Alguns periódicos somaram aos números já existentes na Biblioteca: *O Direito*, *Revista Mensal das decisões proferidas pela Relação da Corte* e a *Revista de Jurisprudência*⁶⁰.

Por sua vez, em se tratando da literatura cinzenta doada, é interessante ter em mente a multiplicidade de itens que podem compor essa tipologia documental (anais, relatórios, teses e dissertações, etc.). A presença desses materiais reforça a ideia de que a Biblioteca é mais que um lugar para acondicionamento de livros e periódicos, ela também pode ser aquela que guarda (e dá acesso) a outros suportes de informação - desde que seja de interesse da instituição e de seus usuários.

Nesse sentido, as doações de literatura cinzenta entre 1896 e 1917 podem ser assim visualizadas:

Tabela 18 – IOAB: Literatura cinzenta (1896-1917)

Tipologia Documental	Obras
Anais	91
Atas	3
Decisões Judiciais e Jurisprudência	5
Estatutos e Regimentos Institucionais	39
Mensagens	20
Outros Materiais	6
Projetos	7
Regimentos e Regulamentos Judiciais	4
Regulamentos e Instruções Diversos	7
Regulamentos e Instruções para Impostos e Serviços	5
Relatórios	59
Teses e Dissertações	1
Total:	247

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos indicadores das atas das sessões do IOAB.

⁶⁰ Esses foram aqueles que mantiveram seus títulos (ou bem próximo disso) e, desta forma, puderam ser localizados nas novas doações de modo a serem contabilizados para coleções já existentes.

Como se observa na tabela acima, os *anais* foram a tipologia com maior número de doações, prevalecendo entre eles os anais legislativos. Em seguida têm-se os *relatórios* (institucionais, ministeriais ou de secretarias, provinciais, etc.). A terceira tipologia mais doada entre a literatura cinzenta foi *estatutos e regimentos institucionais* - que pode denotar uma vontade de outras instituições se fazerem conhecer pelo IOAB, mostrarem quais os seus propósitos e tentarem estabelecer relações interinstitucionais.

Nota-se no decorrer desses 21 anos, entre 1896 e 1917, que as doações para o aumento do acervo da Biblioteca vão além da quantidade de itens ofertados e das diferentes tipologias documentais. Como já apontado, uma doação é mais que uma ação benevolente, é também uma maneira de ser reconhecido por tal ato e, assim, estabelecer vínculos.

Portanto, duas coisas podem ser verificadas nas entrelinhas das ofertas: primeiro, com o aumento do número de sócios, infere-se que aumentaram também suas doações, mesmo que as atas não explicitem isso - deve-se considerar que a própria ampliação do quadro de associados revela crescimento do prestígio do IOAB; segundo, as doações de instituições congêneres mostram que a rede de conexões do instituto se ampliou ao longo do tempo, tanto nacional, como internacionalmente.

Ademais, há um outro ponto sobre doações que deve ser considerado: as ofertas de coleções pessoais. A Biblioteca não recebeu muitas doações desse tipo, mas a título de exemplo para o período proposto neste capítulo pode ser citada uma que consta no relatório anual referente ao ano de 1910. De acordo com o bibliotecário da época, “a Exma. Sra. viúva do dr. Augusto Álvares de Azevedo se dignou a ofertar grande número de obras pertencentes ao seu finado marido, que foi por vários anos Presidente do Instituto” (Instituto..., 1912, p. 471).

Tal questão é válida de ponderação, pois na visão de Beffa e Napoleone (2018, p. 90)

A doação de uma coleção traz a possibilidade de completar, enriquecer e atualizar o acervo ou um determinado assunto: é possível receber obras esgotadas, raras e especiais, em melhor estado de conservação do que a já existente no acervo. Ou ainda para aumentar o número de exemplares para melhor atender a demanda de consulta ou empréstimo.

É claro que as coleções pessoais carregam consigo parte da identidade de seus possuidores, e a leva para seu novo local de acondicionamento. No entanto,

deve-se reconhecer os benefícios apontados por Beffa e Napoleone (2018). Além disso, considerando o exemplo de doação acima, uma coleção pessoal pode ter agregado valor cultural e simbólico ao acervo da Biblioteca do IOAB - inclusive podendo ter atraído mais usuários interessados nessas obras.

O que se pretende reforçar é que as doações são preciosas fontes de aquisição para uma biblioteca. E quando se fala em uma agremiação com dificuldades financeiras e poucos recursos para sua biblioteca, elas se tornaram ainda mais relevantes; possibilitaram a sobrevivência de um espaço de disseminação da informação, aumentando o acervo disponível para os usuários.

2.3.3 Organização do acervo (1896 - 1917)

Pensar na organização do acervo de uma biblioteca é reconhecer a necessidade de ferramentas que permitam a execução de tal atividade. Neste sentido, instrumentos como livros de tombo, listas de inventários e catálogos auxiliam nesse processo.

Como supramencionado ao longo deste trabalho, para esta pesquisa não foram localizados instrumentos como os citados dentro do período proposto para ela (1895 a 1930). Entretanto, isso não quer dizer que eles não existiram, mas sim, que talvez não tenham resistido à ação do tempo.

Isto posto, é preciso considerar que a biblioteca especializada conta com um acervo bastante diverso em relação aos suportes informacionais (Miranda, 2017). Portanto, instrumentos de controle e conhecimento do acervo se tornam imprescindíveis para a administração de uma biblioteca.

Não se sabe ao certo quando foi organizado o primeiro catálogo da Biblioteca do Instituto ou quando ele começou a ser confeccionado. Todavia, as fontes verificadas dão pistas sobre sua formulação (ou as tentativas nesse sentido). No relatório anual de 1897, Sá Vianna informa falta de tempo para a elaboração de um catálogo alfabético⁶¹. No ano seguinte, ele comunica sobre a organização de um catálogo alfabético de autores, que será impresso e servirá para a catalogação decimal.

⁶¹ Ele também relata falta de tempo para concluir estatísticas sobre a biblioteca, mas não dá detalhes a respeito.

É possível que Sá Vianna se referisse à *Classificação Decimal de Dewey*. Desenvolvida pelo estadunidense Melvil Dewey em 1876, sua primeira edição recebeu o nome de *Classification and Subject Index for Cataloguing and Arranging the Books and Pamphlets of a Library*; a edição seguinte, foi publicada em 1885 com o título de *Decimal Classification and Relative Index*. Tratava-se de uma catalogação denominada (hoje) como *temática*: não se tratava somente de estabelecer uma ordem alfabética de autores ou títulos, mas de saber que os documentos têm assuntos, temas, que devem ser classificados para que isso facilite a organização e a localização da informação.

No que concerne à catalogação chamada (hoje) de *descritiva* - aquela que, como o nome sugere, descreve as características físicas de um material, mas também suas características de produção e etc. - umas das possibilidades é a catalogação proposta por Antônio Panizzi, bibliotecário anglo-italiano.

A forte influência francesa na cultura brasileira também deve ser considerada. Nesse sentido, uma outra possibilidade de catalogação para a Biblioteca do Instituto poderia ser aquela proposta por Jacques Charles Brunet⁶², composta de cinco classes temáticas (Teologia, Jurisprudência, Ciências e Artes, Belas Letras, História) (Pedrão, 2017).

No decorrer dos anos subsequentes o trabalho de confecção do catálogo da Biblioteca continuou. Em 1899 Sá Vianna informa: “está quase concluído o catálogo por ordem alfabética, organizado sob minhas vistas, pelo oficial encarregado da biblioteca, Sr. Paulino de Freitas Guimarães, cujo zelo e inteligência até hoje são dignos de elogios” (Instituto..., 1900, p. 13). No relatório anual de 1902/1903, ele comenta que “depois de longo e paciente trabalho do zeloso oficial da nossa Biblioteca, Sr. Raul de Andrade, foi possível fazer um novo catálogo dos livros que a Biblioteca possui, o que vem a facilitar grandemente o serviço de procura e consulta” (Instituto, 1904, p. 13). Por sua vez, o relatório referente ao ano de 1910 comunica que “ficou concluído o catálogo da biblioteca, iniciado pelo Exmo. Sr. Dr. Prudente de Moraes Filho, quando 1º Secretário, tendo prestado importante concurso para a sua terminação o ilustre consócio, Sr. Dr. Antônio Bezerra” (Instituto..., 1912, p. 13).

Pode-se inferir duas coisas sobre os apontamentos dos relatórios a respeito da elaboração de um catálogo para a biblioteca. A primeira: houve um catálogo na

⁶² O *Manuel du libraire et de l'amateur des livres*, obra sua, foi publicado em 1810.

Biblioteca (mesmo que tenha sido para uso interno⁶³). A segunda: é pouco provável que mais de um catálogo tenha sido confeccionado desde o início (ignorando o trabalho de outros sócios e funcionários), de forma que seja mais plausível que catálogos subsequentes tenham sido uma atualização de uma ferramenta já existente e menos uma construção sem base alguma (como mencionam os relatórios referente aos anos 1902/1903 e 1910).

Há uma outra questão no que concerne a organização de um acervo: a criação de *coleções especiais*. Uma coleção especial é aquela parcela do acervo de uma biblioteca significativo o bastante para a instituição, de modo que sua preservação para as gerações vindouras se apresente como uma necessidade. Em geral, tal coleção é composta por itens com algum nível de raridade, unicidade e/ou fragilidade, ou ainda com relevante valor cultural. Esse tipo de acervo pode ser adquirido pela biblioteca com uma delimitação, ou mesmo ser criada artificialmente (University of Glasgow, [2012?]). Quando uma instituição possui diferentes coleções especiais, a este conjunto denomina-se *acervo especial* (Pinheiro, 2015, grifo nosso).

Cabe salientar que as coleções especiais de uma instituição são formadas de acordo com sua necessidade, propondo-se atender às demandas informacionais de seus usuários, e também suas próprias necessidades de preservação de um dado conjunto documental. Ao constituir uma coleção especial, cada biblioteca, de acordo com suas próprias características, adquire, ou seleciona de seu próprio acervo, determinados materiais que acredita serem pertinentes para seus usuários, assim como para a própria instituição.

Muito embora esse seja um conceito relativamente recente, a Biblioteca do Instituto o aplicava praticamente desde sua abertura. Em 1896, Sá Vianna informou sobre a criação de uma *seção especial* para abrigar os trabalhos de Universidades e Academias; uma parte do acervo da Biblioteca que se dedicaria a coleccionar essa ordem de materiais. Sobre este assunto, o *Jornal do Commercio* de 9 de fevereiro de 1897 noticia:

O Instituto dos Advogados Brasileiros acaba de enriquecer sua biblioteca com 18 preciosos volumes dos Anais das Universidades de Buenos Aires e Montevideo. Possuindo a Biblioteca os Anais das Universidades de

⁶³ Não fica claro se o catálogo da biblioteca era para uso interno ou se foi publicado e distribuído entre outras bibliotecas. A primeira hipótese é mais aceitável, tendo em vista que não foi localizado instrumento semelhante dentro do recorte temporal da pesquisa.

Barcelona e Coimbra, vai o Instituto criar uma seção especial para publicações universitárias, e para auxiliar a corporação nesse desideratum, o Sr, Ministro do Interior, Dr. Amaro Cavalcanti, oficiou às Faculdades de Direito de S. Paulo e Recife ordenando a remessa de coleções de revistas, memoriais históricos e teses (*Jornal do Commercio*, 1897, p. 2).

Sá Vianna comunicou também, no relatório anual de 1897, sobre uma seção de legislação - que, pelo relatório, tratava-se de uma coleção de legislação estadual.

Refletir a respeito da criação de coleções especiais pode ir além de uma questão de organização do acervo; em certa medida, trata-se também de ter esmero com o acervo que se constitui (ou se pretende constituir). Em outras palavras, pode se tratar de destacar determinados documentos para que sua importância seja exaltada.

Quando foi criada uma seção para trabalhos de Universidades e Academias, por exemplo, pode ter sido uma maneira de dar importância aos trabalhos recebidos de bom grado como doações, ao mesmo tempo em que mostrava a relevância das relações interinstitucionais estabelecidas ao longo dos anos. Como já comentado em outra oportunidade, uma doação nunca era somente um ato de benemerência, era também o estabelecimento de um vínculo entre o doador e o Instituto. Essa questão de relações entre instituições congêneres fica clara quando em 30 de agosto de 1917, o secretário do Instituto menciona em reunião sobre a intenção que o Collegio de Abogados de Buenos Aires tem de criar uma seção de Direito Brasileiro, de modo que pediu ao IAOB para que lhe enviasse algumas obras.

Criar uma seção como essa, e chamá-la de *especial*, portanto, é mostrar para as organizações parceiras que suas doações eram valiosas para o acervo do Instituto - e, conseqüentemente, incentivava outras ofertas.

Em suma, criar coleções especiais é entender que determinados documentos merecem destaque no acervo (seja qual for o critério adotado). Ponderar sobre uma coleção especial como parte da organização de um acervo, é ter em mente que esses documentos considerados valiosos pela agremiação poderiam receber uma outra maneira de acondicionamento, um lugar de destaque no acervo, ou mesmo uma forma de catalogação mais detalhada, etc.

2.4 Os responsáveis pela biblioteca (1895 - 1917)

Entre os anos de 1893 e 1917 o IOAB realizou quatro reformas em seus estatutos. Entre a redação dos dois primeiros, de 1893 e 1899, e dos seguintes, de 1910 e 1917 há pouca diferença; seus objetivos relacionados ao estudo do Direito e a assistência judiciária⁶⁴ permanecem os mesmos, com o acréscimo de um outro: a *defesa do interesse da classe dos advogados*. Para atingi-los, manter uma biblioteca ainda estava nos planos da agremiação, ainda que ela não tivesse definido quaisquer diretrizes para esse espaço.

Os três primeiros estatutos promulgados já na vigência do regime republicano também mantêm a estrutura da direção do Instituto (em geral: presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, 1º e 2º oradores e tesoureiro; as modificações estatutárias são relacionadas a quantidades de secretários, vice-presidentes e oradores e seus suplentes). Eles também conservam as obrigações do 1º secretário como o responsável da Biblioteca. O diferencial veio com o estatuto de 1917, no qual passa a compor a diretoria da Casa um *bibliotecário*.

No decorrer dos anos entre 1896 e 1917, as fontes examinadas informaram⁶⁵ que esses foram os responsáveis pela biblioteca:

Quadro 3 – IOAB: Responsáveis pela Biblioteca (1896-1917)

Ano	Equipe
1896	Dr. Manoel Álvaro de Souza Sá Vianna (1º Secretário)
1897 - 1901	Dr. Manoel Álvaro de Souza Sá Vianna (1º Secretário) Paulino de Freitas Guimarães (Oficial da Biblioteca)
1902 - 1904	Dr. Manoel Álvaro de Souza Sá Vianna (1º Secretário) Raul de Andrade (Oficial da Biblioteca)
1906	Dr. Manoel Álvaro de Souza Sá Vianna (1º Secretário) Joaquim de Freitas Brandão (Oficial da Biblioteca)
1908	Dr. Alfredo Bernardes da Silva (1º Secretário) Joaquim de Freitas Brandão (Oficial da Biblioteca)

⁶⁴ Propósitos que persistiam desde os estatutos de 1883.

⁶⁵ Foram priorizadas as fontes produzidas pelo Instituto: em primeiro lugar as atas das sessões, seguidas pelos relatórios. Na ausência de informações nessas fontes, optou-se por utilizar as informações contidas no *Almanak Laemmert*. No entanto, ressalta-se que, quando havia informações nas fontes institucionais quanto na fonte periódica, em alguns casos elas eram conflitantes; por isso a preferência pelas fontes institucionais.

1909	Dr. Prudente José de Moraes Barros Filho (1º Secretário) Joaquim de Freitas Brandão (Oficial da Biblioteca)
1910	Dr. Antônio Moitinho Doria (1º Secretário)
1911	Dr. Antônio Moitinho Doria (1º Secretário)
1913	Dr. Theodoro Magalhães (1º Secretário)
1914	Dr. Justo Mendes de Moraes (1º Secretário)
1915 - 1917	Dr. H. Pimentel Duarte (1º Secretário)
1917	Dr. Taciano Basílio (Bibliotecário)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos indicadores dos Relatórios Institucionais e informações do Almanak Laemmert.

Danner (1999, p. 212) explica que as organizações criam bibliotecas para permitir que sua comunidade supra suas necessidades informacionais; e “para cumprir esse papel, bibliotecas performam suas atividades centrais de aquisição, organização e preservação da informação”. Quem, porém, é o responsável por executar essas atividades? O bibliotecário.

A partir de 1897 os responsáveis pela biblioteca passaram a ser denominados bibliotecários, mesmo que, oficialmente, o cargo ainda não tivesse sido instituído. Como entre este período e inícios da década de 1917, eles também desempenhavam as funções de diretor da secretaria institucional, e uma de suas funções era, justamente, aumentar e zelar pela biblioteca, é possível que por esse motivo eles também passassem a serem designados como bibliotecário.

Em se tratando de bibliotecas especializadas, uma de suas características é a presença de bibliotecários com conhecimento na área do acervo (Miranda, 2017). Nesse sentido, como todos os bibliotecários neste período eram formados em direito - já que eram membros do Instituto -, obviamente eles tinham conhecimento sobre a literatura da área e, possivelmente, do que seria necessário ou conveniente adquirir para a biblioteca, quando houvesse tal oportunidade. Nesse momento, a expertise e o domínio que a formação lhes deu pode ter sido uma vantagem quando falamos do que, hoje, entendemos como formação e desenvolvimento de coleções (aquisição, descarte, etc).

Por outro lado, é interessante ter em mente que a criação do cargo de bibliotecário e sua inserção na diretoria da Casa ocorrem bem próximos ao início das atividades do curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, que começou no ano

de 1915. Como era um curso bem recente no Brasil, e por conta da expertise dos próprios associados (advogados, portanto, conhecedores dos materiais e assuntos jurídicos) infere-se que este tenha sido o motivo da predileção do IOAB por ter como bibliotecário alguém de seu quadro de membros.

Não obstante, desde 1897 existia institucionalmente a figura do oficial de biblioteca. Essa, por sua vez, possivelmente era uma função exercida por pessoas contratadas pelo instituto e não por um de seus membros, já que nos registros do *Almanak Laemmert* o nome dos oficiais não é precedido pela abreviação “Dr.” (como acontece com os sócios advogados que exerciam outros cargos).

Conjectura-se que este fosse um cargo importante para a Biblioteca, desempenhando funções diversas - talvez até mesmo como bibliotecário de fato. A ata da sessão de 14 de abril de 1910, por exemplo, informa que o 1º secretário, Antônio Moitinho Dória, comunica que o catálogo da Biblioteca foi finalizado, e que o sr. Joaquim de Freitas Brandão, funcionário da Biblioteca, dedicou-se muito. Assim, Dória indica: “Proponho que seja arbitrada uma gratificação ao Bibliotecário do Instituto, Joaquim de Freitas Brandão, como remuneração do grande serviço que prestou à organização do Catálogo da nossa Biblioteca” (Instituto..., 1910, sem página).

Somente quase dois meses depois, na sessão de 2 de junho de 1910, a Comissão de Polícia do IOAB, responsável por dar o parecer autorizando a gratificação, se pronunciou. De acordo com o parecer, o funcionário receberia uma gratificação no valor de trezentos mil réis (Instituto..., 1910, p. sem página).

O Instituto, portanto, valorizou sua biblioteca, seu bom funcionamento (inclusive, por exemplo, em relação à organização do acervo) e seus funcionários. Deste modo, percebe-se que “a função do bibliotecário não é, pois, acumular livros, mas, antes, escolhê-los e responder pela escolha” (Melot, 2019, p. 19). Cuidar de uma biblioteca vai além de acondicionar livros nas estantes. Antes, é necessário que o acervo salvaguardado faça sentido para aquele espaço e para os usuários, que esteja organizado para que a informação desejada seja localizada e acessada.

3 DESENVOLVENDO A BIBLIOTECA DOS BACHARÉIS: É PRECISO UM BIBLIOTECÁRIO (1918 – 1930)

O período correspondente ao da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), foi, no Brasil, um momento de crise agrário-exportadora, aumento da imigração (após a Guerra) e de desenvolvimento urbano, além do crescimento do número de funcionários públicos (Schwarcz; Starling, 2018).

Assim como já ocorrera durante o Segundo Reinado, entre o final da década de 1910 e o início da de 1930, o IOAB desempenhou o papel de órgão consultor do governo republicano e de algumas instituições públicas. Alguns exemplos do envolvimento do Instituto com a prestação de consultoria foram: a reforma do Código Civil, em 1917; e sua participação na revisão constitucional, em 1924. Além disso, “o Instituto também foi instado a opinar sobre dois outros temas que mobilizavam determinados setores da opinião pública: o divórcio e a pena de morte” (História..., 2003c, p. 117).

Progressivamente a Casa de Montezuma, aproximou-se do governo republicano, sendo elevada à organização de utilidade pública. O Decreto n. 4.753-A, de 28 de novembro de 1923, “Considera de utilidade pública o Instituto da ordem dos Advogados Brasileiros, com sede nesta Capital [Federal]” (Brasil, 1923). Ao reputar a agremiação como de utilidade pública, o governo republicano – cujo presidente, na época, era Artur Bernardes (1875 – 1955) -, mostrou não apenas a importância do IOAB para a sociedade (não seja esquecido, o serviço de defesa dos réus mais pobres, que constava em seus estatutos desde 1843), como foi o reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela entidade, fortalecendo as boas relações que a associação mantinha com o regime⁶⁶.

Ainda nesse mesmo contexto, poucos anos mais tarde, em 1926, o Instituto seria agraciado com duas salas no Palácio da Justiça, designadas pelo presidente da Corte de Apelação. Seu regulamento foi redigido e aprovado em dezembro de 1926; de acordo com ele uma das salas, no térreo, era uma espécie de sala de trabalho e estudos, a outra, no 4º andar, embora fosse destinada aos dos membros do IOAB, poderia ser franqueada ao uso dos advogados que frequentavam o foro (independentemente de sua associação com o Instituto) (Boletim..., 1929a). O

⁶⁶ Não foi possível verificar, no entanto, se esse título também significava que o Instituto receberia algum auxílio financeiro.

interessante nessa cessão de salas, é que ela mostra a boa relação que o Instituto mantinha também com as instituições de Justiça, como a Corte de Apelação.

É válido ressaltar que desde sua criação o IOAB não costumava emitir opiniões de natureza política, muito menos sobre assuntos de interesse privado (História..., 2003c) – seus membros, no entanto, enquanto indivíduos, poderiam fazê-lo. Esse fato é curioso para pensar em certa conveniência de tal cláusula estatutária. Por exemplo, Artur Bernardes, que governou entre os anos de 1922 e 1926, e em cujo governo o IOAB recebeu o “título” de utilidade pública, “[...] governou em meio a uma situação difícil, recorrendo a seguidas decretações de estado de sítio. Extremamente impopular nas áreas urbanas, especialmente do Rio de Janeiro, lançou-se a uma dura repressão para os padrões da época” (Fausto, 2001, p. 176). Ainda assim, as ações estabelecidas por Bernardes não foram o bastante para garantir estabilidade política à nação (História..., 2003c). Logo, nota-se que as circunstâncias políticas marcadas por sucessivas crises, afetaram a consolidação do regime republicano.

O que se pretende observar é que mesmo estando sob conjunturas políticas pouco amigáveis, como o do governo de Artur Bernardes, o Instituto não ousou pronunciar-se a respeito. Em abril de 1923, durante a sessão do dia 19, Gomes Carneiro (1882 – 1962) propôs que o Instituto suspendesse seus trabalhos enquanto durasse o estado de sítio. No entanto, tendo em vista a proibição estatutária de tal manifestação, ela foi rejeitada – muito embora esse mesmo membro, na sessão seguinte, em 26 de abril, tenha retomado o assunto (História..., 2003c).

Foi nesse cenário de crise política que foram realizadas duas reformas estatutárias do Instituto, a primeira em 1917 e a segunda em 1928⁶⁷. De uma maneira geral, nelas foram mantidos os propósitos da agremiação (estudo do Direito, assistência judiciária e a defesa dos interesses da classe dos advogados); no que concerne à biblioteca, também foram feitas pequenas alterações interessantes – que serão comentadas mais adiante. Na reforma de 1928 foi acrescentada uma nova finalidade: a difusão da cultura jurídica no país. Desta forma, “[...] foram previstas a convocação de um congresso jurídico a se realizar em 1930, em comemoração ao centenário do Código Criminal do Império, e a organização de uma série de cursos de ‘alta cultura jurídica’” (História..., 2003c, p. 123).

⁶⁷ Sua publicação em formato de livreto ocorreu em 1931.

O primeiro dos cursos foi ministrado por Clovis Bevilacqua; ao dele seguiram cursos de Sá Freire, Afrânio Peixoto e Ernesto Leme (História..., 2003c).

Outra iniciativa nesse mesmo sentido foi a das *Palestras Bibliográficas* que consistiram em uma série de conferências sobre as mais variadas temáticas do Direito e seus autores.

Quadro 4 - IOAB: Palestras bibliográficas (1928 - 1930)

Tema/Título	Palestrante
Obras do dr. Rodrigo Octávio que figuravam no acervo da Biblioteca	Levi Carneiro
Renovação do Direito Internacional (conferências do antigo presidente da Escola Naval de Guerra)	Levi Carneiro
Direito Penal	Astolpho Resende
Lei italiana de segurança pública	Castro Nunes
Lei cambiária polonesa	Magarinos Torres
Revistas Jurídicas	Levi Carneiro
Afonso Dyonísio da Gama	Abelardo Lobo Milcíades de Sá Freire Levi Carneiro
"Le standard juridique"	Moitinho Doria
Constituições modernas; José Bonifácio	Levi Carneiro

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos indicadores dos Relatórios Institucionais.

A título de exemplo, o dr. Levi Carneiro (1882 – 1971) proferiu uma palestra em 13 de junho de 1929 sobre as *Revistas Jurídicas*, em especial aquelas que eram publicadas no Brasil. Durante sua exposição, Carneiro citou diversas revistas publicadas na Capital Federal, Rio de Janeiro, e em diversos estados, como Ceará, Sergipe, Paraná, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Levi Carneiro também mencionou a falta de produção deste tipo por parte dos estados brasileiros. Ele ainda comentou sobre a ausência de vários títulos na Biblioteca do Instituto, e que ele mesmo possui poucas que lhe foram dadas por alguns editores. Segundo Carneiro, sua intenção foi também instigar que os editores das diversas revistas citadas remetesse números de suas publicações ao Instituto.

No exemplo citado acima, é importante estar atento ao que, de certa maneira, está nas entrelinhas. Carneiro, ao falar sobre as *Revistas Jurídicas*, pode-se supor que ele quis abordar sobre sua importância para a prática profissional e também

para o estudo do direito. Os periódicos eram (e ainda são) uma forma rápida de atualização do conhecimento e de compartilhamento desse mesmo conhecimento. No caso de revistas com temas específicos, como as que Carneiro e referiu, elas poderiam ser uma maneira de advogados – mas também outras categorias de profissionais da justiça - compartilharem sobre suas práticas (os casos nos quais trabalharam), assim como uma forma desses mesmos profissionais desenvolverem textos sobre os assuntos que se debruçavam dentro do Direito. Em outras palavras, os periódicos permitiam que diferentes pessoas expusessem suas opiniões, seus temas de estudo, seus modos de praticar/exercer a profissão, ao mesmo tempo em que divulgava a produção de conhecimento jurídico pelo país.

Vale salientar que a ideia de difusão da cultura jurídica esteve presente, inclusive, nos acordos firmados com sociedades de rádio pretendendo a transmissão de palestras sobre temáticas do Direito (História., 2003c). Assim, percebe-se que o Instituto procurou executar atividades que estivessem de acordo com esse propósito acrescido ao estatuto de 1928.

Além das *Palestras Bibliográficas* o IOAB organizou uma série de *Conferências Públicas* no ano de 1929. Essas apresentações versaram sobre diversas temáticas do Direito, inclusive fazendo conexões com a medicina e a psicanálise. Observe-se:

Quadro 5 – IOAB: Conferências Públicas (1929)

Conferência	Conferencista	Data
Conferência Inaugural - O Direito Subjetivo	Clóvis Bevilacqua	25/05
Contratos Coletivos de Trabalho	Sá Freire	08/06
Os novos Códigos penais dos Soviets Russos e dos Espanhóis	Evaristo de Moraes	15/06
Responsabilidade por dano ao estrangeiro	Raul Fernandes	22/06
As novas diretrizes do pensamento jurídico	José Antônio Nogueira	13/07
O projeto de reforma do Código Penal brasileiro	Virgílio de Sá Pereira	20/07
Organização penitenciária do estado de Minas Gerais	F. Mendes Pimentel	27/07
Conceito e extensão do Direito Internacional Privado	Rodrigo Octavio	10/08
A justiça penal em face do moderno conceito do delinquente	Edgard Costa	17/08
Em torno da Constituição de 91	Ernesto Leme	24/08
Novas tendências do Direito Público do estado de Minas Gerais	Francisco Campos	31/08
O fascismo e a economia política	Cardoso de Mello Neto	14/09
O Direito da Família na legislação soviética	Vicente Rao	21/09
Os novos rumos da Medicina Pública	Afrânio Peixoto Leonídio Ribeiro	28/09
O Código Penal à luz da físico-patologia forense	Alcântara Machado	Palestras proferidas em dias seguidos, mas sem menção de datas
Segredo profissional	Flamínio Favero	
O perito médico e a questão da responsabilidade	Pacheco e Silva	
O problema médico-legal das toxicomanias	Pedro Pernambuco	
Repressão do aborto criminoso	Prof. Fernando Magalhães	
Da loucura raciocinante	Prof. Faustino Esposel	
Direito à autopsia	Leonídio Ribeiro	
Delito de Contaminação	Oscar Fontenelle	
Do exame psiquiátrico dos delinquentes	Heitor Carrilho	
Exame antinupcial	Astolpho Rezende	
Contribuição da psicanálise ao Direito	J. Porto Carrero	
Conferência de encerramento	Prof. Afrânio Peixoto	
Problemas de sociedades anônimas	J. X. Carvalho de Mendonça	19/10
Estrutura da obrigação civil em sua essência e conteúdo	Alfredo Bernardes	26/10
Crime internacional; guerra de agressão	Carvalho Mourão	16/11
Conferência de Encerramento	Levi Carneiro	23/11

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos indicadores dos Relatórios Institucionais.

A julgar pelas atividades como as *Palestras Bibliográficas* e as *Conferências* realizadas pelo IOAB, é possível conjecturar que havia um interesse institucional com a consecução dessas iniciativas, que ultrapassavam a mera difusão da cultura jurídica. Talvez se pretendesse polir a imagem da classe dos advogados ao mesmo tempo em que seus interesses eram defendidos (outro propósito estatutário).

Por meio da análise dos estatutos do IOAB pôde-se observar que ele foi, aos poucos, transformando-se em uma entidade que congregava advogados, lutando por seus interesses, mas que, na verdade, era uma agremiação que presava pela cultura jurídica e sua divulgação. Em outros termos, desde seu primeiro estatuto, no decorrer de sua trajetória o Instituto foi deixando de efetivamente almejar ser um órgão regulamentador do exercício profissional, para ser uma instituição cultural jurídica – e isso fica claro nas redações de seus estatutos o longo do tempo. Desta forma, ter acrescentado um compromisso com difusão da cultura jurídica aos seus estatutos foi a consolidação de uma prática que, possivelmente, já vinha ocorrendo na Casa – mesmo que houvesse o desejo de se tornar entidade de classe.

Logo, mesmo que em algum momento de sua trajetória institucional o IOAB tenha se pretendido um órgão regulamentador da classe dos advogados, nota-se que no decorrer dos anos, e com as reformas estatutárias, ele foi firmando-se como uma instituição cultural jurídica. Isto é, progressivamente a Casa de Montezuma foi se firmando como um órgão consagrado ao estudo do Direito e disseminação da cultura jurídica.

3.1 A Biblioteca do IOAB e seus usuários (1918 – 1930)

Ao comentar sobre a criação de bibliotecas no Brasil da Primeira República, Gomes (1983, p.16) elucida que “[...] a educação é apontada como fator que mais tem implicações com bibliotecas”. Ainda de acordo com a autora, isso ocorre porque as bibliotecas só representam algo, seus serviços só possuem demandas, para uma população que tem instrução (Gomes, 1983). Em outras palavras, pode-se ponderar que a presença de uma população letrada influi diretamente não apenas na criação de bibliotecas, como também em sua manutenção e no aprimoramento de seus serviços; bibliotecas só são acessadas por aqueles que conseguem usufruir dos materiais e serviços que elas dispõem.

Nesse sentido, pode-se refletir sobre como acesso à educação e frequência à biblioteca e são indissociáveis. De acordo com Shera (1976 *apud* Gomes, 1983) altos índices de analfabetismo e ausência de bibliotecas estão diretamente relacionados. Pode-se ponderar ainda que o acesso à educação pressupõe o uso de materiais de leitura (sejam eles livros, periódicos, dentre outros); a educação cria uma consciência da necessidade de espaços de leitura e salvaguarda documental. Nas palavras de Gomes (1983, p. 17), “onde não há hábito do uso de livros, nem consciência dos serviços que uma biblioteca pode prestar, não há também leitores em número suficiente para forçar as escolas, as universidades ou o governo a oferecer melhores serviços”.

Por sua vez, Landheer (1957) explica que fatores como nível de urbanização e divisão social do trabalho influem diretamente na porcentagem de leitores em uma dada sociedade. A respeito desse último fator, o autor esclarece que “[...] uma crescente especialização, também tenderá a aumentar a necessidade de bibliotecas, porque a leitura especializada pode ser bem mais servida por uma biblioteca do que por uma coleção particular de livros” (Landheer, 1957, p. 134). De acordo com tal visão, entende-se que os acervos coletivos dispõem de maior variedade e quantidade de materiais para auxiliar os leitores em suas pesquisas; em se tratando de uma biblioteca especializada, como era a do IOAB, significava maior possibilidade de auxiliar tanto os associados ao Instituto em suas tarefas institucionais, quanto aos advogados que a frequentavam, buscando subsídios para o exercício da profissão.

Ainda segundo essa perspectiva, pode-se pensar que a biblioteca, sob uma ótica coletiva, “[...] é a única agência devotada unicamente ao propósito de coletar, tornar acessível, e assegurar o mais amplo e mais efetivo uso dos registros da civilização pela sociedade da qual ela faz parte” (Gates, 1972, p. 93). Ou seja, a biblioteca é responsável pela coleção e disseminação da informação, seja para uma sociedade (como ocorre com as bibliotecas públicas) ou para um grupo específico (no caso das bibliotecas especializadas).

Nesse sentido, volta-se a pensar na relação entre bibliotecas e seus usuários, ou, mais especificamente no que concerne a esta pesquisa, na Biblioteca do IOAB e seus leitores. Para tal, mais uma vez é preciso lembrar que a comunidade de uma biblioteca é formada pelos usuários *internos* e os *externos*, e os usuários *reais* e os *potenciais* – como comentado no capítulo anterior.

Como usuários da Biblioteca do Instituto, podem ser considerados três categorias: os associados ao IOAB, os estudantes e professores de Direito, funcionários da justiça. Em princípio, os usuários preferenciais deveriam ser os membros do IOAB, sobretudo os efetivos. Observe-se a tabela abaixo:

Tabela 19 - IOAB: Sócios efetivos (1918 - 1930)

Ano	Sócios Efetivos
1918	167
1922	275
1924	253
1925	300
1926	291
1927	328
1928	328
1929	344 ⁶⁸
1930	328

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações registradas no Almanak Laemmert e nos Relatórios Institucionais.

Nota-se que entre os anos de 1918 e 1930 o quadro social do Instituto cresceu consideravelmente, o que poderia ter contribuído tanto para o aumento do número de usuários, quanto para a ampliação das ofertas à Biblioteca – durante esse período, a média de doações foi de 182 doações ao ano. Nesse sentido, os associados ao IOAB seriam enquadrados na categoria de *usuários internos potenciais*, pois ainda que fossem membros da agremiação, não necessariamente todos eles utilizavam a Biblioteca.

Como supramencionado no decorrer desta pesquisa, a carência de fontes que informassem sobre registros de leitores na Biblioteca do Instituto impediu que fosse traçado um perfil mais detalhado desses usuários, assim como que se visualizasse seu quantitativo. No entanto, ainda que fossem feitas inferências a este respeito, é possível imaginar o perfil da comunidade de usuários dessa biblioteca.

Tendo como base a tabela acima e as quantidades de membros efetivos do Instituto entre 1918 e 1930, é possível calcular uma média de quase 300 usuários internos ao ano, o que pode ser considerado um número interessante – lembrando

⁶⁸ Em Relatório publicado pelo *Jornal do Commercio* de 32 de janeiro de 1930, constam, juntamente na listagem de membros efetivos, 125 membros efetivos remidos.

que fosse provável que parte dos associados, se não todos, deveriam dispor de acervo próprio em sua residência ou mesmo em seu escritório de trabalho.

É necessário salientar que a imensa maioria dos associados era de homens. Pelas listas de membros divulgadas tanto nos relatórios anuais como no *Almanak Laemmert*, desde que assumiu como membro efetivo em 1906, por pouco mais de 20 anos, Myrthes Gomes de Campos (1875 – 1965), foi a única mulher a ser sócia efetiva do Instituto⁶⁹. Uma outra advogada, a dra. Ormindia Bastos (1899 – 1971), só se associou em 1928⁷⁰; em seu discurso de posse como associada efetiva, Ormindia abordou o direito de voto das mulheres, cuja constitucionalidade havia sido defendida por Myrthes durante o Segundo Congresso Jurídico, em 1922 (História..., 2003c). Quando a Ordem foi instituída, em 1930, nenhuma outra advogada tinha se associado ao Instituto além de Myrthes e Ormindia.

Ainda que não seja objetivo desta pesquisa aprofundar-se em questões de gênero a respeito dos associados ao Instituto, ou mesmo no exercício da advocacia, trata-se de uma questão interessante para observação. Em certa medida, pode-se ponderar que o rol de membros da agremiação poderia ser visto como um reflexo da própria classe dos advogados. Isto é, uma profissão com maioria masculina e na qual, provavelmente, as mulheres ocupavam pouco espaço de atuação.

Porém, a comunidade de usuários não era composta somente pelos membros do IOAB. Não se deve esquecer, deste modo, que uma vez que era franqueada ao público externo, seus usuários não se restringiam somente aos seus sócios. Além deles, estudantes e professores de Direito e profissionais jurídicos também deveriam compor o quadro de usuários.

Vale ressaltar que durante a Primeira República houve um aumento no número de cursos de Direito (Pivatto, 2011). Deste modo, era de se esperar que o corpo acadêmico também utilizasse bibliotecas jurídicas para seus estudos (além da biblioteca universitária). Assim, o Instituto enviou às Faculdades de Direito (tanto da cidade do Rio de Janeiro, como de Niterói) ofícios sobre o franqueamento de sua biblioteca aos estudantes de Direito⁷¹. Lê-se nas atas das sessões de 4 de julho de 1929 e 16 de agosto de 1929, o recebimento de ofícios da Faculdade de Direito da

⁶⁹ De acordo com a ata de 28 de julho de 1927, ela passou à classe dos sócios avulsos nesta data.

⁷⁰ Sua recepção como membro efetivo ocorre em 24 de maio de 1928.

⁷¹ Fala-se sobre o franqueamento aos estudantes, mas é possível que também se estendesse aos professores.

Universidade do Rio de Janeiro e da Faculdade de Direito de Niterói, respectivamente, agradecendo ao IOAB.

Deste modo, pode-se acrescentar os estudantes de Direito de ambos os municípios como *usuários externos potenciais* da Biblioteca. Ainda que sua presença não possa ser quantificada – devido a carência de fontes a este respeito – ela pode ser inferida por meio das informações contidas nas atas citadas.

A presença desses estudantes, pode ter significado maior movimentação de usuários na Biblioteca. Por um lado, isso indicou uma relação – ou mesmo a intenção de criar uma relação – entre o IOAB e as Faculdades de Direito (afinal era dessas faculdades que saíam os futuros advogados). Por outro lado, pode-se ponderar a respeito de uma intenção do Instituto em fazer conhecer sua Biblioteca, ou mesmo a própria agremiação, por meio da Biblioteca; neste caso, a biblioteca funcionaria como porta de entrada, como vitrine institucional – esta poderia ter sido uma maneira do Instituto em conquistar a simpatia dos estudantes (futuros advogados) de modo que eles se sentissem estimulados a associarem-se à agremiação e juntarem-se às suas causas.

Por sua vez, outra parte da comunidade de *usuários externos potenciais* da biblioteca era os profissionais da justiça⁷². O *Recenseamento de 1920* (Brasil, 1929), elencou nove categorias profissionais de acordo com setores econômicos: indústrias, comércio, serviço doméstico, transportes, administração, exploração do solo e subsolo, profissões liberais, força pública e pessoas que vivem de suas rendas, totalizando 482.545 profissionais.

Os profissionais liberais estavam alocados dentro da categoria denominada *Administração e profissionais liberais*; nela constavam os profissionais religiosos, os judiciários, médicos, os do magistério e os de ciências, letras e artes. Pelo disposto no censo, supõe-se que ele se refere somente aos advogados quando fala sobre de profissionais judiciários. Todavia, ele não distingue os bacharéis dos solicitadores ou rúbulas.

Segundo esse censo, 3.476 eram os advogados residentes no Distrito Federal naquele momento, dos quais 3.313 brasileiros e 163 estrangeiros. Desta forma, essa categoria profissional correspondia a cerca de 0,72% do quantitativo de

⁷² Optou-se por utilizar essa nomenclatura por acreditar que ela é mais abrangente para abarcar a variedade de profissionais relacionados ao Direito. Sob esta categoria podem se enquadrar: advogados, juízes, procuradores, desembargadores, delegados, peritos forenses, escrivães, dentre outros.

trabalhadores na Capital Federal. Por sua vez, quando se pensa no total de profissionais liberais (27.219 pessoas, ou 5,6% do total de profissionais), eles correspondiam a 12,77%⁷³.

Diferente do censo anterior (realizado em 1890) esse fez um recorte interessante em relação a essa categoria profissional: há uma separação de profissionais baseada em gênero. Das 9 mulheres contabilizadas, 8 são brasileiras e apenas uma é estrangeira entre mais de três mil profissionais. Juntas, elas correspondem a somente 0,25% desses trabalhadores. Essa questão é interessante pensar, pois vai ao encontro de cenário semelhante no Instituto, onde uma ínfima parte dos associados era do sexo feminino⁷⁴ - considerando que em 1920, ano do recenseamento, havia 14 anos que a primeira mulher assumiu como membro efetivo na agremiação. Mesmo que não se pretenda desenvolver com maior aprofundamento tal debate, essa é uma questão para ser observada, posto que o Instituto acabou sendo (ao menos nesse sentido) um reflexo da sociedade onde se inseria; uma profissão predominantemente masculina, com pouquíssima abertura para as mulheres.

Assim como no período analisado no capítulo anterior (1896-1917), é necessário pensar nesses três grupos (associados ao IOAB, estudantes e professores de Direito e profissionais da justiça) como usuários potenciais da Biblioteca. Potenciais porque eles representavam um público que *possivelmente* se interessaria pelo tipo de acervo contido na Biblioteca. Isto é, eles não eram diretamente (ou necessariamente) os leitores atendidos pelos serviços da Biblioteca⁷⁵, mas por serem profissionais do Direito, estudantes ou professores da área, estavam dentro do espectro de seus usuários.

⁷³ Lidos de outra maneira, esses números informam que 7,2 a cada 1000 habitantes, eram advogados. Quando separados por gênero, entre os homens esse número passa para 9,5 a cada 1000, e entre as mulheres o número é de 0,1 a cada 1000 habitantes (Brasil, 1929).

⁷⁴ Como comentado anteriormente, durante o primeiro quartel do século XX, apenas duas mulheres foram associadas ao Instituto: Myrthes Gomes de Campos e Ormindia Bastos.

⁷⁵ Os leitores atendidos de fato pela biblioteca seriam os *usuários reais* fossem eles *internos* ou *externos*. Seriam os leitores registrados no rol de usuários da Biblioteca, ou que tivessem buscado seu auxílio em algum momento.

Falar nos usuários⁷⁶ da biblioteca e entender sua *potencialidade* de frequência, é também compreender que tal potencialidade poderia não se refletir na *realidade* da frequência. Em outras palavras, a despeito da existência de possíveis usuários para a Biblioteca (uma comunidade virtualmente composta pelos associados ao Instituto, estudantes e professores de Direito, e os profissionais da justiça), sua realidade poderia ser bem diferente. Ou seja, pode-se pensar na possibilidade dessa comunidade julgar que outras bibliotecas jurídicas da cidade fossem mais completas em seu acervo (e, assim, atendessem suas demandas), ou mesmo que se fizesse uso de suas bibliotecas pessoais.

Em relatório sobre a situação da Biblioteca no ano de 1927, o então bibliotecário, Antônio Magarinos Torres (1892 – 1942), comenta que apesar de um acervo com cerca de 7 mil volumes, “raros são os estudantes de Direito ou homens da política ou da administração que a procuravam acidentalmente; mas advogados, profissional, militante, para a[l]i ler, não aparece nenhum, durante semanas e meses talvez” (Instituto, 1930a, p. 548). Ele, inclusive, elenca cinco causas para essa ausência de leitores na Biblioteca: falta de sinalização da Biblioteca, o horário de funcionamento, falta de catálogo impresso, acervo desatualizado de livros e acervo de periódicos igualmente desatualizado. A título de curiosidade, é interessante ter em mente que há quase 100 anos o horário de funcionamento permanece praticamente o mesmo. Em 1927, a Biblioteca funcionava entre 11h e 15h; hoje ela fica aberta entre 10h30 e 14h30. Um horário que, como apontou Magarinos Torres no referido relatório, os advogados estão nos tribunais ou nos escritórios trabalhando. A partir desse apontamento, pode-se refletir que faltou iniciativa da agremiação em executar algumas transformações necessárias para que sua biblioteca fosse mais conhecida e utilizada.

Salienta-se que esses eram fatores importantes para entender sobre os serviços oferecidos por uma biblioteca e quem desfrutaria (ou poderia desfrutar) deles; como uma biblioteca seria atrativa aos usuários com funcionamento tão reduzido, sem catálogo que permitisse localizar os materiais que se desejasse e com uma coleção defasada? Nesse sentido, consegue-se notar a inquietação do bibliotecário ao expor essa situação em seu relatório. Ao considerar que uma

⁷⁶ Como já supramencionado, a carência de fontes impede que seja feita uma análise de *usuários reais* fossem eles *internos* ou *externos*.

biblioteca era constituída para atender às demandas de leitores⁷⁷ (fossem eles associados ou não ao Instituto), como seria possível que essas necessidades fossem supridas quando havia questões que careciam de atenção?

A respeito dessas questões, o bibliotecário informa que, o que estava ao seu alcance, ele conseguiu ao menos tentar remediar: sinalizou a existência da Biblioteca, conseguiu doações para atualizar e expandir o acervo e prosseguiu com a catalogação e organização do acervo. Contudo, ele assinalava que havia questões que dependiam da intervenção de outros dirigentes do IOAB (como o horário de expediente e a publicação de um catálogo). Pelo relato de Magarinos Torres, essas últimas questões seriam resolvidas com alguma verba, visto que a impressão de um catálogo e a expansão do horário de expediente implicariam em custos para o Instituto⁷⁸.

A análise das informações acima permite que se entenda que a comunidade de leitores da Biblioteca do IOAB era diversa, uma vez que era composta tanto pelos próprios membros, bem como por estudantes e professores de Direito, além de profissionais jurídicos. Ela também possibilita observar que a imensa maioria desses leitores era de homens. Muito embora as fontes não confirmem a respeito dos *usuários reais*, pode-se supor que esses mesmos grupos frequentavam a biblioteca.

No entanto, a despeito das ponderações realizadas, deve-se notar que há uma possibilidade de baixa procura pela biblioteca, e isso foi evidenciado pelo relatório do bibliotecário sobre o ano de 1927. Ainda que ele tenha proposto algumas mudanças e conseguido realizar outras, as fontes não informam se estas surtiram algum efeito.

3.2 Um acervo em expansão (1918 – 1930)

De acordo com Gomes (1983), um obstáculo para o desenvolvimento de bibliotecas durante a Primeira República foi em relação à edição/impressão de materiais diversos, em especial os livros. Segundo a autora,

⁷⁷ Como já discutido em outra oportunidade, uma biblioteca não é mero agrupamento de livros e outros materiais. Diferente de outras coleções, ela pressupõe seu uso; portanto, sua constituição intenta o acesso aos materiais colecionados.

⁷⁸ Custos esses que, obviamente, seriam verificados pelo tesoureiro da Casa e, posteriormente, levados à votação. Infelizmente as atas não trazem quaisquer informações nesse sentido.

Até 1914, [os livros] continuaram a ser impressos em editoras europeias. O Brasil ainda não tinha casas especializadas nem editores. As oficinas gráficas nacionais eram tipografias organizadas para impressos em geral e não para um ramo industrial pesado, como é a indústria do livro dentro da arte gráfica (Gomes, 1983, p. 39).

Logo, pode-se dizer que a produção editorial brasileira ainda estava em seu início, de forma que os livros brasileiros eram impressos em Portugal ou mesmo na França, pelas iniciativas, por exemplo, de Francisco Alves e Garnier. No alvorecer do século XX, havia muitas dificuldades para estabelecer editoras no Brasil inclusive devido ao preço do maquinário (Momentos..., 1996).

De qualquer modo, apesar do contexto pouco favorável informado por Gomes (1983), havia produção editorial no Brasil, e esta estava concentrada no Rio de Janeiro e em São Paulo, sendo que a produção jurídica se assentava na primeira cidade: “[...] era no Rio de Janeiro que estavam as bases das principais empresas responsáveis pela editoração e impressão de livros⁷⁹, além de constituir o centro político do governo brasileiro e também dispor de instituições superiores de ensino jurídico” (Pivatto, 2011, p. 154). A Capital Federal, portanto, era o local onde havia concentração de editores e impressores.

Vale salientar que “a primeira metade do século XX, basicamente, deu continuidade e ampliou as formas de publicação já estabelecidas [no mundo editorial jurídico]” (Cohen, 1992, p. 9, tradução nossa). Isto é, de acordo com essa visão, não houve mudanças significativas no que concerne às formas de edição e produção de publicações jurídicas.

Deste modo, paralelamente às condições financeiras (algumas vezes pouco favoráveis) do Instituto, é possível inferir que tais fatores dificultavam a compra de acervo para a Biblioteca, visto que a importação de itens implicava em custos com impostos ou mesmo a variação do câmbio e a desvalorização da moeda brasileira – que, conseqüentemente, encareciam o valor dos livros e periódicos.

A despeito dessas questões, o acervo da Biblioteca continuou a crescer, de modo que ele adentra o ano de 1928 com o seguinte quantitativo: 6.871 volumes, 810 relatórios e anais, 1000 memoriais (Boletim..., 1931b). Infere-se que tal montante não tenha vindo somente de doações, muito embora uma das poucas menções a aquisição de obras para a biblioteca apareça na ata de 11 de maio de

⁷⁹ Pivatto (2011) distingue três tipos de editoras: as editoras propriamente ditas, as gráficas e tipografias, e as imprensas oficiais. Segundo a autora, cada uma dessas categorias relaciona-se com um tipo de material e de produção e divulgação desse material.

1923, quando o dr. Ribas Carneiro (1894 – 1962), então bibliotecário, informou sobre uma aquisição sem distinguir quais foram as obras obtidas (Instituto..., 1923). Há uma outra obtenção mencionada no relatório do ano de 1930, a de obras de Ruy Barbosa (1849 – 1923), “[...] de cuja falta se ressentia a Biblioteca [...]”, informa o relatório (Instituto, 1931, p. 355).

Pelas poucas comunicações a respeito de aquisições, pode-se inferir que elas não eram frequentes nem tampouco abarcavam grandes quantidades de obras quando eram efetuadas. As aquisições ocorriam ocasionalmente – provavelmente de acordo com a necessidade da Biblioteca e as condições financeiras da agremiação.

Assim como em momentos anteriores, conjectura-se que a dificuldade de aquisição de materiais por meio de compra também tenha se dado por falta de verbas para a Biblioteca. Em certas ocasiões, nas reuniões plenárias, os bibliotecários queixaram-se dessa situação de penúria. Na sessão de 24 de abril de 1919, o dr. Magarinos Torres propôs que fosse votada uma verba de 200 mil réis para arcar com as despesas da Biblioteca, alegando que o tesoureiro não repassava as verbas solicitadas pelo bibliotecário. Corroborando a fala do colega, o dr. Martins Costa também pediu que fosse votada uma verba de 800 mil réis destinando-se à compra de uma estante para a biblioteca (Instituto..., 1919).

Anos mais tarde, na sessão de 28 de abril de 1927, por exemplo, o mesmo dr. Magarinos Torres voltou a reclamar da carência de recursos e propôs que se organizassem publicações destinadas à venda, de forma que pudesse angariar fundos (Instituto..., 1927). Na sessão seguinte, em 5 de maio de 1927, o dr. Sizinio Rodrigues propôs a confecção de carteiras de identidade para os associados, que deveriam compra-las por 10 mil réis cada, de modo que os recursos fossem aplicados na Biblioteca (Instituto..., 1927). Pelo que consta nas atas, somente a segunda proposta foi votada e aprovada, mas não há relatos sobre a execução de tal proposta e seu resultado.

Nem sempre, porém, se tratou de falta de orçamento disponível para que aquisições de obras, ou mesmo, mobiliário. Em sessão de 12 de agosto de 1920, o presidente do Instituto, dr. João Martins de Carvalho Mourão (1872 – 1951), informou que o tesoureiro da Casa havia adquirido 20 apólices para o patrimônio do IOAB e que havia ainda pequeno saldo que poderia ser aplicado na aquisição de livros e estantes; de acordo com a deliberação realizada, o saldo poderia ser usado para tal fim.

Ainda ponderando sobre a questão financeira do IOAB, o relatório de 1928 informou que o Instituto terminou o ano com um saldo positivo de 8:563\$700 réis, que passou para o ano seguinte e ficou sob a custódia do novo tesoureiro. No relatório do ano seguinte, 1929, foi informado que “a renda mensal de contribuições acusou um aumento de 40% sobre a do ano anterior, tendo sido recebidas ainda a subvenção e o valor da remissão de 4 sócios e da joia de 22 efetivos, 4 correspondentes e 2 avulsos” (Boletim..., 1930e, p. 260). Um ano mais tarde, em 1930, o relatório comunicou que as rendas do Instituto continuaram aumentando (Boletim..., 1931e). À vista disso, percebe-se que, diferente do momento analisado anteriormente – 1896 a 1917 – aos poucos a situação financeira do IOAB foi melhorando (mesmo que eventualmente houvesse momentos menos abastados); o que as fontes não informam com maior ocorrência é se essa mudança impactou na aquisição de materiais e mobiliário para a Biblioteca. Isto é, a aquisição de livros e estantes, por exemplo, não foi considerada relevante?

Neste caso, conjectura-se que, quando havia saldo disponível, o destino de verbas institucionais para os diferentes setores se tratava mais de uma questão de prioridades ou mesmo de demandas desses setores, e menos de uma questão de falta de recursos financeiros. As fontes não esclarecem quais eram os critérios para a divisão orçamentária anual, de modo que é provável que tal questão fosse resolvida de acordo com as necessidades que cada setor apresentava. Em algumas situações, como a apresentada anteriormente, o destino de verbas deveria ser uma decisão conjunta, debatida e votada em sessão plenária, e não somente um veredito da diretoria.

Ademais, o acervo continuou desenvolvendo-se por meio de doações, como se observa na tabela abaixo:

Tabela 20 – IOAB: Doações recebidas (1918 - 1930)

Ano	Volumes	Obras
1918	33	26
1919	67	17
1920	56	56
1921	13	13
1922	5	5
1923	4	4
1924	12	12
1925	32	32
1926	21	21
1927	12	12
1928	125	113
1929	1.559	1.555
1930	515	501
Total:	2.454	2.367

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de informações das atas das sessões.

Os dados da tabela acima consolidam as informações registradas nas atas das sessões plenárias do Instituto. De qualquer modo, por certo, devem ter existido ofertas não informadas nas atas. Lê-se no *Anexo X* do relatório anual de 1925, por exemplo, quantidade de doações divergente daquela contabilizada por meio das atas.

Enquanto as atas do ano de 1925 informaram o recebimento de 32 materiais em doação (29 monografias, 1 catálogo e 2 itens cujos formatos não foram identificados), o referido relatório informa o recebimento de 137 materiais (1 discurso, 16 literaturas cinzentas, 5 catálogos de livrarias, 44 monografias e 71 periódicos). Dos itens listados tanto nas atas quanto no relatório, somente 24 deles estão elencados em ambas as fontes.

Situação semelhante aparece no relatório do exercício de 1928: uma listagem as obras recebidas ao longo do referido ano. Neste ano, de acordo com as atas, houve doação de 114 obras em 124 volumes (das quais: 1 catálogo, 1 coleção de leis, 1 material de referência, 7 literaturas cinzentas, 37 monografias e 60 periódicos, além de 7 materiais cujos formatos não foram identificados). Por outro lado, o

relatório informa a oferta de 126 obras (das quais: 1 literatura cinzenta, 1 discurso, 2 materiais de referência, 37 monografias e 85 volumes ou fascículos de 14 periódicos diferentes). Das obras constantes tanto nas atas como no relatório de 1928, somente 34 aparecem listadas tanto em uma fonte, como na outra (1 material de referência, 5 monografias e 28 volumes ou fascículos de periódicos). Ainda assim é preciso ressaltar que as atas, em alguns momentos, não informam com exatidão os títulos das doações recebidas ou mesmo seus assuntos, comunicando, em alguns casos apenas a tipologia recebida – muitas vezes não dizendo nem qual é a quantidade.

A opção por apresentar essa divergência na presente pesquisa se deu para expressar que as informações aqui analisadas, em alguns casos, são conjecturas ou são exploradas de acordo com algumas fontes (e não outras, segundo a disponibilidade das mesmas). Mas esse trabalho também se tornou necessário para mostrar a variedade de fontes analisadas para essa pesquisa e como, em alguns casos, elas são conflitantes – inclusive não apresentando os dados trabalhados de forma completa. Isto é, a presente pesquisa foi sendo elaborada a partir da análise de fontes diversas, de modo que as reflexões aqui propostas são frutos dessa exploração.

A partir disso, pode-se ponderar que nem todas as doações foram comunicadas aos associados durante as sessões plenárias. Isto é, a divergência apresentada por essas duas fontes aponta que havia doações que deveriam ser destacadas em reuniões, e outras que não precisariam de tal menção.

Pelos dados dispostos na tabela acima, ao longo dos anos as doações oscilaram, sendo mesmo pouco expressivas até 1928, quando conseguiram ultrapassar a marca de uma centena de materiais recebidos em oferta.

É interessante salientar que o salto expressivo nas ofertas, em 1929, deu-se em função do recebimento da biblioteca pessoal do dr. Eduardo Ramos (1854 – 1923), sócio do Instituto. Essa doação contou com cerca de 647 volumes encadernados e 259 brochuras, totalizando 906 itens diversos⁸⁰. Cabe ressaltar que, embora a biblioteca pessoal do dr. Eduardo Ramos tenha sido integrada ao acervo da Biblioteca do IOAB em 1929, sua doação (ou a negociação para que essa doação ocorresse) começou no ano anterior. Na ata da sessão de 30 de agosto de 1928,

⁸⁰ A descrição do acervo pessoal do dr. Eduardo Ramos é bastante sucinta, em momento algum distingue livros de periódicos ou quaisquer outros materiais contidos em sua biblioteca. Ela também não informa sobre títulos ou assuntos das obras.

consta o informe de que o dr. Armando Vidal (1888 – 1982) conseguiu que a família do dr. Eduardo Ramos doasse ao Instituto sua biblioteca pessoal; o Presidente do IOAB sugere, e foi logo aprovada, que a sessão onde será alocada essa coleção receba o nome do ilustre advogado (Instituto..., 1928).

O período de pouco mais de um ano entre a doação e sua integração ao acervo leva a pensar que não bastava que uma doação fosse feita, era preciso também um trabalho administrativo da Biblioteca (e do Instituto) em encontrar espaço suficiente para o acondicionamento das obras recebidas e, posteriormente, seu tratamento (que pode incluir desde o registro dessas obras, sua catalogação e até sua higienização, se necessário).

Essa vultosa doação, mais uma vez, faz refletir sobre o modo como as bibliotecas podem ser constituídas por meio de contribuições de acervos pessoais. Eles avolumam bibliotecas, as tornam mais ecléticas e também podem completar e atualizar coleções desfalcadas (Beffa; Napoleone, 2018). Mas, para além disso, esses acervos pessoais salientam a presença de seu antigo possuidor dentro da biblioteca.

Mais do que uma ação de caridade ou benemerência, o legado de um acervo pessoal para uma biblioteca é uma maneira de perpetuar a memória do antigo possuidor daquele acervo, de modo que, em certa medida, seja uma forma de preservação do antigo proprietário. Uma vez que os objetos (nesse caso, os livros) carregam consigo traços da personalidade de quem os possuiu, servindo, inclusive como reflexo de parte dessa personalidade ou existência, quando uma biblioteca recebe um acervo pessoal para agregar ao seu, é uma forma de proclamar a importância daquele sujeito para a instituição, ao mesmo tempo em que garante a perpetuidade dos materiais do acervo recebido, bem como do próprio possuidor. Em outros termos, se os itens de uma coleção pessoal informam sobre uma personalidade, ao receber tal acervo a biblioteca receptora demonstra não somente interesse nos itens que ele contém, mas também na personalidade do doador e nos valores simbólico e cultural que ele pode trazer consigo.

Entre as doações recebidas entre os anos de 1918 e 1930, assim como em períodos anteriores, também podem ser encontradas tipologias diversas. Observe-se a tabela abaixo:

Tabela 21 – IOAB: Tipologias recebidas em doação (1918 – 1930)

Tipologias	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	Total
Catálogos	---	---	---	---	---	---	---	1	---	---	1	3	1	6
Col. de Leis	1	---	1	---	---	---	---	---	---	---	---	189	9	200
Discursos	1	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	7	1	9
Literatura Cinzenta	2	2	2	1	---	---	3	---	1	---	7	21	17	56
Materiais de Referência	---	---	---	---	---	---	1	---	---	---	2	1	2	6
Monografias	14	3	53	5	5	---	6	29	14	10	37	121	62	359
Periódicos	5	2	---	1	---	3	---	---	2	---	60	301	180	554
Não identificados	3	10	---	6	---	1	1	2	4	2	6	912	229	1176
Objetos	---	---	---	---	---	---	1	---	---	---	---	---	---	1
Total anual:	26	17	56	13	5	4	12	32	21	12	113	1555	501	2367

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações das atas das sessões.

A tabela acima informa a distribuição das doações por tipologias no período que vai de 1918 a 1930. Sua leitura permite observar que as categorias de *objetos*, *materiais de referência*, *catálogos* e *discursos* aparecem em menor quantidade. Em seguida aparecem *literatura cinzenta* e *coleções de leis*. Os destaques são, como vinha ocorrendo em momentos anteriores, as *monografias* e os *periódicos*. Os 1176 itens listados na categoria de *não identificados* merecem uma ressalva: primeiro porque sua quantidade avantajada se deve, sobretudo, por conta da vultuosa oferta da biblioteca pessoal do dr. Eduardo Ramos; segundo, porque os itens aqui inclusos podem pertencer a quaisquer outras categorias, só não o foram por falta de informações a seu respeito⁸¹.

Vale notar que, em comparação com os períodos analisados anteriormente (1843 a 1895 e 1896 a 1917), as doações recebidas entre 1918 e 1930 superam numericamente aquelas de outros momentos, ainda que o período de análise tenha sido menor – cerca de 12 anos. Como já mencionado, um dos motivos foi a supramencionada contribuição da família do dr. Eduardo Ramos.

É importante ter em mente que “as coleções bibliográficas são uma série de documentos selecionados individualmente, resultado das intrincadas relações sociais, e que registram o conhecimento produzido” (Beffa; Napoleone, 2018, p. 2). A partir

⁸¹ Pode-se supor que a doação da biblioteca pessoal do dr. Eduardo Ramos, por exemplo, contasse com centenas de livros e periódicos, mas em nenhuma fonte essa especificação ocorre.

de tal afirmação é possível pensar que parte do acervo da Biblioteca do Instituto foi desenvolvido a partir de relações sociais (entre os doadores e o Instituto). Contudo, a seleção documental dos itens ofertados partiu de quem ofereceu e não daquele que o recebeu – talvez isso reforce o intrincamento das relações estabelecidas (ou fortalecidas) com as doações. Consequentemente, pode-se entender que o acervo da Biblioteca também foi um reflexo dessas relações, uma vez que ele carrega consigo as intenções (relacionais, bibliográficas, etc.) de quem fez uma oferta.

Em certa medida, esse acervo também carregava a memória desses ofertantes. De forma que quanto maior a oferta de materiais, maior era a presença da memória do ofertante no acervo – possivelmente, talvez tenham sido mais fortes os laços do ofertante com o Instituto. Um exemplo pode ser encontrado na doação da biblioteca pessoal de Eduardo Ramos ao Instituto.

Além desse, um outro exemplo foi as doações de Levi Carneiro. Lê-se nas atas do ano de 1929, que a partir desse ano o Instituto passou a receber doações de alguns periódicos internacionais com certa frequência – inclusive, várias vezes, números desses periódicos vinham em sequência (o que não era tão comum em se tratando de doações). O que só foi esclarecido no relatório anual de 1929, foi que na verdade o, então presidente do IOAB, presenteou a Biblioteca com assinaturas de periódicos como: *Political Science Quaterly*, *The American Political Science Review*, *La propriété Industrielle*, *Reveu de Droit Public e de la Science Politique*, *Reveu Trimestrelle de Droit Civil* e *Journal du Droit International* (dentre outros).

É claro que Carneiro já possuía uma relação intrínseca com o Instituto – sobretudo por conta de seu cargo na agremiação – que deve ser considerada. É provável que essa relação, inclusive, tenha sido o motivo de tal doação à Biblioteca. O que pode ser conjecturado é que essa doação foi uma maneira de Carneiro contribuir para a atualização do acervo, possivelmente ciente da situação da Biblioteca e de suas necessidades. Isto é, como uma doação nunca é por acaso, é possível que ele conhecesse o acervo da Biblioteca – afinal, era presidente da agremiação – e tivesse notado que os periódicos que posteriormente doou, deveriam figurar na coleção do Instituto.

Falar de um acervo e seu desenvolvimento ao longo do tempo, portanto, é considerar que nenhum material figura em uma coleção bibliográfica por um acaso (Melot, 2019). Como já comentado em outras ocasiões, uma doação nunca é um simples legado, é também uma forma de criar ou fortalecer os laços entre o ofertante

e o recebedor. Além disso, considerando que eventualmente havia compras de livros e periódicos para a Biblioteca, a entrada dessas aquisições seria por meio da percepção do bibliotecário de que faltava algo importante na coleção; a compra seria, assim, algo, obviamente, intencional.

3.3 O Instituto criou o cargo de *bibliotecário* (1918 – 1930)

Os estatutos de 1917 criaram o cargo de bibliotecário e o integraram à diretoria da agremiação. Suas funções foram descritas no Art. 22 do regimento interno, aprovado no mesmo ano: “Ao Bibliotecário compete a guarda e superintendência da Biblioteca do Instituto, promovendo-lhe o desenvolvimento e propondo ao presidente a nomeação dos empregados precisos e os respectivos vencimentos” (Instituto..., 1917, p. 39). Isto é, o bibliotecário seria responsável por atividades de processamento técnico⁸² da coleção da Biblioteca, como aquisição, descarte e catalogação de materiais, e atividades administrativas, como definir horário de funcionamento, contratação de funcionários e designação de suas respectivas tarefas. A partir daquele momento a Biblioteca não mais estaria subordinada a uma secretaria, seu responsável (o *bibliotecário*) se dedicaria exclusivamente a ela.

Como já vinha acontecendo desde finais da década de 1890, deduz-se que a Biblioteca deveria contar com um *oficial* e que ele auxiliasse o bibliotecário nas tarefas necessárias à manutenção do espaço e acervo. Todavia nem sempre as fontes verificadas informaram sobre sua presença. No quadro abaixo estão registrados os responsáveis que se conseguiu identificar:

⁸² O processamento técnico consiste em uma série de atividades (geralmente sequenciais) para o tratamento do acervo antes que ele chegue ao leitor. Envolve tarefas como: registro do item, catalogação descritiva e temática, e até higienização (se for necessário).

Quadro 6 – IOAB: Responsáveis pela Biblioteca (1918 - 1930)

Ano	Responsáveis
1918	Dr. Taciano Antonio Basilio (Bibliotecário) Dr. Augusto Amorim Garcia (Oficial de Biblioteca)
1919	Dr. Taciano Antonio Basilio (Bibliotecário)
1920	Dr. Taciano Antonio Basilio (Bibliotecário)
1921	Dr. Eduardo Duvivier (Bibliotecário)
1922	Dr. Eduardo Duvivier (Bibliotecário)
1923	Dr. Ribas Carneiro (Bibliotecário)
1924	Dr. Ribas Carneiro (Bibliotecário) Dr. Rodolpho Garcia (Oficial da Biblioteca)
1925	Dr. Olympio Carvalho de Araujo Silva (Bibliotecário)
1927	Dr. Antônio Magarinos Torres (Bibliotecário) Dr. Rodolpho Garcia (Oficial da Biblioteca)
1928	Dr. Virgílio Barbosa Lima (Bibliotecário)
1929	Dr. Virgílio Barbosa Lima (Bibliotecário)
1930	Dr. Salvador Pinto Junior

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de indicadores dos Relatórios institucionais, das atas das sessões e informações do *Almanak Laemmert*.

Muito embora alguns nomes se repitam no cargo ao longo dos anos, por se tratar de um cargo elegível a continuidade não era esperada. Isto é, diferentemente do cargo de oficial, que era alguém contratado para exercer uma função (e que esse funcionário poderia exercer a função anos a fio), o cargo de bibliotecário era uma escolha dos votantes (quem a agremiação julgava que seria ideal para a função), e também do eleito – ele poderia ou não aceitar sua eleição, ou mesmo pedir desligamento do cargo posteriormente.

Com isso, conjectura-se que não houve continuidade do trabalho desenvolvido pelos bibliotecários. Tudo leva a crer que cada um deles possuía um método de trabalho próprio. Por outro lado, é importante salientar que a própria área da Biblioteconomia (como campo de estudo e profissional) era muito recente, inclusive no Brasil. Nesse sentido, é compreensível que não houvesse, a princípio, uma normatização dos trabalhos realizados, posto que “nas primeiras décadas do século XX, o bibliotecário era um explorador solitário, esculpindo um caminho pelo imprevisível terreno legal para benefício dos patronos [da biblioteca]” (Belniak, 2009, p. 447).

3.4 Os estatutos e regimentos de 1917 e 1928 e seu impacto na Biblioteca

No período que compreende os anos que vão de 1917 a 1930 o IOAB teve suas atividades regulamentadas por dois estatutos e dois regimentos internos, que entraram em vigor, respectivamente, em 1917 e em 1928.

No que concerne ao primeiro deles, o de 1917, sua diferença para os anteriores, em relação à Biblioteca, residiu na criação do cargo de bibliotecário⁸³ e sua participação junto à diretoria da Casa. Em certa medida pode-se pensar nessa ação como a culminância de algo que já vinha constando desde os últimos estatutos do século XIX: sobre a existência de uma biblioteca para o desenvolvimento das atividades executadas pelo IOAB. Isto é, a criação de um cargo específico como o de *bibliotecário* pode ter trazido maior autonomia (mesmo que simbólica) para o espaço e as decisões a seu respeito. Ao sair da tutela do secretário e ter um responsável exclusivo, este pode ter se dedicado somente aos afazeres da Biblioteca, sem que tivesse que dividir-se entre as tarefas de toda uma secretaria institucional. A biblioteca passou a ter voz e demanda próprias.

No que diz respeito ao segundo, aprovado em 1928, o Instituto manteve a Biblioteca em seu organograma e o seu responsável, o bibliotecário, como membro da mesa diretora, com funções de “guarda e superintendência da Biblioteca do Instituto, promovendo-lhe o desenvolvimento e propondo ao presidente a nomeação dos empregados precisos e os respectivos vencimentos”, como informa o artigo 23 do Regimento Interno de 1928 (Boletim..., 1931b, p. 138).

A diferença entre esses estatutos situou-se em algo importante e que não havia anteriormente na Biblioteca: o estabelecimento de diretrizes para regulamentar o funcionamento da Biblioteca, a ser elaborado pela diretoria, juntamente com instruções para outros serviços do IOAB.

Aprovadas na sessão da Diretoria de 13 de abril de 1929 e publicadas no mesmo ano, as *Instruções para o serviço da Biblioteca* privilegiavam quatro pontos, a saber: *organização, catálogo, empréstimo de livros e correspondência e expediente*.

⁸³ Como explicado em outra oportunidade, antes desse estatuto, muito embora os membros responsáveis pela Biblioteca fossem chamados de *bibliotecários*, institucionalmente este cargo não existia.

A primeira diretriz, sobre organização, instituía o quadro dos funcionários da Biblioteca e as respectivas competências, bem como as normas de seu funcionamento. A Biblioteca passaria a contar com servidores, permaneceria aberta ao público das 11 às 15 horas, como também durante as sessões do IOAB e em ocasiões especiais, determinadas pela diretoria. Além disso, previa-se a organização do acervo disponível na sala do Palácio da Justiça e a realização de palestras bibliográficas referentes a doações recebidas.

A segunda diretriz estabelecia que se organizasse um catálogo do acervo. Este consistiria em um livro do qual também seriam extraídas fichas catalográficas com entradas⁸⁴ pelos títulos das obras e pelos nomes dos autores⁸⁵. A preparação e a publicação do catálogo deveriam ser dirigidas pelo bibliotecário, com o auxílio do conservador da biblioteca. Além do catálogo, seria instituído um livro para registro de todas as obras que chegassem ao acervo⁸⁶, com indicação da forma de aquisição (doação, compra, etc.). Vale notar que esta última iniciativa reforça a hipótese já aventada de que haveria um *livro de tombo*, uma listagem com as obras que entravam no acervo da biblioteca; essa segunda diretriz explicita a necessidade de tal instrumento de controle de acervo. Infelizmente essa possível fonte que seria preciosa para a presente pesquisa não mais existe ou foi descartada.

A terceira diretriz reportava-se ao empréstimo de livros, que doravante ficaria vedado, exceto quando requerido ao presidente. Ainda assim, todo livro a ser retirado da Biblioteca deveria ser informado ao bibliotecário, que informaria sobre o prazo para sua devolução. A decisão de proibir a retirada de livros, a menos que fosse autorizado, poderia ter sido tanto em virtude da quantidade de consultas como por conta do numerário de exemplares de uma obra. Ainda que o acervo fosse bastante significativo, é possível que muitas obras tivessem poucos exemplares cada uma, o que, de fato, dificultaria leituras de outros usuários.

⁸⁴ De acordo com Cunha e Cavalcanti (2008, p. 150), uma entrada é um “ponto de acesso a assuntos ou registros bibliográficos, que permite que os itens desejados por usuários sejam procurados nos diversos registros de informação”. Assim, quando se fala em catalogação e fichas catalográficas, as entradas correspondem aos cabeçalhos pelos quais uma busca será realizada pelo usuário.

⁸⁵ Procedimento que ao longo do século XX foi se tornando cada vez mais comum. Antes da informatização dos catálogos, bibliotecas costumavam elaborar catálogos em fichas com entradas para o nome dos autores, títulos das obras e assuntos das obras.

⁸⁶ Um *livro de tombo*. Um documento administrativo de uma biblioteca onde são registrados todos os materiais que entram (ou saem) do acervo.

Além disso, ficava estipulado que os membros do IOAB só poderiam retirar até três volumes da Biblioteca. Caso não se cumprisse o prazo de devolução, ou o livro voltasse danificado, o membro do Instituto ficava impedido de novos empréstimos. É possível que essa já fosse uma prática exercida pela Biblioteca, ou que já estivesse em discussão antes da deliberação das *Instruções*. Prova disso é que na sessão extraordinária de 28 de dezembro de 1928, “o sr. Eduardo Theiler pronunciou-se contra a emenda que permite a retirada da Biblioteca de três volumes no máximo” (Instituto..., 1928, sem página). O posicionamento desse sócio mostra que essa prática não agradava muito aos usuários da Biblioteca.

Por fim, a quarta diretriz, que tratava da correspondência e do expediente da Biblioteca esclarece duas coisas: primeiro, que caberia à Biblioteca enviar, a outras instituições ou pessoas, publicações do IOAB pretendendo sua divulgação ou permuta; segundo que seriam geradas estatísticas de consultas dos usuários. As estatísticas devem ter sido (são) essenciais para pensar no aumento do acervo, sua atualização e outras questões em benefício da própria biblioteca e também dos usuários. Segundo o documento, ela se daria a partir dos pedidos escritos pelos usuários. Esse último ponto é interessante de pensar que, há pouco menos de cem anos a Biblioteca do Instituto já elaborava uma prática que ainda hoje se utiliza.

Examinando-se a trajetória do Instituto e sua relação com sua Biblioteca, conclui-se que dentro do recorte temporal trabalhado nesta dissertação, que vai do ano de 1895 ao de 1930, os estatutos de 1917 e o de 1928 foram os mais favoráveis ao estabelecimento de regras para a Biblioteca. O reforço se deu de duas maneiras: com a criação de um cargo de bibliotecário (em 1917) e com a proposta de elaborar diretrizes para guiar o serviço da Biblioteca (intencionado pelo regimento interno de 1928, executado em 1929). Estatutos anteriores reconheceram a importância de uma biblioteca para o desenvolvimento das atividades que o Instituto se propunha, e isso é fundamental, claro. Porém, nenhum deles deu autonomia setorial à Biblioteca, ou mesmo se aprofundou em pensar de que maneiras a Biblioteca poderia ter maior atuação junto ao Instituto.

Com a criação do cargo de bibliotecário a Biblioteca ganhou maior destaque na Casa e, em certa medida, autonomia. Ao ter designado alguém responsável exclusivamente para Biblioteca e que, ao mesmo tempo, era integrante da mesa diretora, o estatuto de 1917 elevou ainda mais a importância desse espaço para as atividades institucionais. Ter um bibliotecário que não se dividia entre funções, como

outrora, sinalizou (interna e externamente) que sua Biblioteca tinha alguém dedicado aos cuidados com o acervo e serviços oferecidos.

Por sua vez, o regimento interno de 1928 estabeleceu diretrizes e normas de atuação do bibliotecário e demais funcionários, bem como para o funcionamento da Biblioteca do IOAB, o que contribuiu para aprimorar seus serviços. Enfim, depois de quase 35 anos de atividades, institucionalizou-se a Biblioteca do Instituto.

3.5 O Catálogo da Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros (1943)

A história das bibliotecas e dos catálogos – ou da catalogação – está diretamente imbricada. Desde as primeiras bibliotecas foi necessário criar um instrumento que ao mesmo tempo descrevesse um acervo, de modo a representá-lo, e auxiliasse a encontrar os itens ali arrolados.

Desta forma, um catálogo “[...] é a ordenação do movimento elementar do pensamento, que consiste em circunscrever, organizando-o em um material mais ou menos homogêneo [...]” (Sordet, 2019, p. 11). Ele é, portanto, um documento que caracteriza um determinado acervo, apresentando-o de acordo com uma configuração (ordenação). Em se tratando de uma biblioteca, esse acervo pode ser retratado no catálogo a partir dos assuntos, das responsabilidades (autores) ou mesmo dos títulos das obras. Como representação de uma coleção, ele é uma forma de publicizá-la (Sordet, 2019). Ele é, assim, um documento que dá sentido a um dado conjunto de itens através da disposição organizada destes; ele apresenta, uma vez que informa aos usuários quais são os assuntos, autores e itens encontrados no acervo e os representa, pois cada descrição de um item da coleção é um símbolo desse item.

Assim, Gates (1972, p. 52) explica que

a principal finalidade de um sistema de classificação numa biblioteca é oferecer uma base para organizar os livros e materiais, de modo que possam ser encontrados rápida e facilmente pelos usuários; é também um meio de reunir os livros sobre um mesmo assunto, para que possam ser usados fácil e convenientemente.

Neste sentido, o catálogo seria esse dispositivo que organiza um acervo por meio de sua representação – descritiva ou temática -, possibilitando que se conheça

tal acervo (que materiais, assuntos e autores estão contidos nele). Como instrumento, ele auxilia bibliotecário e usuários.

Ainda que tenha sido publicado em 1943 (período além do recorte trabalhado nessa pesquisa), o *Catálogo da Biblioteca* auxilia no entendimento da organização do acervo e o que permaneceu ao longo de sua constituição. Nesse sentido, percebe-se que essa ferramenta é essencial para a pesquisa que se desenvolve. Portanto, ainda que ele se encontre além do escopo cronológico da pesquisa, ele é importante para visualizar o acervo qualitativa e quantitativamente.

Ademais, Sordet (2019) faz questionamentos que podem auxiliar no entendimento a respeito do que é um catálogo e qual sua função: O que determina sua elaboração? Qual a sua finalidade? Qual a sua forma? Longe de serem simples indagações, elas podem trazer reflexões sobre o objeto em questão.

De tempos em tempos a Biblioteca procedia a catalogação de seu acervo, na expectativa que o Instituto pudesse publicar um catálogo⁸⁷. O anúncio desse catálogo em específico, publicado em 1943, veio no ano anterior, durante a sessão em 10 de setembro de 1942. O Dr. Balthazar da Silveira, então bibliotecário, comunicou que antes mesmo do findar daquele ano, 1942, ele teria “[...] a satisfação de apresentar ao Instituto o catálogo geral da biblioteca, na qual existem livros do mais alto valor e que se ocultam entre muitos outros” (Instituto..., 1942, sem página).

É interessante pensar que Balthazar da Silveira percebeu no catálogo da Biblioteca uma maneira de *apresentar* o acervo, isto é, *mostrá-lo* ao mesmo tempo em que os itens ali arrolados eram *identificados*. Sob esta ótica, pode-se ponderar que, no catálogo em questão, seu intuito consistiu em registrar para os usuários da Biblioteca quais eram os materiais, autores e assuntos disponíveis em seu acervo e como localizá-los. A partir disso, pode-se pensar que sua elaboração foi determinada por uma necessidade de representação e apresentação desses mesmos itens, de modo que sua organização no acervo fosse refletida em seu arrolamento. Por conseguinte, de certa maneira, sua forma foi determinada pelos apontamentos anteriores. Isto é, para atender ao seu propósito de elaboração e sua finalidade seria necessária uma forma, uma materialidade, que pudesse ser manuseada pelos

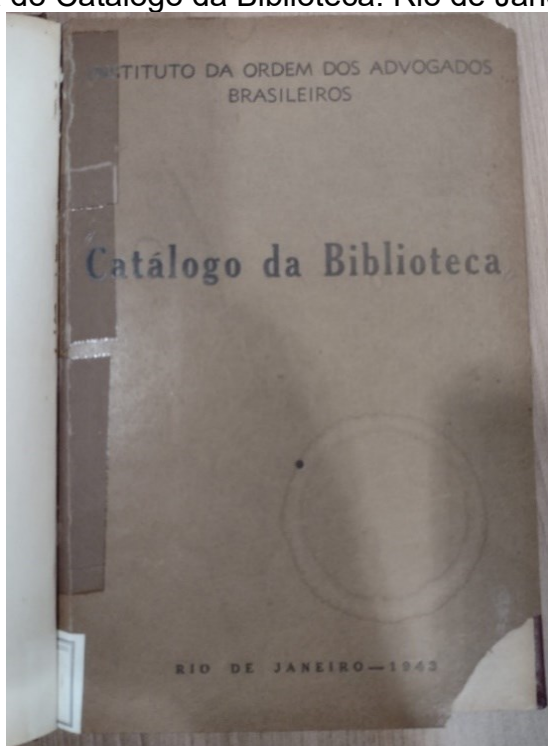
⁸⁷ Como já comentado em outras oportunidades ao longo dessa pesquisa, a falta de fontes não permite a confirmação de um catálogo para o manuseio dos usuários. Porém, como as fontes informam que a atividade de catalogação era executada, supõe-se apenas a existência de um catálogo que, provavelmente, era de uso interno/administrativo da Biblioteca.

usuários. Nesse sentido, percebe-se que a adoção do formato *códice*⁸⁸ foi o escolhido; um tipo de suporte que, segundo Hamel (2013), é o ideal para textos que são muito consultados.

Pode-se refletir, ainda, que “[...] o catálogo tem uma dupla materialidade, ligada, de um lado, ao seu suporte e, de outro, à disposição gráfica das informações catalográficas” (Sordet, 2019, p. 78). O formato de *códice*, permitiu o manuseio do catálogo de forma mais rápida, possibilitando que suas folhas fossem passadas para adiante ou para atrás, facilitando a busca dos usuários. Além disso, a impressão e as formas de organização das informações dos materiais (por assunto ou por autoria) também permitiu que os usuários fossem diretamente naquilo que desejariam encontrar.

Como objeto cujo formato é o de um livro, ele não é somente uma ferramenta, posto que “um livro não é um utensílio. Ele diz uma verdade, ainda que trivial, dá-lhe um estímulo, inscreve-a na ordem das revelações” (Melot, 2019, p. 60). Assim, um catálogo revela aos usuários sobre os itens de um acervo e sua organização, sobre aquilo que figura ou não em uma biblioteca.

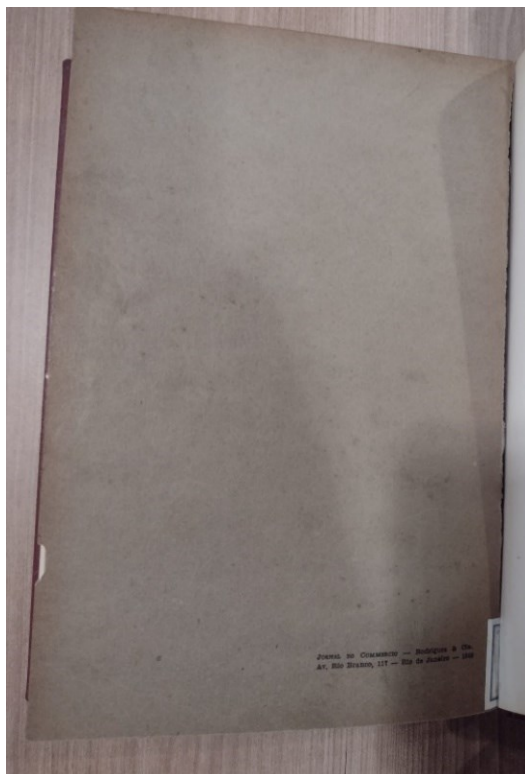
Figura 1 – IOAB: Capa do Catálogo da Biblioteca. Rio de Janeiro, 1943



Fonte: Catálogo da Biblioteca, 1943. Biblioteca Daniel Aarão Reis.

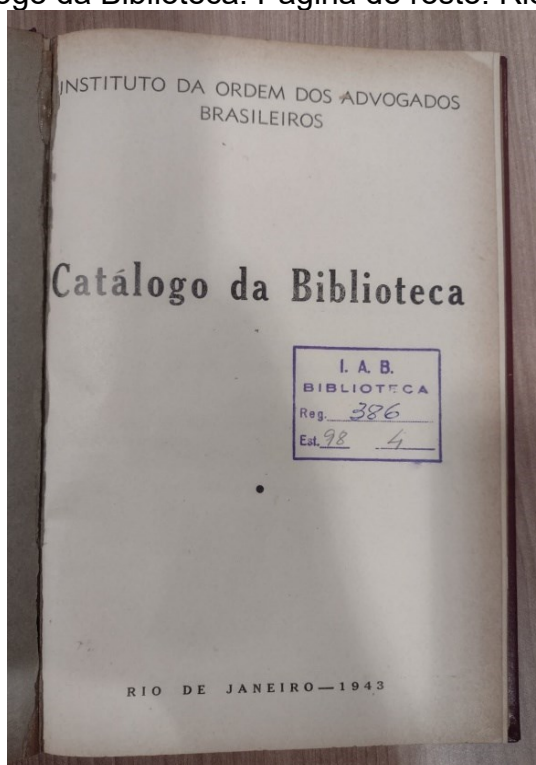
⁸⁸ Também chamado de *codex*. É o formato que se conhece atualmente dos livros: folhas de papel unidas (por costura ou colagem) a uma estrutura (a capa) que funciona como proteção para o conteúdo interno.

Figura 2 - IOAB: Catálogo da Biblioteca. Contracapa com colofão. Rio de Janeiro, 1943



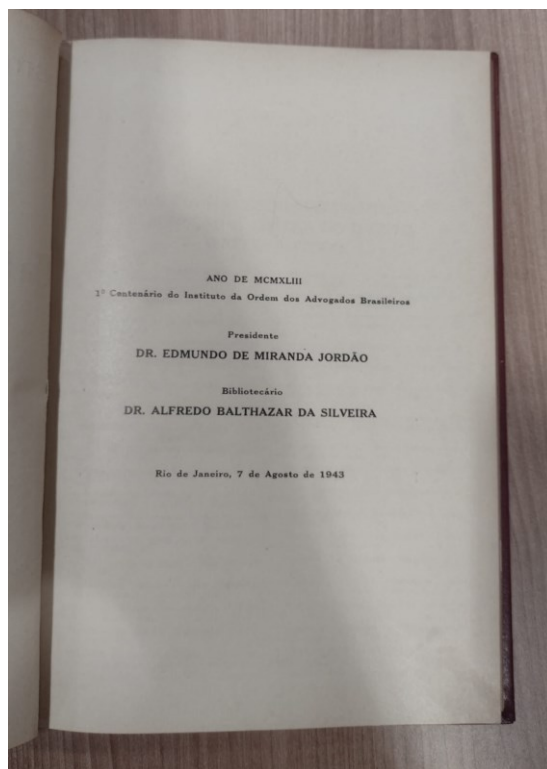
Fonte: Catálogo da Biblioteca, 1943. Biblioteca Daniel Aarão Reis. Fotobibliografia do colofão: "Jornal do Commercio – Rodrigues & Cia. // Av. Rio Branco, 117 – Rio de Janeiro – 1946"

Figura 3 – IOAB: Catálogo da Biblioteca. Página de rosto. Rio de Janeiro, 1943.



Fonte: Catálogo da Biblioteca, 1943. Biblioteca Daniel Aarão Reis.

Figura 4 – IOAB: Catálogo da Biblioteca. Folha posterior à página de rosto. Rio de Janeiro, 1943.



Fonte: Catálogo da Biblioteca, 1943. Biblioteca Daniel Aarão Reis. Fotobibliografia: “Ano de MCMXLIII // 1º Centenário do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros // Presidente // Dr. Edmundo de Miranda Jordão // Bibliotecário // Dr. Alfredo Balthazar da Silveira // Rio de Janeiro, 7 de Agosto de 1943”.

Esse catálogo, vale salientar, não distingue categorias de assuntos das tipologias documentais; em seu sumário – que na publicação foi denominado como índice - aparecem elencados tanto um como outro sem qualquer diferenciação. Ao todo ele contém 33 divisões, além de um índice alfabético de autores. O sumário pode ser visualizado na seguinte figura:

Figura 5 – IOAB: Sumário do Catálogo da Biblioteca, 1943

ÍNDICE DO CATÁLOGO DA BIBLIOTECA	
	PÁGS.
Filosofia — Filosofia do Direito — Introdução à Ciência do Direito —	
Direito Natural	5
Direito Romano	7
Direito Canônico	8
Direito Internacional	9
Direito Diplomático e Consular	12
Direito Público	13
Direito Político	14
Direito Constitucional	16
Direito Administrativo	20
Direito Fiscal	22
Direito Penal — Ciências Penais — Questões de Polícia	23
Direito Judiciário	29
Direito Processual	30
Direito Social — Questões Operárias — Acidentes do Trabalho	33
Direito Civil	34
Direito Comercial, Industrial e Marítimo	38
Hipoteca — Notário e Registros Públicos	41
Falência	43
Direito Militar	44
Economia Política e Social — Finanças	45
Leis e Códigos	47
Jurisprudência	59
Advocacia — Trabalhos Forenses	60
Oratória — Discursos e Conferências	65
Teses e Dissertações — Pareceres	67
Mensagens e Relatórios	69
Anuários — Revistas — Anais — Catálogos	71
Repertórios — Dicionários — Enciclopédias	75
História — Geografia — Biografia	77
Medicina — Psicologia — Sociologia	81
Questões de Ensino	84
Publicações do Instituto	85
Direito em Geral — Assuntos Gerais	86
Índice Alfabético dos Autores	89 a 168

Fonte: Catálogo da Biblioteca, 1943. Biblioteca Daniel Aarão Reis.

Os assuntos informam não somente a respeito da variedade de temáticas dentro do campo do Direito, como comunicam que essa mesma abundância pode ser encontrada no acervo da Biblioteca; pluralidade semelhante que pode ser conferida em relação às tipologias por ele elencadas (Leis e Códigos, Jurisprudência, Trabalhos Forenses, Discursos e Conferências, Teses e

Dissertações, Pareceres, Mensagens e Relatórios, Anuários, Revistas, Anais, Catálogos, Repertórios, Dicionários, Enciclopédias; além das monografias, representadas pelos assuntos arrolados).

Como expresso no sumário, alguns desses assuntos ou tipologias possuem subdivisões. São eles: Filosofia (Filosofia do Direito, Introdução à Ciência do Direito, Direito Natural), Direito Penal (Ciências Penais, Questões de Política), Direito Social (Questões Operárias, Acidentes do Trabalho), Hipoteca (Notário e Registros Públicos), Economia Política e Social (Finanças), Direito em Geral (Assuntos Gerais), Advocacia (Trabalhos Forenses), Oratória (Discursos e Conferências), Teses e Dissertações (Pareceres).

Inicialmente sua organização se dá por meio dos títulos das obras de acordo com os assuntos ou tipos de documentos; ele elenca as obras e indica a quantidade de volumes de cada uma. Em seguida, essas mesmas obras são arroladas sob os nomes dos seus respectivos autores; sob a entrada de cada autor há a descrição de quais obras suas compõem o acervo. Ao todo são 3062 obras de 1306 autores.

A quantidade de obras e volumes entre os assuntos pode ser verificada de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 22 – IOAB: Catálogo da Biblioteca, 1943. Distribuição temática do acervo em obras e volumes

Assunto ou Tipologia	Obras	Volumes
Filosofia	45	58
Direito Romano	26	46
Direito Canônico	25	45
Direito Internacional	118	187
Direito Diplomático e Consular	20	79
Direito Público	26	39
Direito Político	83	91
Direito Constitucional	137	154
Direito Administrativo	55	73
Direito Fiscal	21	26
Direito Penal	246	328
Direito Judiciário	19	26
Direito Processual	134	164
Direito Social	24	24
Direito Civil	173	357
Direito Comercial, Industrial e Marítimo	123	181
Hipoteca	44	46
Falência	14	18
Direito Militar	16	16
Economia Política e Social	93	118
História, Geografia, Biografia	187	300
Medicina, Psicologia, Sociologia	112	140
Questões de Ensino	38	40
Direito em Geral	132	204
Leis e Códigos	524	1020
Jurisprudência	35	96
Advocacia	217	303
Oratória	84	99
Teses e Dissertações	56	81
Mensagens e Relatórios	55	88
Anuários, Revistas, Anais, Catálogos	110	1725
Repertórios, Dicionários, Enciclopédias	55	274
Publicações do Ensino	15	53
Total:	3062	6499

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações do Catálogo da Biblioteca.

No sumário pode ser observado a existência de 24 assuntos e 10 tipologias documentais. Nos assuntos nota-se a presença não somente de temáticas do Direito, como também de outras temáticas das Ciências Humanas e Sociais, além de Medicina e Psicologia. Já em relação às tipologias documentais percebe-se sua variedade; a única tipologia que não ficou explícita foi a de *monografias* - que pode incluir livros e folhetos -, mas ela também foi a única a ser separada por assuntos.

Inferindo que os assuntos destacados no sumário do *Catálogo* referem-se às monografias, elas representam 1911 obras e 2760 volumes, correspondendo a, respectivamente, 62% e 42% do total do acervo. Sendo, desta maneira, a tipologia documental em maior quantidade.

Em seguida, as tipologias com maior quantidade de obras são *Leis e Códigos*, *Advocacia* e *Anuários*, *Revistas*, *Anais*, *Catálogos* – lógica que se inverte ao pensar a quantidade de volumes: *Anuários*, *Revistas*, *Anais*, *Catálogos*, *Leis e Códigos* e *Advocacia*. É possível conjecturar que dentro da categoria de *Anuários*, *Revistas*, *Anais*, *Catálogos* sua quantidade de volumes fosse avantajada devido a presença de revistas diversas. Isto é, como observado nas análises do acervo feitas ao longo do tempo na presente pesquisa, a coleção de periódicos da Biblioteca recebia doações de variados títulos, e tais títulos continham numerosos fascículos/números/volumes; foram essas divisões dos periódicos que podem ter avolumado a coleção da Biblioteca.

Vale salientar que há obras em outras línguas além do português: francês, inglês, espanhol e italiano, por exemplo⁸⁹. Outro ponto a seu respeito: ele foi produzido pelo então bibliotecário do Instituto, dr. Alfredo Balthazar da Silveira, que era advogado e, até onde se pôde verificar, não tinha formação na área de Biblioteconomia – era comum que os bibliotecários do IAB fossem seus sócios, portanto advogados⁹⁰.

Por fim, algo interessante a ser observado por meio das quantidades de obras e volumes apresentadas na Tabela 20 é o desenvolvimento do acervo ao longo dos anos. Existe, portanto, um progresso que pode ser compreendido no sentido já abordado no capítulo anterior, e que compreende aquisição e descarte de obras. Se

⁸⁹ Essa constatação foi feita por meio da análise do catálogo; em nenhum momento seu sumário ou quaisquer outros apontamentos para seu conteúdo informam sobre os idiomas das obras.

⁹⁰ Tal formação, esperava-se, lhes concedia conhecimento a respeito das temáticas do Direito. O que talvez lhes faltasse em conhecimento específico relacionado à Biblioteconomia, era compensado pelo conhecimento de sua própria área de trabalho.

na primeira fase da formação dessa coleção (entre 1843 e 1895) houve um acúmulo de materiais, onde não havia qualquer seleção dos itens recebidos em doação ou mesmo comprados, nota-se pelo quantitativo de acervo que chegou ao ano de 1943 – portanto 100 anos após a fundação do IOAB – que tal trabalho passou a ser feito.

Refletir a respeito do desenvolvimento de um acervo, é ter em mente que, nesse sentido, um catálogo de biblioteca comunica sobre as presenças e as ausências. Ou seja, ele mostra os itens que foram integrados ou que permaneceram (e, logo, ainda são relevantes para a coleção e para os usuários) ao mesmo tempo em que relata sobre aqueles materiais que não mais compõem a coleção (seja por não serem atuais ou relevantes o bastante, seja pelo estado da materialidade do objeto, ou quaisquer outros motivos).

O que se pretende reforçar é que um catálogo, para além de uma ferramenta administrativa, é um instrumento de informação, ele fala, sobre uma coleção e sua organização, mas também sobre uma biblioteca em um determinado contexto. Por isso pensa-se nele como a representação de um acervo.

3.5.1 O Catálogo como documento/monumento

Um documento fala do tempo em que foi produzido. Quando elaborado, para além de um documento administrativo, um catálogo também pode ser compreendido como um documento de memória institucional. Em primeiro lugar, porque ele fala de um acervo em um dado espaço/tempo; ao fazê-lo, o catálogo mostra aos usuários quais são os itens que o compõem naquele momento - fala também sobre os que não o integram –; ele comunica, ao mesmo tempo, uma presença e uma ausência. Segundo que, ao registrar os itens que compõem um acervo, ele dá vida e significado àqueles itens. Um significado, vale dizer, calcado na singularidade da coleção; nenhuma coleção é igual a outra, pois nenhuma biblioteca é igual a outra. As bibliotecas e suas coleções são ímpares, inclusive, por conta das comunidades a que atendem. Além disso, mais do que meros objetos de consulta à informação, os livros carregam consigo, simbolicamente, as experiências de uso da biblioteca e sua coleção que proporcionaram aos seus leitores.

Quando salvaguardado, ele integra (mesmo que indiretamente) uma política de memória institucional, afinal ele informa sobre uma biblioteca e sua coleção em

um determinado contexto; sua preservação, assim, comunica um desejo de memória. Em outros termos, preservar um catálogo, mais do que proteger a materialidade do objeto, é conscientizar-se de que uma instituição tem uma história e uma memória que merecem ser preservadas; é dar importância às histórias e memórias presentes no objeto, mas que o transcendem.

Assim, é possível que se analise o *Catálogo da Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros* como um documento/monumento (Le Goff, 1996). Como *documento* ele registrou a composição de um acervo por meio da produção bibliográfica jurídica do Brasil e de outros países em diversos momentos (haja vista que o acervo era composto de itens de diferentes períodos históricos); pensá-lo como documento também implica em perceber que há uma intenção em sua produção – registrar e publicizar os itens que compunham a coleção da Biblioteca. Já como *monumento*, as obras nele arroladas funcionam como uma recordação/evocação dessa produção jurídica; por outro lado, o *Catálogo* circunscreve aquilo que a instituição acreditava ser relevante manter como acervo, mas também o que os doadores percebiam como interessante em compor o acervo da Biblioteca.

A reflexão sobre catálogos pode levar a pensar que é por meio desses documentos que temos conhecimento sobre os acervos de outrora. Ponderar sobre o *Catálogo* em questão, porém, é ter ciência de que ele não apenas fala sobre uma coleção, mas também sobre a Biblioteca, seus usuários e o Instituto dos Advogados naquele contexto. Como instrumento político, ele mostra que o IOAB tem uma História, um passado que precisa ser lembrado.

À vista disso, pode-se dizer que como *documento/monumento* o *Catálogo da Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros* discursa sobre que história dessa Biblioteca (e sua instituição mantenedora) deve ser contada e como ela deve ser lembrada. Como tal, ele é uma importante ferramenta não somente para analisar os itens nele relacionados, mas também para avaliar que mensagem sobre a Biblioteca do IOAB consta nele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *Instituto dos Advogados Brasileiros* (IAB) nasce em 1843 sob os auspícios do Império e com um propósito maior que o guiava: criar uma *Ordem dos Advogados*, organização que seria capaz não somente de congregar a classe e lutar por seus interesses, como também regulamentar a profissão e fiscalizar seu exercício. Deste modo, a agremiação, conhecida também como *Casa de Montezuma*, almejava alcançar autonomia profissional. Isto é, com tal movimento, o Instituto tiraria das autoridades imperiais o poder de denominar quem poderia ser advogado no Brasil. Em finais da década de 1880, as vésperas da Proclamação da República, embora não tendo alcançado o propósito tão almejado de se transformar no órgão regulamentador da profissão de advogado, o Instituto decide tomar a denominação de Instituto *da* Ordem dos Advogados Brasileiros (IOAB), em mais uma tentativa de conquistar os objetivos do seu primeiro estatuto.

Com a queda da monarquia e a ascensão do regime republicano, o Instituto se viu à beira do desaparecimento; durante alguns anos as atividades minguaram – haja vista o envolvimento de alguns de seus associados com o contexto político da época. Foi no começo da década de 1890 que a Casa ressurgiu de sua quase extinção. Com seu renascimento, veio a necessidade de reformar seus estatutos. Os primeiros estatutos republicanos pouco diferem dos anteriores, exceto por um detalhe importante: o reconhecimento de que para desenvolver suas atividades-fim e para alcançar seus propósitos ele necessitaria manter uma *biblioteca*. Essa não foi a primeira vez que uma reforma estatutária da agremiação mencionava a biblioteca – desde os estatutos de 1888 houve essa referência -, mas foi a primeira vez que o Instituto reconheceu tal necessidade e a deixa registrada.

É verdade que desde a sua fundação o Instituto recebeu diversas doações de diferentes tipologias documentais (livros, periódicos, relatórios, anais, dentre outros) almejando, um dia, estabelecer sua biblioteca. Essa coleção, que foi se avolumando sobretudo com doações de sócios, personalidades da época e instituições congêneres e algumas poucas aquisições, pode ser entendida como uma *proto-biblioteca*. Ou seja, uma coleção documental que, muito embora tenha se desenvolvido ao longo do tempo, que não estava disponível para acesso aos leitores – muito menos, institucionalmente, havia qualquer espaço onde essa coleção estivesse acondicionada de modo que pudesse ser acessada. Em outras palavras,

essa coleção, naquele momento, não cumpria uma função primordial de uma biblioteca: dar acesso à informação – de modo que, nesse sentido, também não havia usuários. Essa foi a situação do acervo por 52 anos, até que, finalmente ela foi acondicionada em um local onde leitores poderiam ter acesso a ela.

A biblioteca do Instituto foi inaugurada na solenidade de seu 52º aniversário, em 1895. Esse acontecimento foi não somente para atender à reforma estatutária mais recente, como também foi a culminância do trabalho colecionista que vinha sendo desenvolvido ao longo de cinco décadas. Deste modo, nota-se que desde sua gênese o Instituto preocupou-se em constituir um acervo que, em um momento futuro seria sua biblioteca; sua inauguração é, portanto, a realização desse desejo institucional, com a consciência de que tal espaço especializado seria essencial para a própria agremiação.

A partir desse momento pode-se pensar no estabelecimento, de fato, de uma biblioteca para a Casa de Montezuma; esse acervo deixou de estar em estágio embrionário (uma proto-biblioteca), para ser entendido como uma biblioteca. Um espaço para coleção e disseminação de informação para uso dos associados ao Instituto (fosse para uso pessoal ou para as demandas da agremiação), assim como para outros usuários interessados. Logo, para além de outras questões, pensar em uma biblioteca é entender que ela é constituída de um acervo (através das práticas colecionistas), bem como de usuários/leitores (por meio da disseminação de informação).

Falar sobre uma biblioteca é entender que ela é formada de um conjunto documental que objetiva atender a um determinado grupo social. No que concerne à biblioteca do Instituto, tratava-se do tipo denominado como *biblioteca especializada*. Essa tipologia se deu devido – como o nome sugere – à especialização do acervo, que nesse caso era voltado para o Direito. Ela também era uma *biblioteca institucional*, posto que sua prioridade de salvaguarda documental e de atendimento de demandas informacionais estava voltada para a instituição que a mantinha.

Pensar um acervo por meio de suas quantidades (quantos itens o compõem) e qualidades (tipologias, assuntos e idiomas, por exemplo), é pensar na identidade que esse acervo possuiu. É ter em mente que, como acervo institucional, ele foi a representação documental da instituição: quais eram seus anseios no que dizia respeito à salvaguarda documental, a quem ela atendeu, etc.

Em se tratando da biblioteca em questão, três foram as formas de constituição desse acervo: doação, permuta e compras.

O que se deve considerar sobre a relação da constituição do acervo da Biblioteca do IOAB com as temáticas debatidas em seu seio, é que muito embora eventualmente houvesse alguma relação entre documentos salvaguardados e as discussões, como a principal forma de aquisição era a doação, nem sempre foi possível atender as demandas dos assuntos debatidos. Ao doar um documento para a Biblioteca, pode-se inferir que um ofertante estava mais preocupado que tal documento figurasse no acervo (e, ao fazer uma doação, firmar sua relação com a agremiação), do que com as necessidades acervísticas da Biblioteca. Por esse motivo, é possível que esse acervo não atendesse plenamente às demandas documentais da Biblioteca; na doação, pela ausência de controle daquilo que era presenteado, não era possível contar que uma doação tenha sanado uma necessidade da coleção. Em outras palavras, como o donativo era um ato espontâneo, o concesso ofertava ao Instituto aquilo que ele entendia que deveria estar no acervo, e, não necessariamente, essa oferta condizia com uma necessidade documental – um exemplo disso é que mesmo se tratando de uma biblioteca jurídica, algumas obras de literatura brasileira foram doadas.

Com a permuta poder-se-ia tentar atender às demandas, mas nem sempre as trocas seriam transformadas em itens que o acervo carecia. No caso das permutas as trocas de materiais eram também troca de interesses documentais, assim como, possivelmente, o estabelecimento de relações interinstitucionais (por meio das bibliotecas). Isto é, por mais que a Biblioteca do instituto necessitasse de um determinado documento ou assunto, as permutas eram realizadas de acordo com o que a outra biblioteca poderia oferecer.

Por sua vez, era por meio da compra que, provavelmente, as demandas documentais para o acervo seriam sanadas. Das formas de aquisição para o acervo, essa implicaria não apenas no conhecimento desse acervo como também na percepção das necessidades da Biblioteca⁹¹ - em se tratando de uma biblioteca institucional, necessidades que partiam dos membros da própria organização. Por meio das fontes examinadas, porém, essa forma de aquisição não foi muito aplicada, inicialmente por conta da situação econômica pouco favorável do Instituto; contudo,

⁹¹ Embora com a permuta também houvesse essa possibilidade, é a partir da aquisição por meio da compra que um acervo poderia ser preenchido da forma que se pretendia.

mesmo após desfrutar de melhor situação financeira, poucas foram as aquisições feitas – ou pelo menos relatadas nas fontes.

Em relação às tipologias documentais presentes no acervo da biblioteca (dentro do recorte temporal estabelecido), nota-se que ele foi constituído principalmente por monografias (livros e folhetos), por periódicos e literatura cinzenta (relatórios, anais, etc.). Materiais de referência, discursos e catálogos foram materiais menos presentes no acervo.

Essa diversidade tipológica ocorreu, principalmente, em função das doações recebidas ao longo dos anos – sobretudo em tipologias pouco convencionais como relatórios institucionais, anais de eventos e coleções de leis que, não necessariamente eram materiais que deveriam estar facilmente disponíveis para a venda. Portanto, pode-se afirmar que foram as doações que enriqueceram numericamente e tipologicamente o acervo da Biblioteca; elas foram fundamentais para que o acervo fosse avolumado ao longo do tempo.

Ainda refletindo sobre a variedade documental do acervo, pode-se levar em consideração que ela foi fruto das necessidades institucionais. Isto é, salvaguardar essas tipologias documentais foi uma maneira de garantir materiais diversos para atender às necessidades informacionais dos frequentadores do Instituto. No entanto, nem tudo que se recebeu em doação – como já explicado em outro momento – estava de acordo com essas necessidades (tanto em termos de tipologias, quanto em relação aos assuntos); nesse caso, escolher manter um determinado documento no acervo pode ter sido, também, uma forma de conservar relações amistosas com o ofertante. Conforme já discutido, as doações eram também uma forma de criar ou firmar relações.

Refletir sobre um acervo também é pensar em suas formas de organização. Nesse sentido, instrumentos como catálogos são essenciais como forma de controle, representação e apresentação; um catálogo mostra, tanto ao bibliotecário quanto ao leitor, o que uma coleção possui. Logo, é válido salientar a importância que o *Catálogo da Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros* teve para esta pesquisa. Como fonte documental, ele foi essencial para visualizar quais eram os assuntos e autores que figuravam no acervo, bem como entender a forma como a coleção estava organizada.

Se, para o leitor, o catálogo de uma biblioteca lhe permite encontrar o que procura, para um historiador, o catálogo permite ter acesso a uma coleção que,

possivelmente, já não existe mais, que já se transformou. Um catálogo permite ao pesquisador conhecer sobre uma biblioteca, pois por meio de seu acervo também é viável saber a quem ela serviu.

Assim, uma biblioteca também deve ser compreendida a partir de seus usuários/leitores, haja vista que é para eles que tal espaço é constituído. No que concerne à Biblioteca do IOAB, por ser uma biblioteca institucional, ela atendia (obviamente) à instituição mantenedora e seus associados. A comunidade de usuários internos da Biblioteca foi essencialmente constituída de advogados, em sua maioria homens. Muito embora as fontes não tenham permitido traçar um perfil detalhado desses leitores (com informações sobre idade e onde formou-se, por exemplo), pode-se considerar que potencialmente todos os associados da entidade eram usuários – mesmo que parte deles tivesse sua própria biblioteca pessoal.

A outra parte dos usuários da Biblioteca era constituída por advogados não associados ao Instituto e outras categorias de profissionais cariocas da área de justiça, além de estudantes e professores de Direito. Desde sua abertura a Biblioteca foi franqueada ao público externo. Essa atitude, no que diz respeito à disseminação da informação, em um momento que a aquisição de livros e periódicos era algo caro, foi um passo importante para pensar no acesso à informação jurídica. Conjectura-se que esse franqueamento não tenha sido mera benevolência, mas também uma forma de fortalecer a própria comunidade jurídica, de modo a divulgar a cultura jurídica brasileira ao mesmo tempo em que os interesses da classe dos advogados eram debatidos.

Quando se fala sobre os responsáveis pela Biblioteca do Instituto, o primeiro registro de tal atividade foi encontrado nos estatutos de 1888, ao mencionar que era função do tesoureiro aumentar a biblioteca e ter seus materiais sob sua guarda. Posteriormente, essa função foi designada ao secretário da Casa, também chamado de bibliotecário (mesmo que tal cargo não existisse oficialmente), posto que a Biblioteca ficou sob sua responsabilidade; paralelamente surgiu a função de oficial da biblioteca, um profissional que, diferentemente do secretário/bibliotecário, era contratado pelo Instituto. O cargo de bibliotecário só foi criado, de fato, pela reforma estatutária de 1917; a partir desse momento, ele também passou a integrar a mesa diretora da agremiação.

Essa transição de responsabilidades também foi um reflexo da própria percepção que o Instituto teve sobre sua Biblioteca. Estar sob a guarda de um

tesoureiro coincidiu com o que vinha sendo feito com a biblioteca antes de sua abertura. Na verdade, tratava-se de um colecionismo documental, quase como se os materiais colecionados fossem bens do Instituto. Ao passar a responsabilidade para o secretário, é como se a agremiação tivesse entendido que, de fato, a Biblioteca seria essencial para suas atividades (posto que a secretaria pode ser compreendida como o setor de uma instituição que promove seu funcionamento). Por sua vez, ao ter criado um cargo de bibliotecário, integrando-o à sua diretoria, foi uma maneira do Instituto reconhecer que a Biblioteca necessitava de alguém que fosse dedicado exclusivamente a ela e, ao mesmo tempo, estivesse participando das decisões institucionais. Desta forma, esse último movimento foi também uma forma da Casa reconhecer ainda mais a importância da Biblioteca como espaço de salvaguarda documental, claro, mas que essa atividade não era mera custódia. O cargo de bibliotecário, pressupõe-se, trouxe consigo modos de agir e cuidar do acervo.

O que é válido ressaltar em relação à Biblioteca do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros entre os anos de 1895, data de sua inauguração, e 1930, ano em que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) foi estabelecida, é que ela passou de uma proto-biblioteca (um acervo embrionário) para uma biblioteca, não apenas um espaço para a salvaguarda documental, como de *acesso* a essa coleção (tanto para seus membros, como para demais profissionais da justiça). Essa importante mudança não se deu por um acaso, ela foi condizente com as atitudes que a própria agremiação teve, ao longo dos anos, com sua Biblioteca.

Essa mudança de perspectiva institucional fica evidente quando se observa suas reformas estatutárias, foi nelas que a Casa registrou seus anseios, seus propósitos e como deveria agir para atingi-los. Desde os primeiros estatutos republicanos, em 1893, essas mudanças apareceram. Inicialmente apontando a necessidade de ter uma Biblioteca como umas das maneiras de alcançar seus objetivos; posteriormente criando o cargo de bibliotecário, que não somente seria o responsável pela Biblioteca, como também integraria a direção da Casa, estando conectado com as decisões por ela tomadas.

A partir dos apontamentos feitos ao longo deste trabalho, também é possível identificar essa Biblioteca como um espaço político. Essa biblioteca foi formada e mantida a partir das decisões de um grupo político; ela foi fruto de ações, práticas e percepções de advogados que, por meio das ações institucionais, influenciaram

(mesmo que indiretamente) as tomadas de decisões dos governos presidenciais durante a Primeira República.

Sua importância para a Casa de Montezuma se deu, pois, por um lado, como instituição cultural, a biblioteca foi um espaço de sociabilidade da vida urbana (diversas reuniões e palestras ocorreram em seu seio, por exemplo). Por outro lado, ela foi tanto uma forma de preservação da memória institucional, como de acesso à informação jurídica como um meio de integração entre os membros do grupo - ela é um local onde ocorre parte da experiência de pertencimento ao Instituto.

Portanto, ao estabelecer uma biblioteca o IOAB constatou a importância da informação no amparo às suas ações institucionais, evidenciando uma demanda da Casa de Montezuma por acesso à informação jurídica. Franqueá-la ao público externo, como o fez o Instituto, foi assumir um compromisso social e cultural com a comunidade jurídica carioca na Primeira República, concretizando seus propósitos e compromissos firmados em seus estatutos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**: 1889 – 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>. Acesso em: 02 set. 2021.

ALLEN, Cameron. Law Libraries and Collections. *In*: KENT, Allen; LANCOUR, Harold; DAILY, Jay E. **Encyclopedia of Library and Information Science**. New York: Marcel Dekker, 1975. v. 8, p. 86-115. Disponível em: <https://books.google.gr/books?id=Z9P1rPFkRZkC>. Acesso em: 11 mai. 2020.

ALMEIDA, Enéa de Stutz e. **Ecos da Casa de Montezuma**: o Instituto dos Advogados Brasileiros como Referência na Cultura Jurídica Nacional. 2003. 499 f. Tese (Doutorado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/86151>. Acesso em 29 jul. 2020.

AYRES, Vivian Nani. **Da sala de leitura à tribuna**: livros e cultura jurídica em São Paulo no século XIX. 2018.474f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-25032019-105757/pt-br.php>. Acesso em 20 mar. 2023.

BARBIER, Frédéric. O público e as bibliotecas, entre revoluções e industrialização (2: 1851-1914). *In* BARBIER, Frédéric. **História das bibliotecas**: de Alexandria às bibliotecas virtuais. São Paulo: EdUSP, 2018.

BEARDSLEY, Arthur S. Law Books and Law Publishers. **Law Library Journal**, v. 28 p. 51–64, 1935. Disponível em: https://archive.org/details/sim_law-library-journal_1935-04_28_2/page/50/mode/2up. Acesso em: 23 mar. 2023.

BESSONE, Tania Maria. **Palácios de destinos cruzados**: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920. 2.ed. São Paulo, EdUSP: 2014.

BONELLI, Maria da Gloria. O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e o Estado: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 61-81, fev. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1 set. 2020.

BONELLI, Maria da Gloria. Lawyers' Associations and the Brazilian State, 1843-1997. **Law & Social Inquiry**: Journal of the American Bar Foundation, [Cambridge], v. 28, issue 4, p. 1045-1073, Oct. 2003. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1747-4469.2003.tb00831.x>. Acesso em: 12 ago. 2020.

BUYLE, Jean-Pierre. La bibliothèque du Barreau de Bruxelles. **Journal des Avocats**, [S.l.], n. 6, juin 2012. Disponível em: <https://jeanpierre-buyle.avocats.be/node/480>. Acesso em: 9 jun. 2021.

CASTILHO, Caroline Dellagiustina Barbosa. **Ensino jurídico e ordem dos advogados do Brasil**: questão de legitimidade de controle acadêmico. 2017. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Escola de Educação e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucpr.br/pergamum/biblioteca/img.php?arquivo=/00006a/00006a2d.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial ; Teatro de sombras: a política imperial. 13.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CASSON, Lionel. Bibliotecas do Império Romano: a cidade de Roma. *In*: CASSON, Lionel. **Bibliotecas no mundo antigo**. São Paulo: Vestígio, 2018. p.96-125.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais**: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro: 1822-1930. São Paulo: Record, 1999.

COHEN, Morris L. The legal publishing industry in the 20th century and beyond. **Legal Reference Service Quarterly**, v. 11, issue 3-4, p. 9 – 16, 1992. Disponível em: https://doi.org/10.1300/J113v11n03_02. Acesso em: 28 mar. 2023.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. DANNER, Richard A. What Are Law Libraries For?. *Law Librarian*, v. 30, p. 211-215, 1999. Disponível em: https://scholarship.law.duke.edu/faculty_scholarship/602/. Acesso em: 23 mar. 2023.

DENIPOTI, Cláudio. Templos do progresso: instituições de leitura no Brasil oitocentista. **Locus**: Revista de História, [S. l.], v. 8, n. 2, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20567>. Acesso em: 19 abr. 2023.

DOMINGUES, Marcelo Augusto Mendonça. **A formação da biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros (1843-1895)**. 2021. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

DOMINGUES, Marcelo. Breve histórico das bibliotecas jurídicas governamentais cariocas no século XIX. **Humanidades em Revista**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 166–181, 2022. Disponível em: <https://seer.unirio.br/hr/article/view/11626>. Acesso em: 1 fev. 2024.

FAGUNDES, Laura. **Instituto dos Advogados Brasileiros**: 150 Anos de História, 1843-1993. Rio de Janeiro: IAB; Editora Destaque, 1995.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EdUSP, 2001.

FEATHER, John; STURGES, Paul (eds.). **International Encyclopedia of Information and library Science**. 2nd ed. London: Routledge, 2003.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca Nacional Inaugura o primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil**. [Rio de Janeiro], 2021. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/memoria-biblioteca-nacional-inaugura-o-primeiro-curso-de-biblioteconomia-do-brasil/>. Acesso em: 17 mar. 2021.

GATES, Jean Key. **Como usar livros e bibliotecas**. Rio de Janeiro: Lidador, 1972.

GILBERT, Frank B. The law library. **Law Library Journal**, vol. 1, n. 1, january [of] 1908. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.b5306008&view=1up&seq=117>. Acesso em: 19 abr. 2023.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 4, p. 244 – 280, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2287/1426>. Acesso em 20 jul. 2024.

GOMES, Sônia de Conti. Biblioteca e sociedade: uma abordagem sociológica. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 11, n. 1, 1982. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/77272>. Acesso em: 30 dez. 2021.

GOMES, Sônia de Conti. **Bibliotecas e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Pioneira, 1983.

HAMEL, Christopher de. The european medieval book. In: SUAREZ, Michael F.; WOUNDHUYSEN, H. R. (ed.). **The book: a global history**. New York: Oxford University Press, 2013.

HISTÓRIA da Ordem dos Advogados do Brasil: o IAB e os advogados no Império: 1. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2003a.

HISTÓRIA da Ordem dos Advogados do Brasil: luta pela criação e resistências: 2. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2003b.

HISTÓRIA da Ordem dos Advogados do Brasil: o IOAB na Primeira República: 3. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2003c.

INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. **Conheça a Biblioteca Daniel Aarão Reis**. Rio de Janeiro, IAB: [202-]. Disponível em: <https://iabnacional.org.br/biblioteca/conheca-a-biblioteca>. Acesso em: 9 jun. 2021.

KAVASS, Igor. Law Libraries of the United States: Development and Growth. **International Journal of Law Libraries**, v. 3, n.1, p. 25-49, 1975. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-journal-of-law->

libraries/article/abs/law-libraries-of-the-united-states-development-and-growth/09FD944F4B981D465ED520E2032D36D4. Acesso em: 23. mar. 2023.

KAUFFMAN, S. Blair. Law Libraries. *In* WIEGAND, Wayne A.; DAVIS JR., Donald G. **Encyclopedia of Library History**. New York: Routledge, 1994.

LANDHEER, Bartholomew. **Social functions of libraries**. New York: The Scarecrow Press, 1957.

LAW SOCIETY OF ONTARIO. **The great library**. Toronto, c2021. Disponível em: <https://lso.ca/about-lso/osgoode-hall-and-ontario-legal-heritage/exhibitions-and-virtual-museum/historical-vignettes/osgoode-hall/the-great-library>. Acesso em: 9 jun. 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

LERNER, Fred. Libraries at work. *In* LERNER, Fred. **Libraries through the ages**. New York: Continuum, 1999.

MALTA, José Antônio Macedo. O Instituto e a Ordem dos Advogados Brasileiros. **Revista da Esmafe**, Recife, v. 3, p. 83-90, mar. 2002. Disponível em: <https://revista.trf5.jus.br/index.php/esmafe/article/view/123>. Acesso em: 30 jul. 2020.

MEIRA, Silvio. **Teixeira de Freitas**: o jurisconsulto do Império: vida e obra. 2. ed. Brasília, DF: Cegraf, 1983.

MELOT, Michel. **A sabedoria do bibliotecário**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2019.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. 3. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

MULLER, Susana P. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 13, n. 1, 1984. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36462>. Acesso em 23 jul. 2022.

MOMENTOS do livro no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1996.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Secção do Estado do rio de Janeiro. Daniel Aarão Reis vai dar nome a biblioteca do IAB. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.oabRJ.org.br/noticias/daniel-aarao-reis-vai-dar-nome-biblioteca-iab>. Acesso em 13 ago. 2021.

ORDEM DOS ADVOGADOS PORTUGUESES. **História da Biblioteca**. [S./], c2010. Disponível em: https://www.oa.pt/CD/conteudos/artigos/detalhe_artigo.aspx?sidc=58102&idc=58486. Acesso em: 9 jun. 2021.

PANELLA, Deborah S. The history and nature of law libraries. *In* PANELLA, Deborah S. **Basics of law librarianship**. New York: Routledge, 2012. Disponível em: <https://libro.eb20.net/Reader/rdr.aspx?b=1074693>. Acesso 08 mai. 2020.

PEDRÃO, Gabriela Bazan. O Catálogo de Panizzi e os sistemas de classificação do século XIX: uma análise dos modelos aplicados na Biblioteca Nacional e em bibliotecas cariocas. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 137, p. 13 – 29, 2020. **Disponível em:**
https://antigo.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/miscelanea/2020/anais_da_biblioteca_nacional_vol.137_-_2017-6933.pdf. Acesso em 3 mar. 2023.

PIVATTO, Priscila Maddalozzo. Leituras republicanas: produção e difusão de livros de Direito Constitucional Brasileiro na Primeira República. **História**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 144–178, 2011. **Disponível em:**
<https://www.scielo.br/j/his/a/vnPGfMmJtD7grVSJWrZBn9K/?lang=pt>. Acesso em 10 ago. 2023.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **The Five Laws of Library Science**. London: Edward Goldston, Ltd., 1931.

REITZ, Joan M. **ODLIS** : online dictionary for library and information science. Santa Barbara, CA, ABC-CLIO: c2020. **Disponível em:** https://products.abc-clio.com/ODLIS/odlis_l.aspx. Acesso em 22 out. 2020.

ROCHA, Gerlaine Pereira da. **A história da representação da informação na biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros**. 2014. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em biblioteconomia) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. **Disponível em:** <http://www.unirio.br/cchs/eb/arquivos/tccs-acima-de-9-0-2014.2/TCC%202014-07-10%20-%20GERLAINE%20ROCHA.pdf>. Acesso em: 21 maio 2020.

ROCHA, Gerlaine Pereira; SILVEIRA, Naira Christofoletti. A prática da catalogação na Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 63-80, 2016. **Disponível em:** https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2017/02/pdf_9293522c54_0000022710.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

SANTOS, Deodato Cesino Vilella dos. **Relatório da Exposição de Trabalhos Jurídicos realizada a 7 de setembro de 1894 pelo Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. **Disponível em:** <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242808>. Acesso em 05 maio 2021.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Livros e leitura para o povo: ascensão e decadência da Bibliotecas Populares no Império Brasileiro, 1870 – 1889. **Historia y Espacio**, [S. l.], v. 14, n. 51, 2018. **Disponível em:**
https://historiayespacio.univalle.edu.co/index.php/historia_y_espacio/article/view/7275. Acesso em: 19 abr. 2023.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHUELER, Alessandra de; RIZZINI, Irma. Myrthes de Campos (1875-1965): a “mulher advogado” na luta pelos direitos das mulheres. **Communitas**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 24–38, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/4438>. Acesso em: 25 ago. 2021.

SHERA, Jesse H. **Introduction to Library Science**. Littleton: Co., Libraries Unlimited, 1976.

SORDET, Yann. **Da Argila à nuvem**: uma história dos catálogos de livros (II milênio - século XXI). Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2019.

THE FACULTY OF ADVOCATES (Escócia). **The advocates library**. [S. l.], [20--?]. Disponível em: <http://www.advocates.org.uk/faculty-of-advocates/the-advocates-library>. Acesso em: 20 maio. 2021.

THE HONARABLE SOCIETY OF KING’S INNS. **Library**. [S. l.]: [S. n.], [20--?]. Disponível em: <https://www.kingsinns.ie/library/library>. Acesso em: 9 jun. 2021.

TOLZMANN, Don Heinrich; HESSEL, Alfred; PEISS, Reuben. From the nineteenth to the mid-twentieth century *In* TOLZMANN, Don Heinrich; HESSEL, Alfred; PEISS, Reuben. **The memory of mankind**: the story of libraries since the dawn of history. New Castle: Oak Knoll Press, 2001.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. 9.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

FONTES

4º centenário do Brasil. **O Paiz**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 5660, p. 1, 6 abr. de 1900. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_03&pasta=ano%201900&pesq=%E2%80%9C4%C2%BA%20Centen%C3%A1rio%20do%20Brasil%E2%80%9D&pagfis=495. Acesso em: 10 jul. 2020.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1883-1937. 8 v. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>. Acesso em: 5 ago. 2020.

BOLETIM DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS: [número] 1, maio de 1918. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Livraria Francisco Alves, 1918.

BOLETIM DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS: (nova serie): [número] 1, janeiro de 1925. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

BOLETIM DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS: (nova serie): numero 2, volume I, fevereiro a abril de 1925. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

BOLETIM DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS: (nova serie): numero 3, volume I, maio a dezembro de 1925. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.

BOLETIM DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS: (nova serie): numero 4, volume II, 1926. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929a.

BOLETIM DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS: (nova serie): numero 5, volume III, 1927. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930a.

BOLETIM DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS: (nova serie): numero 6, volume III A, 1927 (segunda parte). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931a.

BOLETIM DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS: vol. IV, abril a dezembro de 1928. Rio de Janeiro: Typog. do Jornal do Commercio: Rodrigues & Cia, 1931b.

BOLETIM DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS: vol. V, n. 1, abril de 1929. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas Alba, 1929b.

BOLETIM DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS: vol. V, n. 2, maio de 1929. Rio de Janeiro: Typog. do Jornal do Commercio: Rodrigues & Cia, 1929c.

BOLETIM DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS: vol. V, n. 4, julho de 1929. Rio de Janeiro: Typog. do Jornal do Commercio: Rodrigues & Cia, 1930b.

BOLETIM DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS: vol. VI, n. 1, agosto de 1929. Rio de Janeiro: Typog. do Jornal do Commercio: Rodrigues & Cia, 1930c.

BOLETIM DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS: vol. VI, n. 2 a 5, setembro a dezembro de 1929. Rio de Janeiro: Typog. do Jornal do Commercio: Rodrigues & Cia, 1930d.

BOLETIM DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS: vol. VII, n. 1 e 2, abril e maio de 1930. Rio de Janeiro: Typog. do Jornal do Commercio: Rodrigues & Cia, 1930e.

BOLETIM DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS: vol. VII, n. 3 e 4, junho e julho de 1930. Rio de Janeiro: Typog. do Jornal do Commercio: Rodrigues & Cia, 1931c.

BOLETIM DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS: vol. VIII, n. 1 e 2, agosto e setembro de 1930. Rio de Janeiro: Typog. do Jornal do Commercio: Rodrigues & Cia, 1931d.

BOLETIM DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS: vol. VIII, n. 5, dezembro de 1930. Rio de Janeiro: Typog. do Jornal do Commercio: Rodrigues & Cia, 1931e.

BRASIL. **Aviso de 7 de agosto de 1843.** Aprovando os estatutos do Instituto dos Advogados Brasileiros. [Rio de Janeiro]: [S.n.], 1843. Disponível em: <https://domtotal.com/direito/pagina/detalhe/23116/aviso-de-7-de-agosto-de-1843-e-estatutos-do-instituto-dos-advogados-brasileiros>. Acesso em 13 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.836, de 28 de setembro de 1880.** Aprova os estatutos do Instituto dos Advogados Brasileiros. [Rio de Janeiro]: [Câmara dos Deputados], 1880. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7836-28-setembro-1880-547101-publicacaooriginal-61766-pe.html>. Acesso em: 03 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 8.835, de 11 de julho de 1911.** Aprova o regulamento da Bibliotheca Nacional. [Rio de Janeiro]: [Presidência da República], 1911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8835-11-julho-1911-502890-republicacao-102224-pe.html#:~:text=Approva%20o%20regulamento%20da%20Bibliotheca,3%C2%BA%2C%20n.> Acesso em: 17 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 4.753-A, de 28 de novembro de 1923.** Considera de utilidade publica o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, com sede nesta Capital. [Rio de Janeiro]: [Presidência da República], 1923. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4753-a-28-novembro-1923-568116-norma-pl.html>. Acesso em 12 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 19.408, de 18 de novembro de 1930.** Reorganiza a Corte de Apelação, e dá outras providências. [Rio de Janeiro]: [Presidência da República], 1930. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19408-18-novembro-1930-516290-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 jul. 2020.

BRASIL. **Lei de 11 de agosto de 1827.** Cria dois cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, um na cidade de S. Paulo e outro na de Olinda. Rio de Janeiro: Assembleia geral, 1827. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-11-08-1827.htm. Acesso em: 14 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850.** Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. [Rio de Janeiro]: Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm. Acesso: em 19 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871.** Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos

menores e sobre a libertação anual de escravos. [Rio de Janeiro]: [Paço Imperial], 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 19 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885.** Regula a extinção gradual do elemento servil. [Rio de Janeiro]: Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1885. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm. Acesso em: 19 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888.** Declara extinta a escravidão do Brasil. [Rio de Janeiro]: [Paço Imperial], 1885. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 19 ago. 2020.

BRASIL. DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920:** população: população do Brasil por Estados, Municípios e Districtos, segundo o grau de instrução, por idade, sexo e nacionalidade. Rio de Janeiro, Typ. de estatística, 1929. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000360/recenseamento1920pop5/recenseamento1920pop5.pdf>. Acesso em 20 abr. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. **Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873837&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=3379>. Acesso em 03 abr. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. **Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. v. 1, p. 130. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873837&pasta=ano%20190&pesq=%22instituto%20da%20ordem%20dos%20advogados%20brasileiros%22&pagfis=7173>. Acesso em: 19 set. 2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Base de dados integrada do acervo CPDOC.** Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acesso em: 09 ago. 2021.

COLOMBIA-BRAZIL: uma coleção de obras para a bibliotheca do Instituto dos Advogados. **A Noite.** Rio de Janeiro, ano 8, n. 2.516, p. 2, 14 dez. de 1918. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_01&pasta=ano%201911&pesq=%22instituto%20dos%20advogados%20brasileiros%22&pagfis=14068. Acesso em 18 ago. 2020.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, ano 21, n. 230, p. 1, 18 ago. 1895. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pesq=biblioteca%20+%20%22instituto%20dos%20advogados%22&pasta=ano%20189&hf=memoria.bn.br&pagfis=12525. Acesso em 24 maio 2023.

INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. **Atas das sessões plenárias**. Rio de Janeiro: [S. n.], 1893-1930.

INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. **Atas das sessões plenárias**. Rio de Janeiro: [S. n.], 1937-1945.

INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. **Catálogo da Biblioteca**. [Rio de Janeiro]: [Jornal do Commercio]: [Rodrigues & Cia], 1943.

INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. **Estatutos, Regimento Interno e Anexos**. [Rio de Janeiro]: [s.n.], [188-?].

INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. **Estatutos, Regimento Interno e Anexos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. **Estatutos, Regimento Interno e Anexos**. Rio de Janeiro: Typ. Papelaria-Ribeiro, 1900.

INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. **Estatutos, e Regimento Interno d Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Pap. Modelo: José Ayres & Chaves, 1911.

INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. **Estatutos e Regimentos do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros**: (fundado em 1843). Rio de Janeiro: Off. Graph. Da Livraria Francisco Alves, 1917.

INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. **Estatutos e Regimentos do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros**: (fundado em 1843). Rio de Janeiro: Off. Graphics Alba, 1929.

INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. **Estatutos e Regimentos do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Typog. do Jornal do Commercio: Rodrigues & Cia, 1931.

INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. **Relatório anual de 1894**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. **Relatorio das ocorrências e principaes trabalhos no anno de 1925**: apresentado em sessão de 22 de abril de 1926 pelo 1º secretario advogado Arnoldo Medeiros da Fonseca. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.

INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. **Relatorio das ocorrências e principaes trabalhos no anno de 1927**: apresentado em sessão de 18 de outubro de 1928 pelo 1º secretario advogado Armando Vidal. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

INSTITUTO dos Advogados. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 20, n. 249, p. 2, 7 set. 1894. Disponível em:
https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pesq=biblioteca

%20+%20%22instituto%20dos%20advogados%22&pasta=ano%20189&hf=memoria.bn.br&pagfis=10440. Acesso em 24 maio 2023.

INSTITUTO dos Advogados. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano 5, n. 250, p. 2, 7 set. 1895. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_01&pasta=ano%20189&pesq=%22instituto%20da%20ordem%20dos%20advogados%20brasileiros%22&pagfis=5063. Acesso em: 02 maio 2023.

INSTITUTO dos Advogados. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, ano 73, n. 250, p. 1, 8 set. 1895. Disponível em:
https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=biblioteca%20+%20%22instituto%20dos%20advogados%22&pagfis=18522. Acesso em 24 maio. 2023.

INSTITUTO dos Advogados. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, ano 119, n. 243, p. 5, 18 jul. de 1946. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_13&pasta=ano%20194&pesq=%22impress%C3%A3o%20do%20catalogo%20da%20bibliotheca%20do%20instituto%22&pagfis=31582. Acesso em 01 jul. 2021.

INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, ano 84, n. 252, 8 set. de 1904. Gazetilha, p. 2. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_09&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=8600. Acesso em 25 ago. 2020.

REVISTA DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino e Irmão, 1862-1894. Disponível em:
<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-instituto-ordem-advogados-brasileiros/324345>. Acesso em: 04 jan. 2022.

REVISTA DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS: tomo XVI, julho a setembro [de] 1905. Rio de Janeiro: Papelaria Central: José Ayres & C., 1906.

REVISTA DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS: tomo XVI, julho a setembro [de] 1906. Rio de Janeiro: Papelaria Central: José Ayres & C., 1906.

REVISTA DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS: tomo XVII, outubro a dezembro [de] 1906. Rio de Janeiro: Typ. E Pap. Hildebrandt, 1906.

REVISTA DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS: tomo XVIII, janeiro a março [de] 1907. Rio de Janeiro: Typ. E Pap. Hildebrandt, 1907.

REVISTA DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS: tomo XIX, abril a junho [de] 1907: III do 1º anno da nova serie. Rio de Janeiro: Typ. E Pap. Hildebrandt, 1907.

REVISTA DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS: tomo XX, julho a setembro [de] 1907: 1º do 2º anno da nova serie. Rio de Janeiro: Typ. E Pap. Hildebrandt, 1907.

SANTOS, Deodato Cesino Vilella dos. **Relatório da Exposição de Trabalhos Jurídicos realizada a 7 de setembro de 1894 pelo Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242808>. Acesso em 05 maio 2021.

SILVA, Antônio de Moraes. **Diccionario da língua portugueza**. 8 ed. rev. Rio de Janeiro: Editora Empreza Litteraria Fluminense, 1890.

SILVA, Antônio de Moraes. **Diccionarios da língua portugueza, recopilado de todos os impressos até o presente**. Lisboa: Typ. de M. P. de Lacerda, 1823.